

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORESTAN FERNANDES E O LUGAR DA USP NA
HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Autor: André Teles Guedes

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, junho de 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORESTAN FERNANDES E O LUGAR DA USP NA
HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Autor: André Teles Guedes

Orientador: Prof. Doutor Luis Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão (UnB)

Banca: Profª. Doutora: Mariza Velozo (UnB)
Prof. Doutor: Paulo Roberto de Almeida (IRB)
Prof. Doutor: Eurico Cursino (UnB) (Suplente)

Brasília, junho de 2007

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Luis de Gusmão pela paciente e sempre muito proveitosa orientação.

A Maria Conceição Teles Guedes e Antônio Marques Guedes, meus pais, Alexandre e Marcos, meus irmãos, pela enorme confiança e o infalível apoio.

A Jéssica Radel, pela leitura atenta de cada um dos capítulos deste trabalho, boas sugestões e apoio carinhoso.

As professoras Dra Georgete Medleg e Dra. Mariza Velozo, por suas sugestões e incentivo no momento de construção do objeto.

Ao Prof. Dr Paulo Roberto de Almeida, pela generosidade com que me permitiu acessar seus textos ainda não publicados.

A Elder Patrick, Gabriel Peters, Fernando Rodrigues e ao Prof. Dr Edson Farias, pelo exemplo de dedicação intelectual.

Aos amigos e colegas de Curso Rogério Porto, Marcos Cantuária, Marcos Marques, Diogo Valença, Ricardo Goes, Ricardo Martins, Leônio, Cláudia, Geraldo, Aline, Vinícius, Rosevel, Isamara, Flávia, Rosana, Camilo, Juliano, Gizele, Jânio e Alessandra pela torcida e pela força nos momentos de desânimo.

A Gláucia, Dimitri, Carolina, Astrogildo Brasil e Maria Joselita pelo auxílio na obtenção de textos e imagens.

A Evaldo Amarin e Abílio Augusto, pela disponibilidade e competência com que sempre fui tratado na Secretaria do Departamento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por ter me concedido a bolsa de estudos durante o segundo ano do Curso.

RESUMO

Esta é uma pesquisa sobre a Sociologia brasileira na década de 1950. Seu eixo de análise é a trajetória de Florestan Fernandes, acadêmico pioneiro, dono de vasta obra e significativa trajetória como construtor institucional na Universidade de São Paulo. O objetivo geral do trabalho é analisar suas reflexões sobre a origem da Sociologia acadêmica no país, confrontando-as com publicações daquela época. Florestan inaugurou uma narrativa que exalta os feitos da Sociologia universitária e, ao mesmo tempo, relega tanto as tradições ensaísticas quanto as pesquisas sociais conduzidas nos demais estados. Tal narrativa, presente em seus escritos de 1958, 1976 e 1978 teve prosseguimento nos estudos de Carlos Guilherme Mota (1998) e Sérgio Miceli (2001) sobre o mesmo tema e é definida aqui como “auto-imagem uspiana”. Quanto aos objetivos específicos, esta investigação busca reconstruir alguns cenários e episódios importantes para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Ao descrever os debates que presidiram a organização do Projeto Unesco sobre questões raciais no Brasil, entre 1952 e 1959, e as palestras proferidas no 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 1954, este trabalho levanta evidências sobre os vários pontos de contato entre Sociologia acadêmica e linhagens de estudos ensaísticos, e sobre a produção de pesquisas sociológicas de alto padrão em estados nos quais a modernização caminhava a passos lentos naquela década. Organizado dessa maneira, o trabalho lança dúvidas sobre as convencionais imagens da ruptura entre os referidos saberes e da exclusividade paulista no período de formação da Sociologia “científica” no País.

Palavras-chave: sociologia, intelectuais, pensamento brasileiro, Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

The present work is a research paper on the Brazilian Sociology in the 1950s. Its process of analysis follows the trajectory of Florestan Fernandes, scholar, pioneer, owner of a vast academic contribution through his countless works, and a significant contributor in institutionalizing the University of São Paulo. The general goal of this research paper is to analyze his thoughts and reflections on the origin of academic Sociology in Brazil, confronting them with publications of that time period. Florestan is the precursor of a style of narrative which praises the achievements of 'university' Sociology and, at the same time, relegates the *essayistic* writing traditions and social research conducted in other states to a lower position of importance and validity. Such style of narrative, evident in his writings of 1958, 1976 and 1978, inspired and lived on in the works of Carlos Guilherme Mota (1998) and Sérgio Miceli (2001) on one same topic which is here defined as "*uspian self-image*". As to the more specific goals of this research, the present investigation seeks to reconstruct some scenarios and episodes which have been important to Sociology in Brazil. In describing the debates which have presided the organization of the UNESCO Project on racial issues in Brazil, between 1952 and 1959, and the lectures delivered in the *1st Seminar of the Brazilian Sociology Community*, in São Paulo, 1954, this study gathers evidence on several points through which the academic Sociology establishes a dialogue with the *essayistic* studies, and on the production of high-standard sociological research in states where modernization was then taking slow and small steps towards its development. Structured in such manner, the present work casts doubt on the conventional images of the rupture between the knowledge traditions mentioned above and the '*paulista*' exclusiveness in the formation period of "scientific" sociology in the country.

Key Words: sociology, intellectuals, Brazilian thought, Florestan Fernandes, University of São Paulo.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	VII
1 - UMA LINHAGEM PAULISTA DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL	16
2 - OS CIRCUITOS CULTURAIS PAULISTANOS EM MEADOS DOS ANOS 1950, CONTEXTO DE AFIRMAÇÃO DA SOCIOLOGIA USPIANA	32
3 - O PROJETO UNESCO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL	58
4 - FLORESTAN FERNANDES E O I CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	139
ANEXO A - Imagens	140
ANEXO B - Lista dos participantes do 1º Congresso da SBS	146

Introdução

A história da Sociologia acadêmica no país tem como marco divisório a reforma universitária que extinguiu as cátedras e instalou o regime departamental em 1968, momento em que também se inaugurava uma política de fomento a pós-graduação e começavam a funcionar vários dos atuais organismos de apoio à pesquisa no país, como a Finep, Funtec, CNPq, Fapesp e a Fundação Ford. Esta é uma pesquisa sobre episódios vinculados à primeira parte dessa história: trata-se da atuação das gerações de acadêmicos pioneiros durante a década de 1950, tendo como foco algumas das intervenções dessa figura paradigmática que foi Florestan Fernandes. Falar dele, o mais reconhecido representante de uma geração de especialistas, cuja biografia parece confundir-se com a história da Disciplina, foi uma alternativa para a reconstituição de algumas experiências institucionais que precederam a referida reforma.

Nos seus exercícios auto-biográficos e de Sociologia do Conhecimento¹, Florestan produziu critérios de classificação para o estudo da história do pensamento social brasileiro e explicações sobre o sentido da experiência universitária que ainda hoje conformam uma espécie de interpretação oficial sobre a origem e desenvolvimento da Sociologia no país. Consistem, primeiramente, na idéia de que a pesquisa sociológica no Brasil como conhecimento sistemático e confiável só pôde surgir após a instalação da Universidade e com o trabalho pioneiro dos acadêmicos europeus, norte-americanos e brasileiros a partir da década de 1930. Em segundo lugar, na ligação entre o desenvolvimento da Sociologia como especificidade científica e a intensa industrialização paulista que provocava problemas sociais até então desconhecidos, reestruturava o espaço urbano e impunha toda sorte de demandas técnicas à Universidade.

A transplantação das Ciências Sociais para o Brasil fez sentido, segundo ele, como parte de um processo mais amplo de diferenciação das funções urbanas e racionalização das atividades produtivas que em São Paulo alcançavam sua maior expressão. Para o autor, no entanto, só a ação esclarecida das elites desse estado não explicavam o florescimento de

¹ Presentes em *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira* (1958), *A sociologia no Brasil* (1976) e *A condição de sociólogo* (1978).

disciplinas tão complexas quanto a Sociologia e Antropologia. Sua interpretação é totalizante. O fortalecimento industrial paulista foi a própria condição de possibilidade do surgimento da mentalidade liberal que presidiu a criação da USP, em 1934.

Esse modelo interpretativo pode ser encontrado em Florestan Fernandes e, em linhas gerais, em dois outros autores que se debruçaram sobre a história das Ciências Sociais no Brasil: Carlos Guilherme Mota (1998) e Sérgio Miceli (2001). Para esse último, o perfil ideológico dos fundadores da USP explicava a condição de autonomia obtida pela Universidade frente a ingerência política dos governos. Autonomia, segundo ele, inexistente nos demais estados. Resta imaginar após a leitura de seu trabalho que nos outros estados a Sociologia só pôde se desenvolver de modo precário e deficiente. Isso é o que se tentará colocar a prova no presente trabalho. Já Carlos Guilherme Mota insiste no caráter progressista dos segmentos sociais onde foram colhidos os alunos da FFCL-USP nos anos 1930. Para ele, em contraponto com o que era produzido nas “tradicionalistas e elitistas” escolas superiores de Direito e Engenharia, a Sociologia deu certo em São Paulo pois seus praticantes vinham dos extratos identificados com as tendências modernizantes e democratizadoras que atingiam a cidade após a queda da República Velha. Estavam em sintonia com o seu tempo e por isso lograram adaptar o instrumental teórico dessa disciplina à realidade brasileira

Foi da leitura desses trabalhos e de sua confrontação com alguns documentos que surgiu o problema discutido pela presente pesquisa. Até que ponto o mencionado modelo interpretativo pode contribuir para compreensão de alguns importantes (e até bem pouco tempo quase esquecidos) capítulos da história da Sociologia no Brasil? Da análise dos Boletins Informativos e Relatórios da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, dos textos produzidos no âmbito do Projeto Unesco de Estudos Raciais no Brasil (1951-1959) e dos Anais do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia (1954) surgiu a hipótese de que os três autores citados produziram um quadro em grande medida incongruente sobre o cultivo da Sociologia antes da reforma que inaugurou o regime departamental e ampliou a política de fomento à pesquisa. Colocada em suspenso a discricionária diferenciação que lhes serve de base, entre Sociologia e Pensamento Social, o que se tentará demonstrar aqui é que pelo menos a pesquisa sociológica na década de 1950 encontrou fora da USP e dos estados do sudeste modos de desenvolvimento e redes

sociais de apoio que não resultaram dos processos sociais tomados nesses estudos como determinantes ou favorecedores.

Obviamente, tal esforço em questionar essas interpretações não é indicativo de qualquer espécie de rejeição *in totum* do quadro conceitual que a Sociologia do Conhecimento tem a oferecer à história social dos intelectuais. Aliás, buscou-se atender aqui a alguns de seus pressupostos fundantes: frisar os aspectos ideacionais das formas assumidas pelas instituições sociais, averiguar as conexões entre formas interpretativas e seus específicos contextos de aparição, ou o lugar social de seus criadores, além de ver nas idéias algo mais que a mera expressão de conflitos práticos entre classes, por exemplo. A tentativa de explicar os olhares que Florestan, Mota e Miceli lançaram sobre o lugar de origem da Disciplina, assim como marcar as diferenças entre os grupos de acadêmicos pioneiros e a geração modernista na São Paulo dos anos 1940 e 1950, impôs o lide com problemas bem discutidos por Karl Mannheim e Pierre Bourdieu. Autores aos quais se devem muitos dos *insights* desta pesquisa. O primeiro deles preocupando-se em acompanhar o modo como, ao longo da história, processos sociais influenciaram as gêneses, formas e conteúdos de diferentes processos de pensamento, e em captar esses repertórios simbólicos em seus limites espaciais e temporais de validade. O segundo, focalizando o universo das práticas usuais e cotidianas e os significados sociais nelas implicados através do conceito de *habitus*, ou, em suas palavras, um “princípio de mediação entre as estruturas sociais já cristalizadas e o universo das práticas usuais e cotidianas que possibilita a reprodução ou a redefinição dessas mesmas práticas e dos significados sociais nelas implicados” (Bourdieu, 1983, p. 78). A diferença do ethos intelectual de grupos e gerações podendo ser explicada assim, como resultante do jogo das relações sociais entre a origem e a trajetória comuns de certos indivíduos.

Além da identificação das representações sobre esse período produzidas pelos três autores, são importantes alguns comentários sobre os demais textos que serviram de base a esta pesquisa. A partir de 1952 a Capes² produziu um *Boletim Informativo* que entre sua criação e as edições de 1960 revela uma tendência interessante: antes que a Capes passasse a receber dotações significativas e fosse capaz de viabilizar a implementação de projetos que pudessem ser eles próprios objeto de divulgação, os responsáveis pela publicação usavam-na para apresentar os exemplos bem sucedidos de políticas estaduais voltadas para

o ensino superior e as experiências institucionais que poderiam servir de molde às Faculdades de Filosofia nascentes. Os anos passam e modifica-se o perfil dos Boletins, progressivamente mais voltados para a publicidade das iniciativas do próprio Órgão.

Em março de 1954 a Capes contratou como consultores dois intelectuais baianos, Luis de Aguiar Costa Pinto e Edison Carneiro (este, estudioso dos cultos populares, àquela altura conhecido jornalista e diretor executivo da Campanha de Defesa do Folclore), para produção do inquérito *As Ciências Sociais no Brasil*. Seu relatório final, publicado em 1955, é uma mescla de opiniões pessoais, síntese dos depoimentos coletados e apresentação das respostas contidas nos questionários aplicados junto a docentes de diversas unidades acadêmicas. A análise dessas publicações permite uma ampliação do enfoque sobre o estado institucional das Faculdades de Filosofia e das Cátedras³ de Sociologia fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo naquela década.

Sobre o já conhecido Projeto Unesco de Estudos sobre a questão racial no Brasil, que envolveu pesquisadores de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, a presente pesquisa buscou reconstruir parte dos esforços referentes à sua consecução lidando com alguns prefácios, artigos e correspondências trocadas entre os envolvidos e publicados paralelamente aos relatórios finais do Projeto nas revistas *Anhembi* e *Sociologia*, em meados dos anos 1950. A leitura desses textos de época e da bibliografia sobre a questão racial naquela década torna visíveis (e comparáveis) as possibilidades de que dispunham os sociólogos e antropólogos nos referidos estados para a organização de pesquisas de alto padrão.

Por fim, os Anais do 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (realizado em junho de 1954), publicados pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo meses após o Congresso. Essa é uma série riquíssima de comunicações que permanecem quase inéditas. Sobre o 1º Congresso e os primeiros anos de existência da SBS, absolutamente nada de sistemático foi publicado até agora⁴. A apresentação das falas e dos seus debates mais significativos permitem um detalhado acesso a agenda de pesquisa da Disciplina naquela década.

² Criada em 1951 com a função de avaliar e apoiar a produção e a qualificação de alunos e professores em todas as regiões do país.

³ Em 1954 havia no país 150 cadeiras de Sociologia, 20% nas Faculdades de Filosofia e as demais em Escolas Normais e Institutos de Educação.

⁴ Apenas Gláucia Vilas Bôas (2006) e Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001b) já analisaram os Anais do 1º Congresso, em ambos os casos, apenas de maneira pontual.

Uma das imagens mais comumente noticiadas nesses textos é a intensa participação de Florestan Fernandes, que justamente em 1954 se tornava regente da Cadeira de Sociologia I na Faculdade de Filosofia da USP. Tratar de sua atuação intelectual, como se faz aqui, impõe tarefas que também merecem um esclarecimento. Encarar a polêmica sobre quantas fases teve sua carreira parece ser a mais inescapável entre elas. Há quem tenha escrito sobre sua vida a partir de um grande eixo de continuidade. Para Eliane V. Soares (1997), por exemplo, o sociólogo e o socialista sempre estiveram presentes na trajetória de Florestan, como identidades, preocupações e esforços intelectuais nem um pouco excludentes entre si. Em pesquisa baseada principalmente em entrevistas com Florestan, Soares afirma ser sua agenda de pesquisa como acadêmico, desde o início, marcada por temas socializantes. Em sua atuação político-partidária, a partir de 1986 (ano em que se elege deputado federal), a autora destaca o idealismo e a relativa prolixidade com que Fernandes tratava dos temas em pauta. Para a autora, o militante e o acadêmico até os anos 1970, assim como o intelectual e o parlamentar, a partir dos anos 1980, só podem ser separados por quem não compreendeu devidamente a trajetória de Florestan.

Munida de opinião bem diferente e mais próxima da divisão traçada pela presente pesquisa esteve Bárbara Freitag (1987). Essa autora identifica uma descontinuidade básica na trajetória de Florestan, localizável entre 1964 e 1969, momento em que o “acadêmico reformista” teve de enfrentar os percalços do exílio e as exigências da atividade publicista e militante. Para ela, mudanças em suas preocupações como pesquisador e no seu estilo de escrita marcam, a partir de então, o início de uma fase “político-revolucionária” em sua carreira. Freitag sai-se bem ante o perigo das ficções e anacronismos biográficos. Está em sintonia com as precauções de Pierre Bourdieu sobre as formas de ilusão biográfica. Sabe que é preciso resistir ao deslize das narrativas consagradas, nas quais a vida do biografado tende a figurar como o desenrolar de um projeto obediente a um plano original, unidirecionado e coerente. O olhar retrospectivo e a rememoração autobiográfica também podem ser exercícios identitários nos quais imagens são criadas segundo preocupações recentes, às vezes, estranhas ao objeto do relato.

Mesmo em concordância com essa autora, cabe a ressalva de que a aludida ruptura que marca a história de Florestan, torna-se mais visível quando analisadas suas frentes de atuação político-institucionais e não apenas seus livros. Isso porque em sua Sociologia do Desenvolvimento, um quadro conceitual pouco variável tendeu a resistir e estar presente

mesmo nos textos mais radicalizados, como os últimos capítulos de seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, de 1974. Em acordo com a indicada divisão na trajetória de Fernandes, é preciso destacar que esta pesquisa trata apenas do “acadêmico reformista” e de sua atuação como construtor institucional (continuador do legado francês-uspiano e incentivador da Sociologia acadêmica no país), descrevendo episódios relacionados com a primeira fase de sua carreira. Os que conhecem sua obra também sabem dos limites dentro dos quais seus usos conceituais puderam se modificar. Presentes na primeira e segunda fase de sua carreira estão os conceitos de “demora cultural”, “heteronomia”, “ordem social competitiva”, “revolução burguesa”, “comportamento sociopático”, “sistema social” e “efeitos disnômicos”, extraídos ou inspirados principalmente na tríade clássica (Marx, Durkheim e Weber) e em autores como Mannheim, Merton e Parsons. Zeloso de sua sólida formação, Florestan costumava rejeitar os modismos intelectuais. É, portanto, bastante provável que a análise de suas intervenções no 1º Congresso (sobre os problemas ligados a “mudança social”, por exemplo) possa acrescentar algo àqueles que estudam a obra do segundo Florestan, “político revolucionário”, declaradamente militante socialista e, de vários modos, preocupado em denunciar “a perversa hibridez” dos processos históricos ligados a formação nacional.

O Florestan Fernandes aqui enquadrado foi um dos personagens centrais no esforço de montagem institucional das Ciências Sociais no país. Não há dúvida quanto a isso. O problema é o fato de seus testemunhos e interpretações sobre esse contexto (e os trabalhos neles inspirados) negligenciarem o papel que cumpriram nos anos 1940/50 os Institutos Históricos, Academias de Letras e Associações de Folcloristas. Nesse período, nos estados menos desenvolvidos, era nessas instituições que se fazia pesquisa social e nas principais capitais (apesar da concorrência com os pesquisadores universitários e seus sofisticados aparatos teórico-metodológicos) seus intelectuais não eram de todo desacreditados. Luís Rodolfo Vilhena (1997) é um dos estudiosos desse período que insistem no importante papel cumprido pelos Institutos Históricos e Comissões de Folclore na formação dos primeiros quadros acadêmicos nos cursos de Ciências Sociais no país. Na narrativa que se procurará problematizar no próximo capítulo, aquelas instituições não passam de lugares em que atuavam intelectuais “não apenas despreparados como portadores de uma orientação superada”, segundo a expressão de Cecília Westphalen⁵,

⁵ Apud Mota 1998, p.24.

bastante representativa de certo ponto vista universitário sobre cronistas, ensaístas e etnógrafos.

O lide com a referida bibliografia e documentação abre um campo de testes para algumas das afirmações contidas nos textos dessa “linhagem paulista” de estudos sobre o tema. Sem dúvida, ela tem certa importância para a memória dos cientistas sociais brasileiros, mas pode ser complementada por investigações mais detalhadas e criteriosas. Procura-se aqui tomar o período estudado por Fernandes, Mota e Miceli nos seus próprios termos e sublinhar aquilo que nesses trabalhos aparece como projeção de uma “auto-imagem uspiana”.

Retomando por um instante a distinção colocada em suspenso entre literatura, pensamento social e “Sociologia científica”. Para um jovem estudante de Sociologia, recém migrado da História, foi, num primeiro momento, angustiante perceber a longa vigência entre os sociólogos de classificações tão arbitrárias sobre a história intelectual brasileira, fundadas em arrogantes valorações sobre o conhecimento sociológico acadêmico. Do modo como aparecem, especialmente nos trabalhos de Florestan e Mota, tais classificações implicam uma hierarquia entre saberes que coloca no topo a produção das modernas linhagens acadêmicas e seu padrão de trabalho auto-declarado científico. Classificações baseadas em pares de “conceitos opostos assimétricos”, para usar a expressão de Koselleck (2001), caracterizações unidirecionais e valorativas do tipo: especialistas *versus* ensaístas, críticos *versus* conservadores. A partir dessas designações os sociólogos pioneiros buscaram articular sua identidade em sucessivos contextos de experiência e aí está a matéria prima da auto-imagem uspiana.

Autores de diversas maneiras ligados a essas primeiras gerações de acadêmicos paulistas ainda hoje reincidem freqüentemente no mesmo uso conceitual, atualizando os exercícios de Sociologia do Conhecimento de Florestan nos anos 1950. Ele acreditava estar em meio a um “salto para frente na elaboração sociológica” e em “ruptura com padrões deformados” de produção intelectual. Felizmente, a história dos conceitos fornece instrumentos para lidar de maneira compreensiva com tais posicionamentos.

Como categorias do conhecimento histórico, as antíteses do passado costumam ser bastante grosseiras. Nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram. Em última análise, isso significaria adotar a história dos vencedores, cujo papel

costuma ser momentaneamente glorificado por meio da negação dos vencidos. (Koselleck, 2001, p. 194)

Comparar o que Joaquim Nabuco foi capaz de dizer sobre o século XIX e a contribuição de um autor como Octávio Ianni para a compreensão das instituições políticas brasileiras no século XX, pode parecer algo bastante esdrúxulo. Fernando Henrique Cardoso, a quem não se pode negar a amplitude da obra, reconheceu não estar a altura do primeiro (2006, p.12). Mas a linhagem paulista de estudos sobre a história do pensamento social no Brasil, lida e citada há quase cinquenta anos, faz figurar Octávio Ianni como herdeiro e continuador da revolução metodológica que deu início à elaboração de um saber propriamente científico sobre a realidade brasileira e Nabuco, o representante datado de uma decadente mentalidade estamental, ou um intelectual tradicional transigindo com a modernidade, mas ainda incapaz de compreendê-la.

Joaquim Nabuco não fundou uma escola de pensamento, nem formou um grupo de continuadores. Talvez seja essa a explicação. Em torno da prestigiada cadeira de Sociologia I, nessa USP dos anos 1950 e 1960, formaram-se órbitas de pesquisadores, vários deles, ainda hoje, bastante prestigiados pelo heróico e depreendido apoio que prestaram aos pioneiros⁶. Só que a distinção entre Sociologia Acadêmica e Pensamento Social tendeu a emergir na exploração do material documentário e bibliográfico de diversas maneiras. Esse não era um ponto pacífico entre os sociólogos dos anos 1950. Tenta-se mais adiante restituir algumas das posições divergentes a esse respeito, além de explicar o porquê da ênfase uspiana na ruptura epistemológica com as tradições de pesquisa social anteriores.

⁶ Nas palavras de Liedke Filho: “Por Escola Sociológica do Florestan Fernandes entende-se o grupo de cientistas sociais que trabalharam ligados aquele cientista no período entre 1954 e 1969, na antiga Faculdade de Filosofia da USP, desenvolvendo uma série de projetos de pesquisa comuns abrangendo temas referentes às relações raciais no Brasil, à empresa industrial em São Paulo e à análise sociológica do desenvolvimento brasileiro.” (Liedke, 1977, p. 8) Florestan facilita o trabalho de identificação dos seus integrantes: “Trabalharam comigo, ao longo do período de tempo que estive à testa da Cadeira de Sociologia I, diretamente ou através do Cesit, os seguintes colegas: Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Octávio Ianni, Marialice Mearini Forachi, Maria Sylvania Carvalho Franco, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Celso de Rui Beisegel, José de Souza Martins, José César Gnaccarini, Gabriel Cohn, José Carlos Pereira, Gabriel Bolaffi, Sedi Hirano, Lourdes Sola, Claudio José Torres Vouga, José Rodrigues Barbosa, Luiz Wejz, José Francisco Fernandes Quirino, Vera Lúcia Brizola, Maria Célia Pinheiro Machado, Dirceu Nogueira Magalhães, André Pompeu Vilalobos e Maria Helena Oliva Augusto”. (Fernandes, 1976, p.183-184)

O presente trabalho se divide da seguinte maneira: no 1º Capítulo apresentam-se as imagens contidas nas narrativas sobre os primórdios da Sociologia como disciplina acadêmica no país; no Capítulo seguinte enfoca-se a geração pioneira de uspianos atuando no sistema de produção cultural da cidade de São Paulo durante os anos 1940/50; o 3º Capítulo é uma análise das articulações e contatos que viabilizaram o Projeto Unesco de estudos raciais na Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro; o 4º Capítulo apresenta as exposições e principais debates do 1º Congresso da SBS. Ao longo de todo o texto, Florestan Fernandes é o personagem central. As Considerações Finais trazem reflexões sobre a atualidade de sua “sociologia da Sociologia”, sobre a força de seus testemunhos e importância de sua trajetória como construtor institucional.

CAPÍTULO 1

Uma linhagem paulista de estudos sobre a história da Sociologia no Brasil

Para Florestan Fernandes, os estudos sobre o Brasil que antecederam a USP deviam ser apreciados com cuidado. Assim como numa certa esfera do “processo modernizador” os médicos substituíram as parteiras, aos sociólogos coube a tarefa de substituir os literatos, filósofos sociais e ensaístas. Essa substituição baseava-se na idéia firme e elaborada de que apenas os primeiros seriam capazes de produzir, dentro de um espaço de neutralidade, saberes de caráter universal sobre a organização e os problemas coletivos. Consistente ou não, esse desejo de erigir-se como instrumento de auto-análise da sociedade e enunciar verdades sobre seu funcionamento foi útil na luta pela autonomização da Sociologia como Disciplina acadêmica e científica, tendo no Brasil poucos defensores tão crentes e aguerridos quanto Florestan Fernandes. Depois de incursões na epistemologia e história das ciências, esse autor fez da referida pretensão um critério de julgamento das demais vertentes de estudos sociológicos no país, influenciando fortemente a historiografia brasileira sobre esse tema.

A idéia de que a criação da USP, em 1934, foi um divisor de águas na história do pensamento social brasileiro toma diversas feições em sua obra, inclusive sob a forma do elogio a autores identificados com a USP que o sociólogo Renato Ortiz não hesitou em definir como “um tanto insípidos”:

[...] excetuando-se a produção dos sociólogos estrangeiros que lecionavam entre nós, as primeiras tentativas de vulto, na exploração de alvos científicos definidos sistematicamente da investigação sociológica, fazem-se sentir em contribuições posteriores a 1930, de Fernando de Azevedo e de Emílio Willems. (Fernandes, 1976 Apud Ortiz, 1990, p. 167-168)

Uma das linhagens de estudos ensaísticos, da qual Alberto Torres parece ser o maior representante, segundo Fernandes, subordinava os alvos de pesquisa a interesses político-pragmáticos, associados ao controle dos desequilíbrios gerados pelo progresso e à

pacificação social. Havia ali, segundo o autor, uma abertura para distorções ou no mínimo influências de cunho ideológico capazes de viciar o curso da pesquisa e o sentido da explicação (Fernandes, 1958, p. 190).

O Modernismo, Florestan o qualificava como discurso inconseqüente, frívolo e de contribuições meramente estéticas.

[...] o fato é que o Modernismo aqui foi um Movimento pobre e eu não acredito que ele tenha quebrado as arestas do obscurantismo tradicionalista, e que tenha sido ele o fator que nos libertou das limitações do passado. Não só porque essas limitações estão aí, tão vivas quanto eram antes; mas ainda, porque é evidente que o enriquecimento da literatura, que ocorre na década de 30, não tem ligação direta, causal, com o movimento modernista. Pode-se afirmar o contrário, como construção intelectual. Todavia, para se comprovar a afirmação seria preciso demonstrar que essa literatura seria diferente se o movimento não tivesse acontecido. Doutro lado, aquilo que é mais valioso, mais importante nos Modernistas, a gente encontra nos autores anteriores. (Idem, 1978, p. 34).⁷

O autor também costumava criticar o beletismo com que eram feitos os estudos sociais nas Faculdades de Direito. Os livros sobre a formação social brasileira que antecederam a Faculdade de Filosofia eram, para Fernandes, quase todos, expressões de uma mentalidade conservadora, em conexão com formas sociais arcaicas e com o cultivo elitista do saber. Segundo o autor, na década de 1950, prevalecia entre os sociólogos brasileiros uma precária tendência descritiva e histórica (ou sociográfica), e uma outra de viés teoricista ingênuo cuja fórmula “teoria sem fato” é expressa muito bem pela obra de Mário Lins. Afirma Florestan:

[...] Enquanto prevalecer um ou outro propósito, isoladamente, nas contribuições ditas científicas, estas estarão sofrendo em desequilíbrio fatal. Pode-se entender esta situação em face de disciplinas tão complexas quanto a sociologia, como uma “moléstia infantil”, a ser corrigida pelo próprio efeito da expansão da pesquisa fundamental. Isso não nos impede de reconhecer a gravidade dela nem de admitir a conveniência, extremamente urgente, de modificar a atitude que predomina entre os sociólogos brasileiros, que encontram compensações satisfatórias em condições de trabalho que agravam, perigosamente, tal situação. (Idem, 1958, p. 222)

⁷ Florestan refere-se a Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, autores que no início do parágrafo citado, recebem menções positivas se comparados com seus sucessores intelectuais imediatos.

A influência de estilos como o de Euclides da Cunha e Pontes de Miranda parecia-lhe algo como uma “moléstia infantil” a ser dissipada pelo avanço da pesquisa empírica e a interpretação teoricamente orientada. Florestan define o trabalho de autores como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima com a expressão “padrão de análise histórico-sociográfica”⁸, segundo ele, baseado em descrições assistemáticas de aspectos e problemas sociais, produzidos sem a interveniência da pesquisa empírica metódica e destituídos de orientação teórica confiável (Idem, 1976, p. 72).

Segundo Florestan, entre os ensaístas, em consequência da própria inexistência da Sociologia como saber específico, predominavam distorções e deficiências crônicas no tratamento dado a realidade.

[...] A transformação da sociologia em especialidade, integrada ao sistema científico brasileiro, constitui um produto intelectual de desenvolvimentos culturais que se iniciam com as décadas de 20 e 30 de nosso século. Portanto, a formação regular, que poderia dirigir a especialização dos estudiosos nessa ordem de investigações, representa algo que mal está se tornando possível no presente. A formação dos investigadores das gerações mais velhas processou-se mediante recursos autodidáticos e, em menor escala, pela educação em centros universitários estrangeiros. O caráter incipiente da especialização somase assim, aos efeitos de condições anteriores ainda mais precárias de educação científica dos sociólogos. O resultado de ambas as influências é quase o mesmo: um padrão relativamente deformado de disciplina intelectual do trabalho científico, suscetível de favorecer os móveis da investigação sociológica mais reputados, individualmente, pelos investigadores. (Idem, ibidem, p. 62)

Prevalecia no tipo de análise histórico sócio-gráfica levantamentos incompletos dos dados e projeções subjetivas sobre seus resultados (Id., Ibid., p. 72). Para Fernandes, a transformação de tal padrão de análise em investigação positiva e a introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático haviam se iniciado com Oliveira Viana, Gilberto

⁸ O conceito de Florestan mantém parentesco com a idéia de sociografia, sobre a qual Curvillier informa: “Em 1913, o sociólogo holandês R. Steinmetz (1862-1940), criou a palavra *sociografia* [...] para designar a descrição, por todos os meios possíveis, das relações e dos estado de um povo em uma determinada época.” A sociografia, acrescenta ele, “[...] tem portanto, a mesma missão a desempenhar, em relação aos povos mais desenvolvidos, que a Etnografia para os chamados povos primitivos, que é a de nos fornecer uma descrição completa da vida total de um povo, com todas as suas tendências e todas as suas forças, as suas alturas e as suas profundezas” (Curvillier, 1955, v. II, p. 24). E mais adiante acrescenta: “Nunca serão demasiados os contatos do sociólogo com a realidade social viva. Todavia não se deve esquecer que a Sociologia não é sociografia; que o papel de uma ciência não é apenas *descrever*, mas também *explicar*” (Idem, ibidem, p. 56)

Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque, mas só se completado com o trabalho dos estrangeiros e a instituição do ensino universitário.

Segundo Florestan, as elites ilustradas brasileiras haviam participado desde muito cedo do desenvolvimento da Sociologia, mas apenas como consumidoras. A introdução da doutrina positivista e suas repercussões na mentalidade proto-republicana ao longo de parte do 2º Reinado davam mostras disso. Um saber que na Europa nasceu atrelado aos grandes processos modernizadores produzidos pelo capitalismo viria, no caso brasileiro, defrontar-se com uma sociedade estamental avessa ao controle e racionalidade típicos de uma sociedade de mercado. Em consequência disso, durante boa parte do século XIX, os vocábulos da Sociologia só teriam encontrado entre os brasileiros um uso não mais que episódico e marcadamente literário (Id., *ibid.*, p. 27). É apenas com a geração dos intelectuais de 1870 que se pode falar de fato em evolução dos estudos sociais no Brasil. Mesmo assim, nesta primeira fase, segundo Fernandes, não houve investigação social propriamente dita, mas apenas o esforço em considerar certos fatores sociais no âmbito de exercícios interpretativos e relacionistas.

Até fins do século XIX, a importação de técnicas e fórmulas especializadas havia sido o único recurso possível numa sociedade em que a produção de conhecimentos racionais subordinava-se ao exercício de atividades clericais fortemente atreladas a idéias tradicionais, ou ao pragmatismo político dos chamados bacharéis, atores subordinados à lógica do favor e da autoridade típicas do domínio senhorial. Segundo Fernandes, “como o clero na sociedade colonial, o bacharel se encontrava preso a uma teia de determinações que projetavam suas atividades no âmago das forças do conservantismo sócio-cultural” (Id., *ibid.*, p. 19). Além disso, o próprio empenho de implementação técnico-produtiva não podia estar associado à escravidão. A estratificação social impedia o surgimento de perspectivas divergentes sobre a ordem, já que condenava uma parcela significativa da população ao embrutecimento e comprometia grande parte das elites intelectuais com as próprias funções de justificação do regime.

Segundo Florestan, o desenvolvimento da ciência no Brasil teve de esperar a Abolição do trabalho escravo e a emergência de um regime de classes. Tal mudança esteve ligada ao processo de avanço industrial e à consolidação do que denomina funções metropolitanas. A especialização exigida pelo avanço do mercado e associada à complexificação do aparelho estatal deu à proliferação dos conhecimentos científicos o

caráter de necessidade sócio-histórica. Desde meados do século XIX, São Paulo era o lugar onde tais modificações se apresentavam de modo mais acentuado. Seria assim natural que primeiramente aí se desenvolvesse uma mentalidade favorável à disseminação dos recursos técnicos e das alternativas racionais de gestão dos problemas humanos:

Do nosso ponto de vista, o que interessa é pôr em relevo o sentido do processo. Nas condições de existência de uma cidade como São Paulo, o recurso ao pensamento racional e à investigação científica surgem de necessidades reais e, às vezes prementes. Por isso, o sistema institucional se altera, para dar ao pensamento racional e à investigação científica uma posição dominante. Na medida em que isso ocorre, ambos vão deixando de ser um mero produto da civilização da grande cidade, para se transformarem em fatores dinâmicos de sua integração e de sua evolução culturais. (Idem, ibidem, p. 23)

Os estudos sociais esperariam assim até o primeiro quartel do século XX para se firmarem como saber legítimo (tanto quanto o direito ou a técnica administrativa), e modo amplamente aceito de explicação das condições em que se encontrava o país. Florestan afirma que a produção de *Os Sertões* (1902) por Euclides da Cunha e a receptividade ao seu livro servem como índices da mudança apontada. Dali em diante também se tornava contínuo o aumento das categorias de profissionais liberais e de suas pressões por reformas capazes de garantir os requisitos mínimos de funcionamento do regime sócio-político formalmente instalado desde a proclamação da República em 1890. Trabalhos como os de Alberto Torres se relacionavam claramente com esse movimento, mas tratava-se, nesse caso, de uma junção entre análise histórica e intenção pragmática. A manipulação dos saberes sobre os problemas coletivos se relacionando estreitamente com o empenho elitista de reação às mudanças.

As campanhas e reformas educacionais na década de 1920 davam mostras de que se desenvolvia entre as elites brasileiras uma nova forma de compreensão do importante papel que tinham a cumprir no processo de organização nacional certos conhecimentos e instituições. A introdução da Sociologia, em 1925, nos currículos de ensino médio e superior indica que esta disciplina passava a ter um lugar de destaque no sistema sócio-cultural brasileiro (Fernandes, 1976, p. 38). Os anos seguintes foram marcados por uma rotação na mentalidade dos grupos políticos. A educação ganhava um espaço tortuoso, mas progressivo na agenda pública após a Revolução de 1930. É este, segundo Florestan, o contexto de emersão da experiência universitária brasileira.

São Paulo já havia sido a precursora na institucionalização de certas atividades ligadas a atuação do sociólogo: o Museu Paulista e o Departamento Municipal de Cultura eram provas disso, mas é no surgimento da Universidade e sua Faculdade de Filosofia, em 1934, que Florestan vê o mais importante desenvolvimento da Sociologia: a especialização. Por meio dela, segundo o autor, se viabilizaram a formação profissional, o desenvolvimento de um público consumidor orgânico e a criação de um novo padrão de trabalho intelectual. Muito disso deveu-se à presença de especialistas estrangeiros como Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Levy Strauss, Jacques Lambert, Samuel Lowrie, Horace Davis e T. Lyn Smith entre outros. Eles possibilitaram aos jovens estudantes o contato com um quadro novo de referências. Estas formavam o roteiro de um tipo de conhecimento dotado de linguagem e limites específicos frente a outras formas de saber. Conhecimento não obtido pela análise mental ou por meio da experiência vivida e sim, o produto de uma ciência experimental e teórica dos fatos sociais, capaz de apreender aspectos dos problemas coletivos inacessíveis ao conhecimento vulgar.

Carlos Guilherme Mota é também um autor comprometido com o legado deixado pela primeira experiência universitária. Em seu livro *Ideologia da Cultura Brasileira* (1998), passa a limpo as obras e autores brasileiros mais significativos entre a década de 1930 e 1970, avaliando-os pelo sentido que deram a categorias como “caráter nacional”, “homem cordial”, “democracia racial” (peças do quebra cabeça ideológico chamado cultura brasileira). Sua classificação é simples. Do lado de dentro das “coordenadas estamentais” atuaram figuras como Alberto Torres, Oliveira Viana e Afonso Arinos e de fora delas, tradições progressistas nas quais se inscrevem, ainda na primeira metade do século XX, autores como Mário de Andrade, Carlos Drummond, Caio Prado Júnior e os membros do grupo Clima. Esse último atuando já dentro de um novo marco, “radical de classe média”, resultado do processo de institucionalização que, segundo o autor, substituiu a “qualificação intelectual pela função intelectual.” (Mota, 1998, p. 49) De maneira similar à Fernandes, ele relaciona o surgimento da Sociologia acadêmica ao contexto mais amplo de consolidação de um regime de classes no país. E como Florestan, evoca as imbricações entre as resistências da antiga ordem de estamentos e a moderna ordem social competitiva no Brasil como fator explicativo dos percalços por que vinha passando a democracia no país.

[...] a noção de “cultura brasileira” gerada nos últimos quarenta anos dissolveu as contradições sociais e políticas reais, quando estas afloravam no nível da consciência dos agentes: numa palavra, a consciência cultural nunca incorporou sistemática e criticamente a implicação política de sua própria existência, e por esse motivo pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência social. Esse legado dos estamentos dominantes da República Velha e do Estado Novo – a noção de “Cultura Brasileira” – mais serviu para embarçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes e mascarar a problemática da dependência. (Idem, *ibidem*, p. 269)

Em *Ideologia da cultura brasileira* a Faculdade de Filosofia da USP aparece como um marco divisor que veio dar um “sopro de renovação nos estudos históricos” (Id., *ibidem*, p. 39), em flagrante contraste com as obras dos intérpretes dos anos 1930, e com o que Mota afirma ser a “extrema mediocridade da Historiografia rançosa produzida nos Institutos Históricos e Geográficos e nas academias de província” (Id., *ibidem*, p. 33). As pesquisas voltadas para o problema da dependência e do caráter da revolução burguesa no Brasil não podiam sequer ser comparadas com os trabalhos de história política produzida nesses Institutos, pois por mais conteudísticos que fossem não passavam de “ficções oligárquicas”.

Nos quadros acadêmicos, a escola mais inspirada do pensamento sociológico e histórico estará surgindo, com a colaboração por vezes de investigadores estrangeiros como Charles Wagley e Roger Bastide, em torno de Florestan Fernandes. Vistos em perspectiva, pode-se dizer, aliás, que Florestan Fernandes e Antonio Candido, ambos da Faculdade de Filosofia de São Paulo e ex-Assistentes de Fernando de Azevedo, catedrático de Sociologia e autor de *A Cultura Brasileira*, representavam em áreas distintas (Sociologia, Antropologia e História, Florestan; Sociologia, Antropologia e Teoria Literária, Antonio Candido) os dois principais pesquisadores que dão elo intelectual entre a geração dos catedráticos (Fernando de Azevedo, Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda) e a *nova*, representada por Octávio Ianni, F. H. Cardoso, Roberto Schwarz, Maria Sylvia C. Franco, Juarez Lopes, L. A. Costa Pinto, Emília Viotti da Costa, J. A. Giannotti. (Idem, *ibidem*, p. 38)

Mota viu nas novas especialidades técnico-científicas introduzidas pela Universidade um dos movimentos responsáveis pela liquidação da antiga ordem. A clivagem regional presente em Florestan reaparece aqui, e também novas classificações pretensamente capazes de iluminar obras e autores como *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, dessa vez por mera referência a um suposto processo de esvaziamento

ideológico da aristocracia nordestina. Erudito e bom escritor, Freyre seria o porta-voz de uma sociedade oligárquica que precisava mudar para permanecer a mesma.

Mas é claro que a sociedade de estamentos sofreu abalos mais fortes em outras regiões do País. Muitas são as frentes de pesquisa em que a ideologia de Freyre não tem penetração. À instalação da sociedade de classes corresponderam novas formas de organização do saber, nas quais se adensou massa crítica para elaborar instrumentos de análise científica inclusive para enfrentar a problemática da ideologia do caráter nacional, da cultura brasileira etc. (Mota, 1998, p. 73)

Mota, ao qualificar a Sociologia acadêmica, como bem observou Vilhena (1997, p. 58-59), esteve menos preocupado em frisar os critérios e rigores que organizavam sua produção que em distingui-la das demais espécies de discursos tendo como referência sua criticidade. Na USP se podia encontrar as exceções ao generalizado reformismo nacionalista e às pregações sobre a necessidade de uma aliança de classes entre burguesia e proletariado, espécie de consenso no ambiente intelectual brasileiro durante os anos JK.

As exceções – e elas não foram poucas – podem ser encontradas em posições teóricas (e práticas) assumidas por representantes do pensamento progressista, como Antonio Candido e Florestan Fernandes. De fato, vista em conjunto, a década de 50 não viu apenas a eclosão das manifestações do ISEB, ou a campanha pela Escola Pública (conduzida por líderes do porte de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Almeida Júnior) ou a abertura para a África preconizada por José Honório Rodrigues, em sua busca de fundamentação para nossas “aspirações nacionais”: houve todo um longo e lento labor, menos ruidoso, nas sendas das instituições universitárias, que veio à luz através de publicações como as revistas *Anhembi*, *Revista Brasiliense*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, *Revista de História*, entre outras. Não acadêmicas por vezes, acolheram e estimularam a produção universitária nem sempre embarcada em projetos menos intoxicados pela(s) ideologia(s) nacionalista(s). (Mota, 1998, p. 174)

Florestan Fernandes, expulso da Universidade em 1969 pelo Regime Militar foi, para Mota, o intelectual que mais definidamente encarnou os limites de atuação crítica numa sociedade dependente. Autor de uma sociologia preocupada em identificar os conflitos de classe e os mecanismos de reprodução do subdesenvolvimento peculiares à sociedade brasileira.

Nunca uma equipe de trabalho científico terá ido tão fundo, no Brasil, quanto a de Florestan, nas investigações sobre a passagem essencial do modo de produção escravista para a sociedade de classes: não será difícil entender que, por esse exato motivo, não foi tolerada pelo sistema. A descoberta de grandes temas (capitalismo, escravismo, racismo, subdesenvolvimento, dependência, Estado, formação do proletariado, planejamento etc.), a abertura em várias frentes de interpretação, a ruptura radical com os velhos quadros de explicação foram a tônica da [sua] “escola”. (Idem, *ibidem*, p. 184-185)

A terceira importante narrativa sobre o desenvolvimento da Sociologia no Brasil é o trabalho de Sérgio Miceli elaborado no Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, Idesp, intitulado *História das Ciências no Brasil* (2001a). O trabalho, que envolveu uma equipe de renomados pesquisadores⁹, teve como objetivo a publicação de dois volumes contendo diversos artigos a respeito, publicados respectivamente em 1989 e 1995¹⁰. Nos dois textos escritos por Miceli para o I volume, “Por uma sociologia das ciências sociais” e “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”, transparece sua filiação ao que está sendo chamado aqui de vertente paulista de estudos sobre o pensamento social brasileiro.

Miceli se debruça sobre a atuação das primeiras gerações de cientistas sociais, chamadas por ele de “novas categorias de produtores culturais”, tentando diferenciar os padrões de desenvolvimento institucional e implementação dessas carreiras no Rio de Janeiro e em São Paulo, fazendo, ao mesmo tempo, algumas (poucas) referências aos processos de constituição disciplinar em Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.

Tanto em Pernambuco como em Minas Gerais, a vida intelectual parece tomar alento quando se converte em outra das redes de intercâmbio em operação no interior das elites locais. Tal proximidade dos interesses dominantes imprimiu às instituições culturais e aos seus quadros profissionais as feições de quase extensões domésticas do poder político mantenedor. (Miceli, 2001a, p. 24)

⁹ No 1º volume: Sergio Miceli, Lilia K. M. Schwarcz, Fernando Limongi, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Paul Freston, Heloisa Pontes e Fernanda Áreas Peixoto. No 2º volume: Sérgio Miceli, Mariza Corrêa, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Lúcia Lippi de Oliveira, Bernardo Sorj, Maria da Glória Bonelli, Heloisa Pontes e Silvana Rubino.

¹⁰ Alguns trabalhos do Projeto Idesp, *História das Ciências Sociais no Brasil*, não estão comprometidos com a rigidez do esquema explicativo de seu coordenador, Sérgio Miceli. Outros, como os textos de Maria Arminda N. Arruda, trazem descrições bastante ricas. Serão, por isso, citados em diversos momentos ao longo deste trabalho. Em relação ao 1º volume, foi usada aqui sua 2ª edição, publicada em 2001.

Segundo esse autor, tanto no Rio como em São Paulo as Ciências Sociais nascem atreladas e dependentes das estruturas do aparato estatal, mas na então capital do país, instituições desse tipo pareciam estar mais expostas às intempéries dos contínuos rearranjos políticos e sujeitas à cobiça e barganha por cargos. O prematuro fracasso da Universidade do Distrito Federal (UDF) – encampada pelo grupo ligado à Anísio Teixeira, em 1935, e sufocada quatro anos depois pelo lobby católico e pelos grandiosos planos do ministro Gustavo Capanema – indica o misto de clientelismo, controle ideológico, empenho centralizador e ingerência das autoridades federais que presidiu a formação das instituições superiores de ensino nesse estado. Em São Paulo, por contraponto, pode-se falar em uma estadualização da iniciativa universitária, e desta como parte de um singular projeto político das elites derrotadas na Revolução de 1932, e empenhadas em reconduzir o estado a um lugar de proeminência nacional, através da formação de novas elites.

Apenas a título de contraste esclarecedor, poder-se-ia dizer que o Rio de Janeiro estava para a política assim como São Paulo estava para a ciência, dando conta, de um lado, da sintonia fina entre a atividade política e intelectual na capital do país e, de outro, da distância tangível entre os principais integrantes da escola sociológica paulista e os foros privilegiados da militância política no estado. (Idem, *ibidem*, p. 110)

Em São Paulo, os cursos de Ciências Sociais obtiveram uma espécie de segurança funcional pelo fato de atenderem ao requisito de formação de professores para o secundário num momento em que a estrutura de ensino crescia rapidamente. A origem social das primeiras turmas da FFCL-USP também merece destaque. Como demonstra Miceli, grande parte das vagas nos seus cursos foi ocupada por mulheres e descendentes de famílias de imigrantes, membros de uma classe média em processo de ascensão social. Algo inusitado e completamente distinto do que acontecia nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, tradicionalmente ocupadas pelos jovens mais bem nascidos de São Paulo.

Quanto às relações com o ensino e a retórica jurídicos, Miceli afirma que a vinda e atuação continuada de missões estrangeiras para a USP, em especial as francesas e norte-americanas, responsáveis pela área de estudos sócio-culturais, tornou possível o distanciamento em relação às Escolas Superiores já instaladas e também viáveis o desenvolvimento de uma hierarquia, linguagem especializada e critérios específicos de

titulação. Algo distinto do que se passava em estados como Pernambuco e Minas Gerais, onde o juridicismo era a base de um vocabulário técnico já consagrado.

Nos dois estados citados, as obras dos cientistas sociais foram tomando corpo “amarradas” à matriz provinciana de produção intelectual. Em Pernambuco, essa tradição polígrafa abrange desde o ensaio político, os versos de circunstância, a literatura de consagração, passando pelas técnicas de parecer jurídico, por toda a cultura da jurisprudência, até os ensaios culturalistas e as receitas culinárias. Já em Minas Gerais, o núcleo da tradição intelectual regional se firmou em torno de disciplinas como Direito e Economia, fazendo das ciências e dos cientistas sociais uma frente caudatária desses instrumentos indispensáveis aos negócios dos grupos dirigentes. (Idem, *ibidem*, p. 25)

Salta aos olhos o que existe de auto-elogio nas imagens criadas por esses três autores. Florestan defende a idéia de que o desenvolvimento das Ciências Sociais no país foi uma necessidade histórica resultante do progresso industrial paulista e deixa de enfatizar o quão dependente do empenho e dos artificios das “elites ilustradas” do estado foi o processo de montagem institucional da Universidade. O autor constrói uma periodização detratora das linhagens de estudos sociológicos pré-uspianos. Como bem afirma Wanderley G. Santos (1978), ao classificar a evolução do pensamento social brasileiro segundo marcos organizacionais e institucionais e afirmar que o padrão de objetividade na investigação sociológica só foi alcançado mediante a experiência universitária, Fernandes encerrou toda a tradição intelectual anterior na idéia de conhecimento pré-científico e, portanto, pouco confiável.

Carlos Guilherme Mota, por sua vez, parece nem imaginar que categorias como “dependência” e “revolução burguesa” podem encerrar ficções ideológicas tão problemáticas quanto a idéia de “aspiração nacional” ou “cultura popular”. Além do mais, se realmente, como afirma, os uspianos não cederam ao canto de sereia nacional-popular no início dos anos 1960, estavam sim, junto com os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, envolvidos em generalizantes e arriscadas traduções de um projeto público de nação. É possível avaliar as ambições do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT)¹¹ (fundar um modelo teórico do processo de modernização na periferia do capitalismo e, através de uma sociologia aplicada, atuar sobre o processo de

¹¹ Centro de estudos ligado a Cadeira de Sociologia I, criado por Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes no início dos anos 1960.

superação do subdesenvolvimento) e perceber componentes altamente normativos¹². Contra os que enfatizam sua criticidade e negam qualquer traço de otimismo em seus trabalhos, é importante destacar que na primeira fase de sua carreira, Florestan viu sim na expansão da “ordem social competitiva” uma dimensão civilizatória, retardada no caso brasileiro, mas, de todo modo, promissora.

De outro lado, os programas de ação da Comissão Paulista de Folclore nos anos 1950, ou a existência de “cientistas sociais puros” no Rio de Janeiro, como José Bonifácio Rodrigues e Luis de Aguiar Costa Pinto, não cabem no esquema de Miceli, para quem, como se destacou, São Paulo estava para a ciência assim como o Rio de Janeiro para a política. É que ficava no primeiro estado a Comissão Estadual mais ativa dentro da rede institucional construída pelos folcloristas, numa agenda em que ciência e empenho político-missionário eram indistinguíveis. Os folcloristas, apesar de suas pretensões de autonomia, priorizaram a aproximação com o Governo, através da qual lograram a criação do Instituto Nacional do Folclore, INF. Sobre a referida oposição entre os dois estados, opiniões divergentes podem ser encontradas em Vilhena (1997) e em Bernardo Sorj (1995). Nas palavras desse último autor:

A perspectiva da história das Ciências Sociais no Brasil nos anos 50 e 60 (cf., por exemplo, Miceli, S. 1989), que enfatiza o estágio mais avançado das Ciências Sociais em São Paulo em contraposição às Ciências Sociais cariocas ligadas ao Estado, nos parece questionável. Ambas poderiam indicar um estado larvar e incompleto de diferenciação: no caso do Rio, o Iseb pode ser visto como vanguarda dos futuros centros de assessoria ao Estado que surgiram nos anos setenta e oitenta, e a USP, no lugar de centro autônomo, pode ser vista como ligada ainda à disciplina filosófica, baixo nível de contatos internacionais e indeterminada, quanto ao papel que deve ocupar no intercuro com a sociedade. (Sorj, 1995, p. 336, n.19)

A ênfase, por vezes esquemática, na diferenciação entre os dois estados acaba por obscurecer os numerosos intercâmbios e semelhanças entre os dois e retirar do eixo de análise outros centros intelectuais. Florestan, Mota e Miceli, consideram padrão científico a vigência durante a década de 1940 e parte dos anos 1950 de um estilo de trabalho intelectual que se deveu mais à atuação de pesquisadores estrangeiros no Brasil, que propriamente a chamada Escola Paulista de Sociologia. Foi o próprio Florestan, na maioria

¹² Para uma análise nessa direção, ver João Carlos Cândido (2002).

de seus balanços, que tendeu a considerar como sua maior contribuição à Sociologia brasileira, seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil (1974)*. Trabalho que se enquadraria perfeitamente no modo como Miceli qualifica a Sociologia carioca: reflexão totalizante, essencialmente endereçada ao campo político.

Algumas referências aos contextos nos quais foram produzidas as imagens apresentadas mais acima podem torná-las um pouco mais compreensíveis. Florestan, como se viu, falou em funções metropolitanas como requisitos ao desenvolvimento de novos conhecimentos e especialidades, mas o fez nesta São Paulo dos anos 1950, na qual, como se verá mais adiante, as elites buscavam fazer de suas instituições culturais espécies de estandartes da hegemonia econômica de seu estado. Este também é o momento em que a Faculdade de Filosofia da USP passava a envolver-se mais nos diálogos sobre os rumos da democracia no Brasil e o papel da ciência e dos intelectuais nessa ordem que parecia se consolidar com o avanço industrial. Pesquisas sobre o padrão de consumo dos diversos segmentos da população paulista encomendadas pelas empresas instaladas no estado, inquéritos sobre a densidade do processo de migração que alcançava a cidade naqueles anos, mapas das áreas críticas capazes de orientar os investimentos públicos para a solução do déficit escolar e para o combate à criminalidade. Uma cidade como São Paulo nos anos 1940 e 1950 guardava, de fato, novos espaços de atuação para a pesquisa social e a Faculdade de Economia e Administração, Escola Livre de Sociologia e Política¹³ e a Faculdade de Filosofia da USP, de alguma maneira, tentavam responder a estas novas demandas e participar dos processos decisórios.

A hostilidade de Florestan Fernandes aos sociólogos não acadêmicos e sua defesa dessa Disciplina como ciência, foram meios de superação das tradições de pensamento até então vigentes no país, uma espécie de esforço em começar do zero (ou melhor, dos clássicos internacionais da Disciplina) saltando por cima das linhagens brasileiras de estudos sociais. Renato Ortiz faz afirmações interessantes sobre a situação dos sociólogos acadêmicos naquele momento:

Nas décadas de 40 e 50 sua identidade era ainda amorfa, e a pergunta “o que é a nova disciplina?” pairava no ar. O pensamento sociológico

¹³ Após sua integração a USP, em 1939, a ELSP passou a ser designada “Escola de Sociologia e Política de São Paulo”. Ao longo deste texto é usado apenas o seu nome de origem, em acordo com a maioria das referências à Instituição.

brasileiro se encontrava ainda muito próximo de sua herança do século XIX; era importante separar o presente desta carga indefinida legada pela tradição. Identificá-la era delimitar fronteiras, construir um círculo no interior do qual as regras do conhecimento acadêmico passassem a vigorar. (Ortiz, 1990, p. 168)

A afirmação de um novo tipo de discurso naquele cenário em que, obviamente, vigoravam definições concorrentes sobre as formas mais adequadas de apreensão do social, exigia dos uspianos, por exemplo, um posicionamento em relação à consagrada sociologia de Gilberto Freyre¹⁴, ou diante do prestígio das pregações reformistas dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁵. Já são bastante conhecidos os embates entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes na década de 1950. O primeiro concebendo a Sociologia como instrumento da sociedade nacional em seu processo de auto-conhecimento. A Disciplina deveria, segundo Guerreiro, estar mais comprometida com o processo de desenvolvimento (e os sociólogos mais ocupados em evidenciar as leis que o regem), do que com “estudos de campo de caráter estático”¹⁶, baseados em teorias exógenas e incompatíveis com a realidade nacional. Florestan contra-atacava definindo os argumentos de Guerreiro como falaciosos e ideologicamente inspirados e seu receituário como deformação “filosófica”. Era a partir da idéia de um confronto, de uma disputa entre Escolas que se constituía o espaço de experiência de Fernandes e seu grupo durante a escrita dos referidos textos.

Mas se Fernandes pôde refletir sobre a experiência universitária num contexto otimista, em que a “nova ciência” parecia gozar de razoável legitimidade, Carlos Guilherme Mota se detém sobre os mesmos personagens após o drama das cassações e do exílio. Quando a tese de livre docência de que se originou *Ideologia da Cultura Brasileira* é defendida, em maio de 1975, o contexto era o de um arrazoado cultural, com os mecanismos de censura ainda operando em diversas instâncias. Mas as Universidades continuavam a ser focos de resistência ao regime e a USP a principal trincheira das

¹⁴ Ver, a respeito, Falcão, Joaquim; Araújo, Rosa Maria Barbosa (Orgs), (2001, p. 121 seq).

¹⁵ O ISEB foi criado em 1955, durante a presidência Café Filho, como órgão de assessoramento diretamente vinculado ao Ministério da Educação e funcionou (embora um tanto precariamente nos últimos anos) até 1964. Talvez tenha reunido os elementos mais representativos desta geração intelectual dos anos 1950. Preocupados em diagnosticar, ou antecipar teoricamente os possíveis percalços pelos quais poderia passar o processo de industrialização no Brasil. Integraram o seu conselho curador, principal instância do Instituto, intelectuais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Roland Corbisier, Roberto Campos, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto, Ewaldo Correia Lima, Nelson Werneck Sodré, Wanderley Guilherme dos Santos dentre outros.

¹⁶ Guerreiro se referia a estudos de comunidade como os desenvolvidos por Emílio Willems e seus alunos.

esquerdas, dentro da qual a memória das punições sofridas por Fernandes, Ianni e Fernando Henrique parecia ganhar um sentido heróico e exemplar, de martírio, de resistência ao arbítrio das “classes dominantes”.

Segundo Daniel Pécaut (1990) e Milton Lahuerta (2001), nos anos que seguiram aos expurgos operados pelo Regime Militar, os intelectuais teriam se encaminhado para a formação de uma espécie de partido da intelectualidade¹⁷. A especialização, profissionalização e a proteção institucional foram as únicas armas possíveis na luta contra a Ditadura¹⁸. Enfatizar as raízes políticas do protesto intelectual nos anos 1970 era um dos meios de construção do bloco histórico de oposição ao regime. A teoria crítica, que não cedeu ao realismo ou a opção incrementalista, e os intelectuais sacrificados e não os traidores¹⁹, por sua memória, é que Mota se propõe zelar. Acresce o fato de que Carlos Guilherme Mota se ligava a Florestan Fernandes e Octávio Ianni por relações de amizade fraternal²⁰.

Já Sérgio Miceli, professor titular de Sociologia na USP escreve num momento em que o processo de institucionalização da Disciplina se completou e os cerceamentos à Universidade já haviam acabado. No final dos anos 1980 as instituições de maior prestígio na área de Sociologia eram a FFCL-USP e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Esse último, voltado apenas para a pesquisa, e abrigando um ex-isebiano: Wanderley Guilherme do Santos. A imagem dessas duas instituições em disputa pela proeminência dentro do campo disciplinar parece se projetar na leitura que Miceli faz dos anos 1950. Em 1989, na FFCL o movimento era de despolitização dos discursos e o autor, já um tanto distante da geração sacrificada pela Ditadura, pôde se voltar com mais

¹⁷ Além de terem suas preocupações como que voltadas para uma série de temas comuns, neste período teriam se deixado representar por alguns porta-vozes. Fernando Henrique Cardoso como o mais ilustre deles. Acadêmico com legitimidade e inserção suficientes para vir a público e fazer avançar a reflexão sobre o posicionamento adequado e possível dos cientistas sociais frente ao Estado e sua política de cerceamentos. Intelectual capaz de se aproveitar dos espaços institucionais e dos estreitos meios de imprensa tolerados pelo Regime e disposto a se adequar ao tipo de comunicação que o contato com o público não acadêmico exigia de seus interlocutores e representantes.

¹⁸ Além das Universidades, entre as quais se incluía a PUC de São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, A Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência – SBPC tornar-se-iam progressivamente ao longo da década de 1970 campos de atuação da sociedade civil na luta contra o Regime Militar, às vezes contra os próprios interesses corporativos de seus membros.

¹⁹ No livro de Mota, sobre o CEBRAP e a obra de Fernando Henrique Cardoso são mínimas as referências.

²⁰ No início de seu livro, os agradecimentos, entre outros, são dirigidos à “Octávio Ianni, que retificou meu roteiro intelectual mais de uma vez” [...] e a Heloisa Fernandes, filha de Florestan, naquela altura, também professora da FFCL.

tolerância do que Mota para o estudo das continuidades no seio da Instituição e dos elementos favoráveis ao seu desenvolvimento. Como afirma Vilhena:

A dimensão engajada da sociologia paulista é menos enfatizada [por Miceli] para que sua defesa do conhecimento acadêmico seja o elemento a ser valorizado no seu confronto com as ciências sociais cariocas. São convenientemente deixadas em segundo plano as polêmicas acerca do nacional-desenvolvimentismo que também faziam parte da agenda dos debates entre os intelectuais do Iseb e seus colegas de São Paulo. (Vilhena, 1997, p. 59)

Presença de uma clivagem regional, na qual São Paulo aparece como o terreno mais propício às inovações; relacionamento entre desenvolvimento da Sociologia e processos urbanizadores; ênfase na ruptura entre este tipo de conhecimento e os saberes tradicionais; conexões entre os novos cursos e uma cultura de classe média; relação entre trabalho acadêmico e sofisticação metodológica. São esses os elementos principais do discurso paulista sobre a história da Sociologia no país. Mesmo escrevendo em condições de experiência bastante diversas, e sem mobilizarem fontes comuns, há um evidente acordo entre esses três autores. A questão que se coloca a esta altura é a seguinte: a imagem de uma hegemonia uspiana (e do salto qualitativo dela resultante nos anos 1940 e 1950) tem apenas a ver com o olhar retrospectivo de autores comprometidos com o legado deixado pelas gerações de acadêmicos pioneiros, ou também está na fala dos contemporâneos de então? É esta a pergunta que se pretende responder nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2

Os circuitos culturais paulistanos em meados dos anos 1950, contexto de afirmação da sociologia uspiana

Duas datas celebratórias e o lançamento de duas plataformas intelectuais: a Semana de Arte Moderna, que aconteceu no ano do Centenário da Independência e o I Congresso Brasileiro de Sociologia, no ano do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Dois episódios em que as elites ilustradas da cidade buscaram reafirmar sua soberania intelectual sobre o restante do país. Mas, se a Semana de 1922 significa hoje o marco de um movimento de viragem cultural, unanimemente reconhecido, o I Congresso da SBS, realizado em junho de 1954, tornou-se emblemático apenas da trajetória do que Florestan chamou a geração perdida. Uma geração que viu seu projeto – a produção de um saber que contribuísse para a reconstrução do país – frustrado pelo golpe de 1964, e atingiu a maturidade num contexto de isolamento, numa “década de vazio cultural”, para usar a expressão de Zuenir Ventura sobre os anos 1970. Algo que não lembra em nada a inserção de intelectuais identificados com o modernismo nas hostes da burocracia do Estado Novo. Para esses últimos, estar dentro de certas instituições pode ter sido o melhor meio de afirmação de suas perspectivas.

Lidando com uma dessas encruzilhadas da história, Lúcia Lippi, em “As festas que a república manda guardar” (1989), toma as comemorações de 1922²¹ como parte dos esforços de construção da tradição republicana no país e retoma uma polarização intelectual que vez ou outra emergia na 1ª República: monarquistas *versus* republicanos, envolvidos numa espécie de disputa pela memória, ocupados em construir cada qual sua versão dos fatos sobre o 2º Reinado e o sentido da Proclamação republicana. Raul

²¹ Apesar da crise em que estava imerso o país (este período foi marcado por nova queda dos preços internacionais do café) o presidente Epitácio Pessoa não abriu mão de um grandioso espetáculo na Capital, onde teve lugar a *Exposição Universal do Rio de Janeiro*. Em 1922 o presidente determinou a transferência dos restos mortais de dom Pedro II para o Brasil (foram depositados num jazigo na Catedral de Petrópolis em evento bastante comentado nos jornais da Capital). Em São Paulo, o governador Washington Luís além de várias solenidades, determinou a construção de quatro monumentos: o Cruzeiro Quinhentista, Tropas e Circulação de Produtos, Rancho da Maioridade e Rancho do Paranapiacaba. Cujo sentido, segundo Thomé Saliba (2004, p. 573-574), era criar uma narrativa visual sobre as façanhas e o heroísmo paulista.

Pompéia, Vicente Licínio Cardoso e Gilberto Amado desse lado, assim como certos movimentos e instituições: o Partido Republicano Paulista, a Propaganda Nativista (1919) e a Ação Social Nacionalista (1920), além de feriados, monumentos, homenagens e os símbolos, bandeiras e hinos de honror ao Regime²²; do outro lado da trincheira, historiadores como Nabuco, Taunay, Eduardo Prado, Oliveira Lima e Rocha Pombo que, segundo a autora, conseguiram imprimir certa versão sobre o passado nacional, componentes de uma das mais prestigiadas linhagens intelectuais daquele período, a qual parecia pertencer por direito a direção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), eles produziram uma historiografia bastante influenciada pelos percalços do regime e pelo acirramento da referida disputa. Segundo a autora, as crises políticas dos anos 1920 favoreceram uma leitura simpática da figura de dom Pedro II, enfatizadora da conquista da unidade nacional pelo Império e na qual a proclamação republicana era pintada como como um golpe, um artifício americanista alheio às vocações nacionais e inaugurador de um liberalismo de fachada.

O texto de Lúcia Lippi é interessante por apresentar alguns tipos de investimentos simbólicos comumente associados ao lançamento de novas plataformas políticas e culturais. É como também se pode ver essa comunidade nascente de sociólogos na década de 1950, atuando num momento em que a legitimidade das novas instituições e especialidades, a USP, suas cátedras e disciplinas, ainda estavam sendo construídas. Para a autora, no entanto, festas parecem ter sempre a função de reduzir as diferenças e dissolver os conflitos, ampliando a dimensão de continuidade entre o passado e o presente. No interior dessas celebrações (da Independência e do IV Centenário da cidade de São Paulo) não foi apenas isso que se viu. Também proliferaram as exigências de renovação cultural e de ruptura com práticas e instituições estranhas ao progresso desse “país chamado São Paulo”.

Na década de 1950, pode-se identificar o momento de ultrapassagem definitiva do movimento modernista. Algo claramente manifesto no perfil de alguns intelectuais. Antonio Candido, Sérgio Milliet e Gilberto Freyre encarnam muito bem essa transição. Oswald de Andrade e Florestan Fernandes são tipos puros, de posições bem marcadas no interior dessas duas gerações. O primeiro, um sarcástico poeta, obcecado pela missão de

²² Elementos que para a autora se mostraram historicamente insuficientes no que tange a formação de uma cultura cívico republicana forte no país. Afirmção que não precisa ser discutida aqui.

definir e atualizar a cultura brasileira, de peito aberto a nacionalismos de quase todos os tipos (valorização dos comportamentos, cores, falares “verdadeiramente brasileiros”). O segundo, completamente absorvido pela idéia de fazer ciência, dono de uma linguagem árida e complicada, crente na contribuição da Sociologia para a melhoria do padrão civilizatório brasileiro.

Segundo o sociólogo Rubens de Oliveira Martins (2001), desde a década de 1940 vinha se firmando uma nova divisão do trabalho intelectual em São Paulo e uma diferenciação dos papéis de crítico e escritor, que exigiu da novíssima geração de acadêmicos empenho na construção de um legítimo espaço de atuação. Quando, em 1943, Antonio Candido afirma ser o livro *Trilogia do Exílio*, de Oswald de Andrade, destituído da “força de humor” que animara as fases anteriores de sua obra, a resposta do escritor é violenta:

Segundo o sr. Antonio Candido eu seria o inventor do sarcasmo pelo sarcasmo. [...] Porque a vigilante construção de minha crítica revisora nunca usou a maquilagem da sisudez nem o guarda-roupa da profundidade. O sr. Antonio Candido e com ele muita gente simples confunde sério com cacete. Basta propedeuticamente alinhar coisas que ninguém suporta, utilizar uma terminologia de in-fólio, para nessa terra, onde o bacharel de Cananéia é um símbolo fecundo, abrir-se em torno do novo Sumé a bocarra primitiva do homem da caverna e o caminho florido das posições. (Oswald, 1971, p. 42 Apud Martins, 2001, p. 62)

O carisma pessoal, a capacidade de improvisação e o anticonvencionalismo tornam-se características menos importantes quando a Universidade começa a ditar os padrões de trabalho e reconhecimento intelectual. A Instituição forma Cândido e Florestan ainda num ambiente bastante aberto aos tráfegos disciplinares, mas passa a exercer de maneira especial o “controle sobre a inquietude” de sua geração. Se apenas Florestan, posteriormente, aderiu ao “fundamentalismo disciplinar”, Candido (que sempre se reconheceu fortemente influenciado pelo ensaísmo como estilo de escrita) e os membros da revista *Clima* partilharam, do mesmo modo, um estilo ascético e tão sério que Oswald logo passa a denominá-los “chato boys”.

Começarei protestando contra a confusão que se faz entre a seriedade do espírito humano e, por exemplo, a sisudez de uma sessão acadêmica, com suas ratazanas fardadas e a coleção de suas carecas de louça. Ao contrário disso nada mais sério que a blague de Voltaire ou de Ilya Ehreenburg, a fantasia de Joyce e o suspeito moralismo de Proust. (Andrade, 1990a, p. 79 Apud Martins, 2001, p. 68)

Como afirma Martins, surge a partir dos anos 1940 em São Paulo, “uma elite intelectual que intimidava os ‘homens comuns’” (2001, p. 79). Aliás, nem mesmo Oswald pôde resistir ao concurso para a livre docência na FFCL, para o qual se pôs (a afirmação é irônica) a estudar “duas horas por dia” em 1947. Continuidade nesses agitados anos, apenas a dos espaços de sociabilidade boêmia. No pós 1945, bares como o Paribar, o preferido de Sérgio Milliet, o Arpège, próximo à Biblioteca Mário de Andrade e o Nick, um “bar existencialista”, segundo Bento Prado Júnior, eram antes espaços de contato entre gerações e costumavam receber:

Não somente estudantes e professores, escritores, intelectuais, artistas, dramaturgos mas, principalmente, a *jeunesse dorée* paulistana. Distintos por seus trajes ou pela bebida consumida, conviviam francamente, sem tensões, numa globalidade antes comunitária que societária. Um estilo de sociabilidade em que amenidades, arte e literatura, filosofia e política, comungavam permanentemente, recriando a magia dos bares parisienses, no estilo sedutor de seus cafés. (Arruda, 2001b, p. 62)

O pós-guerra em São Paulo é marcado pela multiplicação de empreendimentos no teatro, cinema e artes plásticas, nos quais se fizeram presentes vários profissionais formados na Faculdade de Filosofia da USP. Entre os mais conhecidos, Lourival Gomes Machado, Décio de Almeida Prado, Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza, Paulo Emilio Salles Gomes e Ruy Coelho, membros do chamado grupo Clima, que se lançou no circuito cultural da cidade publicando uma inovadora revista no início da década anterior. Heloisa Pontes (1998), afirma que o grupo se reuniu sob o apadrinhamento de Sergio Milliet e Mário de Andrade, mas não se via em linha de continuidade com os modernistas. Seus membros se destacaram como críticos especializados, mas ao mesmo tempo incapazes de rejeitar a linguagem ensaística e aderirem à rigidez do projeto da chamada Escola Paulista: cientificizar a Sociologia. Aliás, competiram por cátedras com o grupo de Florestan, como no episódio em que este foi escolhido para substituir Roger Bastide, em 1954, levando Gilda de Mello e Souza a abandonar o cargo de assistente da Cadeira de Sociologia I, ou em 1961, quando Rui Coelho vence Octavio Ianni na disputa pela Cadeira de Sociologia II.

O que importa realmente é destacar a atuação desses acadêmicos e mostrar que a USP se ligava aos eixos de ativação cultural da cidade naquele período. Nas palavras de Margareth Rago:

Os jovens da classe média e da elite, que se formavam e que se politizavam nos cursos da Universidade de São Paulo, criada em 1934, logo puderam contar com novas instituições culturais, como o Museu de

Arte de São Paulo (MASP, criado em 1947); o Museu de Arte Moderna (MAM, criado em 1948); com a organização de Exposições Bienais, desde 1951; com a criação da Escola de Arte Dramática e com o próprio TBC, de 1948. (Rago, 2004, p. 432)

Paulo Emílio, estudioso do cinema, fundou cineclubes e foi diretor da filмотeca do MAM, além de escrever colunas para o jornal *O Estado de São Paulo*. Décio, Lourival e Gilda atuavam no Teatro Brasileiro de Comédia, TBC, e na Escola de Arte Dramática desde 1948 traduzindo e adaptando textos, fazendo conferências e escrevendo peças. Lourival, à frente do MAM, dirigiu a primeira Bienal de Arte Moderna da Cidade de São Paulo, em 1951, enquanto Antonio Candido contribuía sistematicamente para o prestigiado Suplemento Literário de *O Estado*.

A ligação com as elites da cidade era também algo visível. São Paulo, desde há muito tempo, contava com o mecenato privado como foco principal de ativação cultural, mas na década de 1950 não se tratavam mais de condes e barões do café patrocinando artistas, seus protegidos, ou dos francófilos esbanjadores dos anos 1920 e seus famosos salões literários, verdadeiros centros de ebulição cultural a reunirem artistas, escritores e políticos, como os de Veridiana e Paulo Prado, na Avenida Higienópolis, os de Olívia Guedes Penteado, na Rua Duque de Caxias e as famosas recepções do senador José de Freitas Valle, na Vila Kirial.

A partir da década de 1940, apesar da presença de salões aristocráticos, como o de Majorie da Silva Prado (na verdade, bem mais um espaço reservado à parte cultivada da plutocracia paulista), emerge no estado uma burguesia industrial, de origem majoritariamente imigrante, que numa frente passa a investir na cultura segundo uma lógica empresarial e em outra áreas, despense quantias exorbitantes apoiando a montagem de museus, exposições e festivais, entre eles o grandioso I Festival Internacional de Cinema, em 1954. Aliás, Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccillo Matarazzo, foi quem primeiro presidiu, até março de 1954, a Comissão Executiva dos Festejos do IV Centenário, tendo sido o responsável pela contratação do projeto de Oscar Niemeyer para as instalações do parque do Ibirapuera. Ciccillo e Franco Zampari, anos antes, haviam fundado o Teatro Brasileiro de Comédia, grande companhia que também abrigou grupos de experimentação como o Teatro de Arena, criado em 1953. Os dois empresários, além disso, atuaram como investidores pioneiros na formação da indústria cinematográfica no

estado, criando a Companhia Vera Cruz, cuja orientação era se afastar das chanchadas produzidas no Rio e alcançar os padrões técnicos e de estilo hollywoodianos.

Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, a metropolização de São Paulo, resultante do intenso fluxo migratório das décadas anteriores e da recente concentração do investimento industrial no setor de bens de capital, dava ares de cosmopolitismo à cidade e substrato a essa ampliação do seu mercado cultural. Em suas palavras:

A fundação da Vera Cruz pelas mesmas pessoas que estavam na base de outros empreendimentos exprime a concentração das iniciativas culturais no período, caracterizando o grupo fechado de mecenas que, neste caso, contou com a presença de Chateaubriand e Pietro Maria Bardi, colaborador na fundação do MASP, atestando a solidariedade inicial entre os dois grupos. O próprio Museu de Arte Moderna – MAM, a mais sólida instituição promovida por Cicillo, havia sido instalado na sede dos Diários Associados, de Chateaubriand, na rua 7 de Abril, onde já funcionava o MASP. (Arruda, 2005, p. 146)

Equipamentos, funcionários e artistas foram importados para torná-la viável, um exagero de gastos para um mercado tão modesto como era o brasileiro. A Companhia Vera Cruz só durou cinco anos. Algo que não parece indicar um movimento de redução dos novos empreendimentos. Nesses anos começam a funcionar os canais de TV *Tupi*, *Paulista* e *Record*, desdobramentos do investimento já consolidado nas Rádios *Tupi*, *Difusora* e *Record*, competidoras da poderosa Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Além disso, em agosto de 1954 é inaugurado o Parque do Ibirapuera, onde já estava instalada a 2ª Bienal. A população de São Paulo parece antecipar o clima de otimismo que marcaria os primeiros anos do governo JK.

É nesse contexto que se iniciam os preparativos para o aniversário de quatrocentos anos da Cidade. O decreto que criou a Comissão do IV Centenário data de julho de 1948, mas sua organização só se deu realmente dois anos depois, pela portaria do prefeito Lineu Prestes. No ano seguinte o governador Lucas Nogueira Garcez nomeia, entre outros, o reitor da USP, Moraes Leme, para compor a Comissão de participação do estado nas comemorações. A Universidade influenciou na agenda dos eventos e cooperou intensamente para promovê-los. É importante destacar que em 1954, a cidade abrigou, na área de humanidades, além do I Congresso Brasileiro de Sociologia, a Exposição da História de São Paulo no Quadro da História do Brasil, o I Congresso Internacional de Americanistas, o Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais, além do Congresso

Internacional de Folclore. Era o ápice da revolução industrial paulista²³ coincidindo com o que Arruda chama “Novo Modernismo” ou “Modernismo dos 50”. Tais Comemorações, espécies de “ritualizações da paulistanidade”, faziam do nível cultural das instituições da cidade, um dos principais meios de distinção em relação ao restante do país.

As comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954, decantam o conjunto das questões referentes às noções de modernização, modernidade, modernismo. Concebido no plano imediato para festejar os quatrocentos anos da cidade, o evento exprimia, na verdade, o desejo de projetar uma imagem de São Paulo progressista e moderna, o que tornou o projeto comemorativo um ritual de celebração do poder dos paulistas. Nesse momento, as diferentes concepções que perpassavam o contexto cidadão encontravam um denominador comum vazado na perspectiva da nova urbe e todo um imaginário oriundo da idéia de cidade civilizada. (Arruda, 2001b, p. 70-71)

É este também o momento em que nos dicionários, as palavras paulista e bandeirante se tornam sinônimos e as imagens do passado heróico, da marcha triunfante do estado rumo a modernização e sua vocação industrialista se tornam comuns nos livros didáticos. Segundo Elias Thomé Saliba (2004):

De 1932 a 1954, as palavras bandeirante e paulista se associam, agora de forma tácita. Perdem seu caráter discriminador e ampliam o seu significado para todo aquele que trabalha em São Paulo, para o seu “engrandecimento” e para sua hegemonia dentro da nação. A experiência desse período, marcado pelo Estado Novo, que obnubilou o poder de São Paulo ante os outros estados brasileiros, só fez acentuar a ampliação do caráter agregador do termo “paulista”. O bandeirante ou o “paulista” autêntico não era somente o descendente dos heróis de outrora, mas todos aqueles que, construindo o futuro através do trabalho, mostravam-se dignos dos ancestrais. A comemoração do IV centenário da cidade em 1954, sob forma de inúmeros e ostensivos discursos visuais, legitimaria de forma monumental tais significados, tornando-os cada vez mais opacos, intransparentes e exteriores ao fluxo da vida e da história. (p. 585)

A referência ao Estado Novo como um período de interrupção e isolamento cultural paulista também está em Santos (1978), autor que associa a formação das primeiras gerações de sociólogos acadêmicos (e suas posturas extremamente críticas em relação às obras dos pensadores brasileiros) a tal clima. O pesquisador Florestan Fernandes, por

²³ Em 1954, a cidade tinha 2.820.000 habitantes, 170 mil automóveis circulando por suas vias e o maior parque industrial da América Latina, com 21 mil fábricas na capital, empregando 585 mil operários.

exemplo, não só foi desafiado pelos problemas gerados pela aceleração do desenvolvimento paulista naqueles anos, biograficamente, ele seria um produto daquela dinamização. Maria Arminda do N. Arruda está entre os que afirmam o caráter especial de sua formação se comparada a de outros acadêmicos daquela época.

A utilização dessa forma de expressão intratável e infreqüente, naquela época, afasta os trabalhos de Florestan Fernandes do padrão vigente até o momento. Quando comparado aos seus colegas de geração, como Antonio Candido, Aziz Simão, Ruy Coelho e Lourival Gomes Machado, a escrita de Florestan carrega a sensação de que pouco tem a ver com a deles. Distante encontra-se, por certo, dos chamados intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O estilo leve e literário desses últimos seduz o leitor logo nas primeiras frases. Em suma, o sociólogo paulista rompeu com a forma polida de construção das idéias, com o modo cultivadamente poético da exposição, uma vez que não recebera herança familiar cultivada, tornado-o entre todos, mais permeável à absorção da linguagem intratável da Ciência. (Arruda, 2001b, p. 222-223)

Uma “ilha de sociologia cercada de literatura por todos os lados”, assim Ruy Coelho definia Florestan. Acadêmico formado segundo os mais duros critérios da eficiência e do trabalho, dono de uma determinação implacável e de uma rígida concepção dos papéis inerentes à atividade intelectual. O pragmatismo e uma visão instrumental da cultura marcaram o tipo de treinamento que veio a oferecer aos seus alunos entre os anos 1950/1960, sob a propugnação incansável das tarefas do sociólogo como técnico, pesquisador e docente.

Vinte anos antes, Florestan (1920-1995) era um entre tantos outros desenraizados naquela São Paulo em construção. Mas diferentemente do que tornava possível o sucesso em outras áreas, a atuação acadêmica costumava exigir alguns pré-requisitos. A cultura de berço e a iniciação humanística eram trunfos comuns aos filhos de família que se aventuravam nos novos cursos da USP e garantias de acesso a este universo que os franceses buscavam transplantar no Brasil. Filho de uma imigrante portuguesa, empregada doméstica, tendo morado em vários cortiços da cidade e trabalhando desde menino, Florestan só completou seus estudos depois de adulto, em Cursos de Madureza. Em 1941 é admitido no Curso de Ciências Sociais da FFCL. O baixíssimo nível de regulamentação e profissionalização da carreira de cientista social havia provocado entre os filhos da elite paulistana um certo desinteresse pelos cursos ali ministrados. A Faculdade recebia suas

Informações extraídas de Arruda, 2005, p. 138, n.9 seq.

visitas em dias de palestra aberta, mas a maioria das vagas regulares haveria mesmo de ser ocupada por atores de lugar social mais baixo, mas também mulheres e filhos de imigrantes de classe média. Nas memórias de Florestan o quadro é descrito secamente:

A chamada lógica dos pequenos números não simplificou a minha trajetória, ela a complicou, tornando mais difícil a minha aceitação pelos colegas. Eu era como que um estranho e, a vários respeitos, um intruso. O núcleo daquele pequeno grupo não só procedia de famílias tradicionais de classe média ou alta. Ele era composto por estudantes que vinham do pré e que tinham, portanto, laços intensos de camaradagem e de solidariedade intelectual. Se não se revelaram hostis, também não abriram as comportas do seu 'círculo'. Eu ficava de fora e sentia que não me cabia alterar as regras tácitas do jogo, o que tornaria o meu forte cheiro de ralé insurportável. (Fernandes, 1976, p. 159)

Essa cidade no meio do século XX era o resultado de intensos processos de imigração e contatos culturais, especialmente com a Europa Latina²⁴, nos quais as missões francesas tiveram fundamental importância. Da segunda metade do século XIX até o período das missões universitárias que construíram a FFCL, a França tinha sido a pátria intelectual das elites letradas no país. É o que demonstra a simpatia e afeição com que foram lidos aqui autores como Victor Hugo, Auguste Comte, Anatole France, e a francofonia da geração pré-modernista brasileira com seu apreço desmedido pelo teatro, arquitetura e moda parisienses. Influência cultural impressionante sobre essas elites (entre as quais o francês foi durante muito tempo a segunda língua), principalmente tendo em conta a baixa expressão populacional dos contingentes de imigrados daquele país no Brasil, o sétimo lugar, menor que a dos austríacos e russos, por exemplos (Lima, 2004, p. 49-50)²⁵.

²⁴ Arruda (2005, p. 138) cita estimativas segundo as quais um milhão de italianos teriam chegado em São Paulo entre 1882 e 1930, período em que começam a surgir restrições legais à imigração.

²⁵ Tal influência, segundo Luis Corrêa Lima (2004), desde a fundação da 3ª República era fruto de um esforço consciente e planejado do governo francês. Naquele período, o panlatinismo serviu como ideologia para a formação de um eixo de influências políticas e diplomáticas no sentido leste-oeste, em concorrência com a propaganda pan-americana. Dão prova disso, segundo o autor, o apoio ao investimento escolar das congregações católicas francesas espalhadas pela América Latina, a partir da década de 1880; a criação e disseminação de instituições como a Aliança Francesa, criada em 1883; o Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour le développement des relations avec l'Amérique Latine, de 1908, e o Service des Ouvres Françaises à L'Étranger, Sofe, criado em 1920. No Brasil foram fundados Liceus franceses no Rio de Janeiro em 1916 e em São Paulo em 1923. Neste estado, já haviam sido fundados o Comitê France-Amérique e a Union Scolaire Franco-Pauliste, em 1909, da qual participaram Júlio de Mesquita e Reynaldo Porchat. Todos esses frutos das sutis ambições geopolíticas francesas, segundo o autor, teriam preparado bem o terreno para a vinda das missões universitárias.

Na década de 1950, simultânea à ascensão social da primeira geração de descendentes de imigrantes, o *way of life* e a influência da cultura norte-americana começavam a se mostrar no Teatro e Cinema, com o sucesso obtido por autores como Arthur Miller e O'Neill, e também na música com a chegada de ritmos como o swing, o jazz e boogie-woogie, nada lembrando mais os anos 1950 que o som da *Glenn Miller band*. Nas palavras de Renato Ortiz:

Não se pode esquecer que os anos 40 marcam uma mudança na orientação dos modelos estrangeiros entre nós. Os padrões europeus vão ceder lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa. (Ortiz, 1991, p. 71)

Paralelamente a essas mudanças nos eixos culturais de São Paulo, os anos 1950 também marcam uma espécie de refluxo da presença de acadêmicos franceses no Brasil, e a vinda de dezenas de pesquisadores norte-americanos. Fernanda Peixoto (2001) lembra que desde 1939 instituições como o Social Science Research Committee e o Rosenwald Fund financiavam Donald Pierson no Brasil e que na década seguinte a ELSP trouxe vários pesquisadores para a consecução de pesquisas no interior de São Paulo e na região do São Francisco, na Bahia. Esses e outros convênios²⁶ possibilitaram a vinda de pesquisadores como William Lipkind, Ruth Landes e Bell Quain ao Brasil. A São Paulo do IV Centenário já se distanciava bastante da que recepcionou os professores franceses vinte anos antes. Modelos divergentes de organização da cultura tendiam a conviver juntos nessa “Babel cultural” dos anos 1950, num contraste evidente com o cenário de francofilia dos anos 1930²⁷.

²⁶ Entre o Museu Nacional no Rio e a Columbia University ainda na década de 1940; entre o Centro de Documentação Pedagógica do INEP e a Unesco, em 1952; entre o CBPE e o Sumer Institute of Linguistics, no final dos anos 50; e o projeto Harvard-Brasil Central, também no fim dessa década.

²⁷ Bem descrito ao longo do seguinte trecho: “Os franceses e a França estão *partout* na São Paulo dos anos 30. Os professores que vieram inaugurar a USP não destoam da vida cultural local ao darem suas aulas em francês, por exemplo. Para os alunos das primeiras turmas da USP (ou pelo menos para boa parte deles), a língua e a cultura francesa fazem parte do cenário cotidiano: o cinema de René Clair e Marcel Carné, as antigas *chansons à boire* ao lado de Maurice Chevalier e Piaf, o teatro de L’Atelier, isso sem falar em Mauriac, Gide e Benjamin Constant. P.A. Bastide confirma: ‘na época vigorava, ainda, uma universalidade da língua francesa que chegou a nos surpreender [...] Sem ser grã-finos, nossos alunos tinham um conhecimento suficiente do francês. O mesmo não ocorreu com os professores italianos e alemães que chegavam conosco’ (Arbousse-Bastide, 1978b). Ou, nas palavras de Lévi-Strauss (1983): ‘naquela época, um francês poderia se sentir em casa no Brasil. Todo brasileiro, um pouco cultivado, falava francês’” (Apud Peixoto, 2001, p. 484).

Nos Estados Unidos a experiência da 2ª Guerra e um progressivo afastamento em relação aos museus marcou a trajetória da Antropologia. Segundo Peixoto (2001, p. 509), a partir do final dos anos 1940 a atuação de novas entidades financiadoras como a Rockefeller, National Research Council e a Social Science Research Council vêm acompanhadas da idéia de uma Antropologia Aplicada, resultado da influência de funcionalistas como Radcliffe-Brown e Malinowski sobre os pesquisadores norte-americanos, quando de suas passagens por Chicago e Yale. Essa Antropologia dos anos 1940 e 1950 teve seus horizontes de pesquisa bastante ampliados e canais abertos por Washington nos mais distantes lugares do planeta (parte da política de diplomacia positiva com o lado ocidental da cortina de ferro e com os não alinhados, nos anos de Guerra Fria).

Por outro lado, a 2ª Guerra havia impedido a vinda de mais professores europeus e condicionado a permanência de alguns deles: P. Monbeig, Paul Arbousse Bastide e Roger Bastide, por exemplo, por mais alguns anos. Mas no pós-guerra, o número de professores franceses convidados e seu tempo de permanência diminuíram progressivamente. A Missão Francesa da Faculdade de Filosofia da USP, por exemplo, que entre 1937 e 1939 chegou a envolver sete professores, em 1954 contava com apenas dois. Peixoto (*ibid.*, 512), define o sentido que teve o Brasil para a maior parte dos franceses e norte-americanos que aqui estiveram. Para os primeiros, muitos deles ainda jovens professores de Liceus, no começo de suas carreiras durante o sombrio contexto do entre-guerras (no qual ainda eram escassos os recursos para pesquisa em Ciências Sociais em seu país), o Brasil representou, de fato, a melhor alternativa profissional. Para os norte-americanos o país era apenas um entre outros inexplorados espaços de investigação.

A influência da Sociologia e Antropologia norte-americana, especialmente da chamada Escola de Chicago, foi grande sobre os três principais pesquisadores da Seção de Pós-Graduação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo: Hebert Baldus, Emílio Willems e Donald Pierson. Enquanto que na Faculdade de Filosofia, a tradição francesa era hegemônica, consequência da atuação prolongada de Roger Bastide, P. Arbousse Bastide, Paul Hugon e Jean Maugué na instituição. Marcam a trajetória da ELSP uma preocupação com a pesquisa de campo, com o trabalho em equipe, com a implementação do mestrado e do doutoramento com orientação sistemática e um modelo de sociólogo profissional voltado para a pesquisa empírica de resultados práticos. Já na FFCL, prevaleceu um estilo de trabalho mais restrito a rotina de leituras de cada Cátedra e

uma grande influência da filosofia, cujos resultados transpareciam nas exigências de contribuição teórica feitas aos seus alunos. O trabalho de gabinete era inclusive marca registrada da etnologia trazida pelos franceses. O trecho seguinte torna possível identificar a origem das diferenças entre o ensino de Sociologia na ELSP e na FFCL:

Podemos dizer que na França a Etnologia transita numa ampla área cultural, aproximando-se frequentemente da Sociologia (e através dela da Filosofia) e do mundo das artes. Como não há verbas, as pesquisas de grande porte são realizadas somente a partir dos anos 30. Nos EUA, ao inverso, a disciplina tem uma orientação eminentemente empírica e um processo de institucionalização mais rápido. Sua visibilidade, porém, é restrita: os museus e a universidade. Os financiamentos disponíveis possibilitam o treinamento de pesquisadores e a exploração de novos campos de investigação. (Idem, *ibidem*, p. 511)

Apesar de adepto do padrão de trabalho norte-americano e leitor assíduo da Escola de Chicago, de Merton e Parsons, as principais filiações teóricas de Florestan estavam mesmo na tradição acadêmica francesa, durkheimiana, predominante entre os componentes das primeiras missões francesas da USP. Ali, a Sociologia e a Antropologia²⁸ estavam em relação de continuidade, seguindo o exemplo do mestre francês, autor de *As formas elementares da vida religiosa*, *La prohibition de l'inceste* e *L'essai sur quelques formes primitives de classification* e também pelo espaço que concedeu a etnografia em *Année Sociologique*. Como Durkheim, o sociólogo paulista trafegava com facilidade entre essas duas áreas, como demonstra sua dissertação de mestrado sobre os Tupinambá, defendida na ELSP, sob orientação de Herbert Baldus: *A organização social dos Tupinambá*, 1947, e sua tese de doutorado, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* desenvolvida junto a cadeira de Sociologia II da FFCL, defendida em 1951. Florestan descreve assim seu envolvimento com a temática: “pensando um pouco no Gilberto Freyre, pensei: a sociedade brasileira tem um nível de interesse por reconstrução histórica, isso é reconhecido, então eu vou voltar aos tupinambá.” (Fernandes, 1995, p. 11). Deixou de lado sua pesquisa iniciada em 1944 sobre aculturação de sírios e libaneses em São Paulo e começou o trabalho de reconstrução do sistema social Tupi.

“Precisei pensar sobre um tema que permitisse evidenciar minhas qualidades como sociólogo e, ao mesmo tempo, acumular prestígio para

²⁸ Ou “Etnologia”, como a chamavam os pesquisadores daquele país.

mais tarde poder participar dos vários tipos de trabalho que iria enfrentar (em conflito com uma sociedade nacional que é muito mais provinciana que a cidade de São Paulo). Necessitava pois do prestígio de sociólogo competente. (Idem, 1978, p. 78)

Os dois textos estão em linha de continuidade. Neles Florestan busca restituir a unidade original dessa sociedade tribal e definir o seu padrão integrativo particular. Durante a análise das fontes, quase todas elas relatos de viajantes nos primeiros tempos da colonização, o autor identifica nas atividades guerreiras uma espécie de núcleo organizador da experiência tribal tupinambá. Sua tese de doutoramento reúne um inventário das técnicas de combate, hipóteses sobre as relações entre conflito e estabilidade social e várias passagens nas quais Florestan tenta expor as contribuições deste estudo particular para a teoria sociológica da guerra. Segundo Cecília Helena O. Renner

[...] a guerra Tupinambá era o efeito de uma aplicação mágico-religiosa do princípio da reciprocidade. Caminha-se, então, para o ponto de origem, onde a vida social finca raízes profundas. A guerra tinha como função manifesta a vingança, e esta fornecia os motivos ideológicos da explicação da conduta guerreira. Sua função latente significava a satisfação das necessidades de entidades sobrenaturais e a restauração da integridade da comunhão inviolável ou sagrada do nós coletivo. Dentre as necessidades satisfeitas pela guerra, a de caráter mais geral constituía a preservação do equilíbrio social. (Renner, 1987, p. 116)

A opção de Florestan faz ainda mais sentido naquele momento, já que uma lista bastante divulgada de cronistas vinha sendo editada desde a década anterior²⁹. Resultado de um esforço descomunal, reconhecido pelo maior especialista sobre os Tupi naquela época, Alfred Métraux, Florestan esperava que seu livro alcançasse ampla repercussão, parecida com aquela que duas décadas antes havia consagrado *Casa Grande & Senzala* (1933). Mas isso nem de longe aconteceu, seu reconhecimento se circunscreeveu ao ambiente acadêmico e os comentários partiram apenas dos poucos interessados em etnologia indígena. Segundo Mariza Peirano (1983) o modelo analítico e as diferenças entre a linguagem de Freyre e de Florestan são os principais motivos da frustração. Além disso o tema estava fora do horizonte cultural do grande público, num momento em que

²⁹ Viajantes como Johann Spix, Louis Agassiz, Louis Couty. Só a Coleção Brasiliana, entre 1931 e 1960 editou 45 livros desse gênero, 14,6% de seu quadro de publicações. Na década de 40, “a editora Martins cria a Biblioteca Histórica Brasileira, dedicada especificamente à reedição de alguns dos viajantes mais importantes. Esta coleção existiu até 1952, tendo publicado ao todo 19 títulos.”(Pontes, 2001, p. 455-458)

problemas identitários pareciam não mais necessitar serem remetidos aos episódios genéticos do Brasil Colônia, como durante a década de 1930. De todo modo, a tese de Florestan garantiu-lhe prestígio entre os pares acadêmicos, o que, sem dúvida, era para ele muito mais importante.

Seria também interessante esclarecer o que tornava viável a edição de um tipo de texto como esse com tão poucos atrativos comerciais. A primeira edição dos trabalhos de Florestan sobre os Tupinambá ficou a cargo do Departamento de Cultura e do Museu Paulista, indícios de suas conexões com a Universidade. Mas o autor ainda nos anos 1950 encontraria em contratos com a Companhia Editora Nacional o meio para publicações também bastante especializadas, como *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959). É preciso ter em conta que nas décadas de 1940 e 1950, é justamente uma já consolidada indústria de livros no Brasil que torna viáveis publicações com tão pouco retorno comercial em curto prazo, como eram os livros de Sociologia e Antropologia, principalmente se comparados com gêneros como o manual didático-escolar, a literatura infantil e o romance policial.

A alternativa para Florestan e os pesquisadores de sua geração estava sendo construída há algumas décadas na esfera editorial no Rio e em São Paulo – também através da atuação de novos empresários e gestores de bens culturais, mas neste caso, brasileiros. Alguns deles haviam sido aprendizes em livrarias francesas como a Garraux e a Garnier, estabelecimentos que dominaram o mercado brasileiro até os anos 1920. Representando editoras francesas e restringindo-se à importação e venda de seus produtos a preços bem pouco acessíveis, essas lojas, até os anos 30, eram também espaços de consumo da gente chic do Rio de Janeiro e São Paulo. Coleções como a *Brasiliana* (1931-1960), da Editora Nacional, dirigida por Fernando de Azevedo; *Documentos Brasileiros* (1936-1959), da José Olympio Editora, sob a responsabilidade de Gilberto Freyre e Octávio Tarquínio de Souza; e *Biblioteca de Ciências Sociais* (1940), publicada pela Martins Editora e dirigida por Donald Pierson, atuaram, por vezes, conformando seu próprio público consumidor, mas principalmente atendendo aos poucos especialistas e interessados em disciplinas de futuro ainda tão incerto no país.

Monteiro Lobato, Octalles Marcondes Ferreira, José de Barros Martins, José Olympio, e já na década de 1960, Ênio Silveira, formam uma linhagem especial de editores, que além de responsáveis pela expansão do parque editorial paulista e carioca

naquelas décadas, atuaram quase como missionários, apostando em alguns desconhecidos autores acadêmicos e abrindo enormemente o espaço de publicação para os pensadores brasileiros. As coleções citadas eram fontes de prestígio para José Olympio no Rio de Janeiro e para Barros Martins em São Paulo, e também espaços de consagração para os escritores. Heloisa Pontes produziu um quadro que bem expressa a inserção no meio artístico e intelectual desse último empresário, cuja casa abrigava com frequência

[...] Noitadas de alegria, com Paulo Mendes de Almeida e Aparecida, sua mulher, dançando tango ao modo dos cabarés anteriores à revolução de 30; com Almirante historiando a evolução da música brasileira; com trios seresteiros de violão, cavaquinho e flauta; ou Aracy de Almeida revivendo Noel Rosa; ou Dorival Caymí e suas cantigas baianas; ou Jacó do Bandolin e seus chorinhos. Noites de festa para Lúcia Miguel Pereira e Octávio Tarquínio de Souza, para Érico Veríssimo, José Lins do Rego, com Sérgio Milliet cantando *Junto da Morena*, sua tradução de *Au pres de Ma Blonde*; Mário de Andrade com versões que fizera de outras modas francesas; Sérgio Buarque de Holanda em canções estudantis de Heidelberg; com Antonio Candido imitando presentes e ausentes; com o próprio José de Barros Martins desfilando descabelados e arraballeros tangos ou inventando boutades e divertidas fábulas em recente improviso. (Pontes, 2001, p. 446)

Basta verificar-se de que maneira foi publicada a maioria dos chamados Estudos de Comunidade³⁰ naqueles anos. Entre 1951 e 1960 eles representam 18,9% do esforço editorial da *Brasiliiana*, em detrimento de gêneros que Heloisa Pontes classifica como *ensaios de interpretação sobre o Brasil*, naquela década correspondendo a apenas 5,4% das publicações da Coleção, que, como já se destacou, estava sob direção de um catedrático da USP. Mas a autora também demonstra que não é possível reconhecer a mesma tendência de declínio entre os gêneros editados pela *Documentos Brasileiros*. Aliás, a publicação de biografias e ensaios sócio-históricos garantem à José Olympio um desempenho bem mais favorável em termos de vendas, dada a importância, nesse momento, de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Câmara Cascudo e Nelson Werneck Sodré, os quatro editados pela *Documentos*³¹. Ainda digno de nota   o fato de que

³⁰ Inquéritos de campo exaustivamente detalhados sobre comunidades socio-ecológicamente representativas de um quadro regional.

³¹ Ver os quadros II e III, respectivamente nas páginas 460 e 465 em Pontes, 2001.

o Projeto Unesco de estudos sobre a questão racial no Brasil teve boa parte de seus resultados publicados pela *Coleção Brasileira*³².

Barros Martins havia conseguido prestígio junto à intelectualidade paulistana ainda na década de 1940 por se recusar a editar autores identificados com o Estado Novo. A USP foi sempre um espaço altamente refratário ao carisma de Vargas. Aliás, o plano político na década seguinte parecia ambíguo a muitos uspianos: um contexto de inegável abertura e dinamização do jogo partidário, mas marcado, segundo Fernandes (1979, p. 93), pelo oportunismo político, fraudes, baixa capacidade de mobilização dos partidos e dificuldades na formação de uma opinião pública minimamente autônoma. Em 1953, são finalmente restabelecidas as eleições diretas para a prefeitura. Durante o período ditatorial, Adhemar de Barros³³, líder do Partido Social Progressista e interventor entre 1938 e 1941, havia feito passar pelo Palácio dos Campos Elíseos sete prefeitos, seus indicados. A presença de chefes populistas na política do estado parece ter contribuído para o isolamento político da Universidade. Um episódio ilustrativo desse tipo de tensão se deu em 1957, quando o então governador Jânio Quadros, pressionado por catedráticos da USP a assinar a contratação de Professores (era esse um encargo direto do governador), censura publicamente Mário Schemberg, do Departamento de Física, e Cruz Costa, da Faculdade de Filosofia, motivando o pedido de demissão de Eurípedes Simões de Paula, diretor da FFCL.³⁴

Se do ponto de vista cultural a cidade parecia naqueles anos um circuito aberto a inserção de novos profissionais, no plano político a USP se desenvolvia em meio a um clima instável. Governadores de alguma maneira ligados a aristocracia fundadora da USP, como Nogueira Garcez (1951-1954)³⁵, ou mais sensíveis às demandas técnicas, caso de Carvalho Pinto (1959-1962)³⁶, costumavam se abrir ao diálogo e agradecer a Universidade com maiores recursos, enquanto Jânio e Adhemar viam-na, de modo geral, com indiferença, e a FFCL, como uma trincheira de críticos esnobes, seus mais antipáticos opositores. Nos anos 1950, segundo Daniel Pécaut (1990, p. 173), as classes populares pareciam tremendamente identificadas com o adhemarismo³⁷, o PCB³⁸ programaticamente

³² Os trabalhos de L A Costa Pinto, Thales de Azevedo, Florestan Fernandes, Fernando Henrique e Octávio Ianni para o Projeto Unesco foram publicados pela Companhia Editora Nacional.

³³ Eleito chefe do estado para a gestão 1947-1951.

³⁴ Informações extraídas de Romão (2003, p. 58-62).

³⁵ Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Politécnica.

³⁶ Primeiro governador a elaborar orçamentos setoriais de médio prazo, obedientes a um Page (Plano de Ação do Governo do Estado).

³⁷ Movimento em apoio ao ex-interventor no governo estadual durante o Estado Novo.

desarticulado e, as elites paulistas ainda mais “conservadoras”, como o demonstravam os editoriais do jornal *Estado de São Paulo*.

Segundo o mesmo autor, no Rio de Janeiro daquela década, o PCB e o PTB mantinham fortes bases de apoio nos aparatos sindicais e um arraigado nacionalismo lançava à arena política alas inteiras das forças armadas. Na Capital, o amparo e as oportunidades oferecidas pelo Estado abriam diversos espaços de inserção a intelectuais, algo desconhecido aos paulistas. No Rio de Janeiro, o reconhecimento do trabalho intelectual não se operava, segundo Pécaut, frente a um público especializado em termos similares aos da USP. A atuação do intelectual no Rio tendia quase que naturalmente a implicar participação na máquina pública ou, num plano de dignidade superior, a própria intervenção no campo político. As observações deste autor antecipam o já referido esquema interpretativo de Sérgio Miceli, sobre as diferenças entre os estilos de trabalho intelectual em São Paulo e no Rio de Janeiro³⁹. Um esquema, que como já se destacou, pode obscurecer o trânsito de intelectuais entre esses dois estados – expresso nas palestras proferidas por uspianos no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e na participação dos mesmos em revistas cariocas como a *Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, nos anos 1960 – e prejudicar a análise de trajetórias como as de José Bonifácio Rodrigues e Luiz de Aguiar Costa Pinto, sociólogos acadêmicos de peso, professores da FNF no Rio de Janeiro. Essas, assim como as politizadas intervenções da Comissão de Folclore Paulista, são exceções a regra que, segundo Miceli, predispôs cariocas ao envolvimento com o Estado e paulistas ao trabalho científico, autônomo e criterioso.

³⁸ O PCB na década de 1950 e até certa parte da seguinte, como que encarnou a consciência média da esquerda estudantil universitária. É preciso lembrar que por seus quadros haviam passado alguns dos mais renomados intelectuais brasileiros: Oscar Niemeyer, Graciliano Ramos, Candido Portinari, Jorge Amado, Caio Prado Jr. O Partido gozava de bastante prestígio. Suas principais teses, nesse momento, giravam em torno da idéia coalizão entre setores burgueses nacionalistas e operariado. A perspectiva era nitidamente a do cumprimento da etapa burguesa da revolução nacional como condição básica para o fortalecimento do regime de classes e garantia de autonomia do país frente aos interesses “retrógrados” das oligarquias rurais e ambições das elites ligadas ao capital internacional e imperialista.

³⁹ Tentando também explicar o florescimento do ethos e clima acadêmico em São Paulo, Daniel Pécaut (1990) ressalta que ali os professores tinham o controle sobre as condições que presidiam a produção e o reconhecimento intelectuais. A mediação institucional contava entre os alunos, com ampla aceitação e a hierarquia própria das cadeiras era considerada legítima. Além disso, o cargo de professor na USP era então, entre os cidadãos paulistas, um posto tremendamente prestigiado. O sentimento do quão raro e valioso era o espaço da academia estava na base do inter-reconhecimento e da competitividade entre os estudantes e explica suas filiações às normas de trabalho intelectual. O desenvolvimento de São Paulo garantia as necessárias comunicações com o exterior. Além disso, o fascínio pelo trabalho de autores internacionais e pelo padrão organizatório das universidades européias e norte-americanas era alimentado pela importação ágil e massiva de livros e revistas

No início da década de 1950, as instalações do Parque Nacional de Itatiaia cedidas pelo Ministério da Agricultura, na fronteira entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, serviram de ponto de encontro para intelectuais preocupados em discutir as mais recentes crises da política brasileira e seus enraizamentos históricos, econômicos e sociológicos. Nos jornais é criada certa curiosidade em torno das conclusões a que haviam chegado os membros do renomado “Grupo de Itatiaia”, do qual participaram Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Ottolmy Strauch, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Moacyr Félix radicados no Rio, e outros vindos de São Paulo: Roland Corbisier, Miguel Reale, Almeida Salles e Paulo de Queiroz. O grupo não durou mais que alguns meses, tamanhas as divergências entre os economistas e filósofos que o compunham, mas o capital de relações de alguns de seus membros garante o apoio do então chefe da Capes, Anísio Teixeira, à formação de um centro de estudos, desta vez apenas com um paulista, Roland Corbisier⁴⁰. Surge, no início de 1953, o IBESP, cujos principais temas (o subdesenvolvimento brasileiro, as possibilidades de uma política externa independente, a proteção aos recursos naturais do país, a ampliação da participação política e a melhor gestão dos aparatos públicos) são demonstrativos do interesse desses intelectuais em contribuir para a resolução dos problemas presentes.

Nos início dos anos 1950, período em que, no Brasil, as idéias de Karl Mannheim sobre o papel social dos intelectuais⁴¹ já eram discutidas dentro e fora da academia, a projeção alcançada por alguns membros do IBESP, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe, por exemplo, contribuiu muito para a mística da intelectualidade como força politicamente relevante. Crença que ganha vulto até o final da década e prepara o terreno para os movimentos que precederam o Golpe de 1964. O intelectual como mediador das tensões entre os diversos grupos sociais, colocado, por sua capacidade superior de reflexão e julgamento, de fora das tendências de pensamento proeminentes em seu meio social, e desse modo, apto a sintetizar opiniões divergentes e propor alternativas que garantam o controle sobre os conflitos sociais. Em 1955, com a posse do ex-

⁴⁰ Informações extraídas de Pécaut (1990, p. 108)

⁴¹ Importante lembrar seu conceito de “intelligentsia”, como camada intersticial, “agregado situado entre e não acima das classes” (Mannheim, 1974, p. 81) ou conjunto de indivíduos comumente dotados de uma capacidade exclusiva, empática e relativizadora fornecida pelo treino como homens de letras. Para Mannheim, tal capacidade permite aos intelectuais contemporâneos, nas suas mais distintas ocupações, “encarar os problemas de sua época a partir de várias perspectivas e não apenas de uma, como faz a maioria dos participantes de controvérsias” (id., *ibid.*), formando um segmento capaz de transmutar a experiência do desenraizamento e da incerteza em sensibilidade e liderança política.

integralista Cândido Mota Filho, amigo íntimo de Corbisier e Reale, como Ministro da Educação, o Instituto tem ampliados seus recursos e funções (passa a promover cursos e outras publicações) e torna-se Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁴².

Na linha comum que atravessa os estudos do IBESP e ISEB está presente uma crítica a democracia de tipo liberal e proposições nas quais o protagonismo político imediato está reservado a um “Estado funcional” e elites políticas esclarecidas, capazes de exprimir os interesses fundamentais das camadas que encarnam o projeto de autonomização e desenvolvimento nacional. Essas camadas: a burguesia industrial, o proletariado e os quadros técnicos e administrativos das classes médias, formavam, segundo seus autores, a “Nação”. Uma imagem dualista da história do país fazia do capital estrangeiro e das oligarquias rurais a anti-nação, encarnações do atraso e da subordinação semi-colonial. A função do ISEB seria mobilizar a Nação disseminando idéias favoráveis ao crescimento econômico. Para os seus intelectuais a ideologia desenvolvimentista não obscurecia nem escamoteava a realidade (a industrialização substituidora de importações também criaria um “ser nacional desalienado”), tinha sim o papel de colocar o povo brasileiro em sintonia com a fase histórico-social em que se encontrava o país e promover sua auto-consciência (condição de “autenticidade”). Para Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro e Cândido Mendes, três dos principais isebianos, o nacionalismo era representativo na medida em que correspondia às necessidades dos grupos sociais progressistas diante do processo econômico-social em curso. Para esses autores, o conflito constitutivo da crise em que se inseria o Brasil não era entre classes, mas entre nação e anti-nação ou entre grupos positivos e parasitários.

A referência a Mannheim é importante para a compreensão dessa geração de intelectuais, e o IBESP e ISEB, episódios importantes da história da recepção da obra desse autor no Brasil, que, aliás, foi traduzido para o português bem antes de Weber⁴³.

⁴² Sobre o lugar do Instituto na história das Ciências Sociais no país, as posições defendidas nesta pesquisa confluem com a opinião de Gláucia Vilas Bôas: “O Iseb foi eleito o símbolo do envolvimento político das ciências sociais no Rio de Janeiro dos anos 1950. Em diversas pesquisas e escritos (Miceli, 1989 [e 2001]; Viana, 1997:173), foi considerado o divisor de águas entre o que se fazia em São Paulo, em moldes acadêmicos, e no Rio de Janeiro, em moldes ideológicos, políticos e intervencionistas. Apesar de sua relevância para medir a maior ou menor autonomia do campo acadêmico, universitário e científico do campo da política, os limites do modelo analítico desses trabalhos impedem o conhecimento de outras facetas da história das ciências sociais, sobretudo no Rio de Janeiro. (Bôas, 2006, p. 105 n. 21)

⁴³ Informação extraída de Gláucia Vilas Bôas (2006). *Ideologia e Utopia* fora traduzido por Emilio Willems em 1950 e data de 1967 a tradução de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. (p. 88)

Gláucia Vilas Bôas, entretanto, subestima seu impacto sobre o processo de institucionalização da Sociologia acadêmica no país:

Mannheim não concorreu, com fizera Durkheim, para a instauração das regras do *métier* do sociólogo, podendo-se descartar a possibilidade de que suas idéias teriam causado impacto na fundação *stricto sensu* da disciplina. Sua recepção, entretanto, pode ser entendida nos limites da dimensão utópica do debate sobre o transplante de uma ordem social moderna, universalista e progressista para o Brasil. Acreditava-se, como ainda hoje, na discussão sociológica, na necessidade de influir/intervir nas mais diversas esferas da vida social, no sentido de torna-las mais modernas, racionais e rentáveis. (Bôas, 2006, p. 90-91)

Pouco menos de dois meses antes do suicídio de Getúlio Vargas, no dia 28 de junho de 1954, Florestan Fernandes foi convidado a proferir uma palestra no IBESP, cujo tema “A crise da democracia no Brasil”, torna possível o acompanhamento dos passos iniciais desse autor em direção a uma Sociologia do Desenvolvimento. Florestan inicia colocando em discussão o próprio diagnóstico de “crise”, segundo ele, resultado da perplexidade dos interessados no assunto diante do despreparo das elites e da crise moral em que estavam imersos os grupos políticos brasileiros. Tal situação vinha sendo explicada pela sociologia ensaística através da confrontação entre os critérios formais de reconhecimento da democracia e a própria realidade política do país, dentro da qual já haviam fracassado inúmeros transplantes institucionais. Ali estava, por exemplo, o olhar negativo de Oliveira Viana sobre os descompassos entre Estado e Nação e entre ordem legal e situação real no país.

Florestan via na importação de modelos uma das “constantes dinâmicas” características do sistema político brasileiro. Para o autor:

É patológico o que se desvia de uma norma de integração estrutural e funcional. Parece que os processos que se manifestam na vida política brasileira concorrem, ao inverso, para a formação de padrões mais complexos de integração da ordem legal e de controle dos comportamentos políticos. Além disso, o que estamos presenciando, seja ou não confortável aos valores éticos e às convicções políticas que perfilhamos, corresponde, em linhas gerais, ao processo de desenvolvimento da democracia nos países economicamente subdesenvolvidos. (Fernandes, 1979, p. 98)

Processo, cujo sentido, segundo ele, só era acessível à análise de tendências evolutivas que não tomassem o Estado como uma realidade estática. Para Florestan, alterações regulares vinham contribuindo para que a ordem legal na sociedade brasileira se aproximasse cada vez mais de um padrão organizatório de tipo democrático. Para o autor, a democracia estava em um período de elaboração sócio-cultural no país, parecendo-lhe um típico caso de *demora cultural*⁴⁴, objeto por excelência da Sociologia Aplicada. Vertente disciplinar preocupada em ampliar a previsão e o controle racional sobre as mudanças sociais espontâneas e no caso brasileiro, encarregada de identificar os obstáculos à formação de uma solidariedade social propícia à participação democrática. Para o autor, no entanto, não haveria democracia sem partidos integrados socialmente e é esta a constatação central do seu discurso: a imaturidade cívico-política do eleitorado brasileiro. O palestrante termina tratando das possibilidades de intervenção do Estado no sistema de ensino brasileiro. Era necessária, segundo ele, uma reforma educacional diferente das alternativas elitistas anteriores, pautada na melhoria dos padrões da educação popular.

Fica clara certa abertura no modo como Florestan costumava definir os níveis em que deviam atuar os sociólogos. Costuma-se encará-las como completamente incompatíveis com as posições de Guerreiro Ramos, por exemplo, para quem os cientistas sociais deviam sim integrar os quadros administrativos no Estado e na iniciativa privada. Na referida palestra tudo leva a crer que para Florestan eram os sociólogos os agentes pedagógicos mais indicados para essa tarefa de educação política das massas, agentes de uma educação política “não tendenciosa”. Na palestra proferida no IBESP, as divergências entre Florestan e Guerreiro, por um instante, parecem mais pontuais do que indícios de uma total incompatibilidade entre os autores.

Para Guerreiro, o critério de qualificação da boa sociologia não era a universalidade e neutralidade de suas proposições, mas o compromisso com as grandes questões do país. A imagem desse autor como um crítico nacionalista e generalista é simplificadora. Guerreiro criticava um certo tipo de especialização (meramente etnográfica), mas pedia o

⁴⁴ Florestan define da seguinte maneira o conceito de demora cultural: “ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem se transformar com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é óbvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e recém-formadas coexistem, inevitavelmente, durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos às situações sociais que são por elas reguladas socialmente. (Fernandes, 1979, p. 101-102)

aprofundamento dos estudos sobre renda percapita, padrão de vida das classes trabalhadoras, níveis de produtividade, diferenciação industrial, etc. Condenava os acadêmicos que se voltavam para o estudo das populações brasileiras preocupados apenas em comprovar as leis do canône sociológico internacional e tentando enquadrar a realidade em categorias, segundo ele, capazes apenas de sintetizar a experiência estrangeira. Era preciso uma consciência seletiva entre nossos autores e procedimentos crítico-assimilativos na transplantação de conceitos e teorias. Tais afirmações parecem em grande medida antecipar as reflexões dos membros da Cadeira de Sociologia I da FFCL, ainda no fim daquela década, ocupados em produzir uma interpretação macrosociológica do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Mas a diferença entre os dois autores não pode, obviamente, ser esquecida. Para Guerreiro, “povo” e “nação” eram as unidades básicas de análise, enquanto Florestan via a história como palco da ação de outras entidades coletivas, especialmente classes, grupos e movimentos sociais.

Outro dado importante, a palestra de Florestan é proferida nas dependências do MEC, num contexto em que os sociólogos se esforçavam pela inclusão do ensino de sua Disciplina na escola secundária. Esta era umas das preocupações centrais dos sociólogos nesse momento: preservar seu mercado de atuação. A lei orgânica dos cursos superiores de Ciências Sociais aprovada em 1942, havia excluído o ensino de Sociologia do currículo das escolas secundárias.⁴⁵ Na década de 1950, em torno da questão educacional, abriu-se o mais amplo espaço de atuação política dos sociólogos brasileiros, importantes interlocutores nesse momento em que se buscava construir um sistema nacional de ensino. Nesse período, vários dos chamados “pioneiros da educação nova” alcançaram postos de destaque na máquina pública, como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, diretores, respectivamente, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Departamento Nacional de Educação. Movida pela idéia de capital humano, a gestão de Anísio Teixeira merece destaque. Bastante pragmático, Anísio não discordaria da proposição de Florestan: usar a escola na racionalização do comportamento político das massas. Em altos cargos no MEC e no Governo da Bahia ele envolveu novas categorias profissionais como geógrafos, sociólogos, economistas e pedagogos no planejamento de políticas de ensino no Centro

⁴⁵ Pesava ainda sobre o sentido profissional do Curso a questão da não regulamentação da carreira de sociólogo. Uma desvantagem frente aos economistas e assistentes sociais. Na década de 1950, os sociólogos consideravam como nociva a proliferação de Faculdades de Economia, uma concorrência que lhes parecia estar motivando a diminuição da procura pelo curso de Sociologia.

Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), na Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS) e na Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP).

Villas Bôas afirma que as noções de racionalidade e irracionalidade na Sociologia brasileira dos anos 1950, quase que perfeitamente coincidem com o par de conceitos modernidade/tradição e não era assim que Mannheim encarava esses conceitos. Para ele, as tendências irracionais podiam emergir da própria modernidade, como no caso dos regimes nazista e fascista europeus. (Bôas, 2006, p. 87). As opiniões desse autor foram atualizadas no Brasil, de maneira a legitimarem a ação política dos intelectuais num contexto em que “progresso”, “modernização” e “desenvolvimento” tornavam-se idéias-força. Florestan via a Sociologia como um saber racional capaz de auxiliar os atores políticos tornando mais eficazes suas intervenções e favorecendo a aceleração das mudanças necessárias à superação do subdesenvolvimento. Esse autor concordaria certamente com a participação de sociólogos nas funções públicas de planejamento. Gláucia Villas Bôas que, como se viu, diminuía a importância de Mannheim dentro do esforço de construção disciplinar, não deixa de frisar o quanto algumas de suas concepções influenciaram muitos dos sociólogos envolvidos em tal esforço, principalmente Florestan:

Florestan Fernandes argumentava a favor da relação próxima e indispensável entre a sociologia geral e a sociologia aplicada, para mostrar que é possível converter o conhecimento sociológico em “força” para as mudanças sociais no Brasil, sem que tal postura ferisse as regras do afazer científico. A conversão dos conhecimentos sociológicos em forças sociais (Fernandes, 1976, p. 121) confirmava as potencialidades práticas das teorias sociológicas no que respeita ao controle racional da vida social. Somente essa relação entre teoria e prática daria sentido ao trabalho do cientista social numa sociedade em construção, na qual a ordem moderna e o conhecimento científico não tinham surgido de condições históricas e culturais. No Brasil, era preciso planejar e provocar a mudança. A “intervenção racional nos processos de mudança” tornou-se, através da argumentação do autor, atribuição e competência do cientista social. (Bôas, 2006, p. 92)

Ainda em meados dos anos 1950 é interessante registrar que uma Sociologia do Desenvolvimento em moldes acadêmicos já vinha sendo desenvolvida no Rio de Janeiro. Luis de Aguiar Costa Pinto, um dos sociólogos de maior renome naquele momento, era defensor de uma sociologia crítica, preocupada com a constante revisão de seus conceitos e com a dimensão de conflito na análise dos processos de mudança social. Sociólogo que se opõe frontalmente ao nacionalismo do IBESP (e seu sucessor, o ISEB). Para ele não era

possível conhecimento sistemático que se baseasse na idéia de lealdade a nação como forma principal de solidariedade social. O autor de *Lutas de famílias no Brasil* (1943), *O negro no Rio de Janeiro* (1953) e *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* (1958) era também um propagandeador das pesquisas de campo. Costa Pinto estudou esses fenômenos a partir da imagem de uma ordem social atravessada por temporalidades distintas, num quadro ao mesmo tempo conflituoso e acomodatório. Não acreditava que as tendências de evolução desencadeadas pela modernização capitalista pudessem trazer vantagens sociais automáticas, e concebia o verdadeiro desenvolvimento como resultado de mudanças refletidas e provocadas tecnicamente.

Esse autor antecipa o Projeto uspiano de criação do CESIT, durante a gestão do reitor Ulhôa Cintra⁴⁶, cujas linhas de pesquisa – mentalidade industrial, tendências de intervenção do Estado, condições de mobilização da força de trabalho – contaram entre 1961 e 1963 com significativas dotações da recém criada Fapesp e da CNI⁴⁷. A idéia no CESIT FOI fazer de São Paulo um laboratório de estudos sóciológicos⁴⁸. Segundo Florestan, nessa cidade a transplantação intensiva de técnicas, modelos gerenciais e instituições tipicamente capitalistas vinham chocar-se de modo violento com os influxos negativos da herança social. A Sociologia, para ele, era a ciência com maior capacidade de diagnosticar os “obstáculos estruturais” impostos ao seu desenvolvimento econômico.

Tais afirmações, no entanto, não correspondem à experiência desse período. São apenas parte das expectativas dessas primeiras gerações de sociólogos acadêmicos, de resto, completamente frustradas em 1964. Neste capítulo foi demonstrada a efetiva participação de cientistas sociais formados pela USP nos novos empreendimentos culturais da cidade nos anos 1950. De fato, a diferenciação do seu mercado cultural parece ter

⁴⁶ O reitor era grande aliado do governador Carvalho Pinto. Nas palavras de Wagner de Melo Romão: “A eleição de Carlos Alberto Carvalho Pinto para o Governo do estado de São Paulo possibilita um novo momento político na Universidade, favorável ao seu crescimento e à sua ‘modernização’. Com ela, interrompeu-se um longo período de queda real das dotações orçamentárias para a USP. Mais próximo da academia do que os governos anteriores, Carvalho Pinto, que ocupou o governo entre 1959 e 1962, foi eleito com um programa que propugnava a racionalidade administrativa e o planejamento das ações governamentais. Neste programa, a Universidade tinha papel importante. Era a USP praticamente o único centro de pesquisa acadêmica do Estado. O prestígio da instituição universitária, com sua ‘aura’ de lugar da ciência e do conhecimento, foi utilizado politicamente pelo governo Carvalho Pinto como a base sobre a qual se assentava seu projeto de desenvolvimento para o estado de São Paulo.” (Romão, 2003, p. 63)

⁴⁷ Informações extraídas de Romão (2003, p. 77-78)

⁴⁸ A aproximação com a economia, evidente nos trabalhos produzidos no CESIT, era buscada sem que se abrisse mão de um firme posicionamento teórico-metodológico diante desta disciplina: “A abordagem sociológica da economia caracteriza-se, assim, pela preocupação básica de assentar a explicação das regularidades econômicas na dinâmica das sociedades humanas.” (Fernandes, 1963, p. 307)

encontrado um dos seus apoios na Faculdade de Filosofia. Dali saíam intelectuais aptos a decodificar os estilos e a estética que as elites paulistas puderam importar nesse momento em que um progresso material, nunca antes visto, gerava curiosidade e entusiasmo por tudo o que havia de mais recente na cena cultural européia e norte-americana. O *Grupo Clima* agia, entre outras coisas, como um tradutor dessas tendências, assim como Florestan foi um tradutor dessa Sociologia *hard* praticada nos grandes centros, prestigiada também porque vinha de fora como um entre outros artigos, modismos e conhecimentos importados por essa Cidade consumista e cosmopolita. Como se viu no capítulo anterior, Florestan, em seus seus exercícios de Sociologia do Conhecimento, encarava a Sociologia como um dos produtos da instalação da ordem social competitiva no Brasil e ao mesmo tempo, um dos poucos instrumentos teóricos e técnicos capazes de corrigir suas distorções. Por isso a Disciplina teria dado certo em São Paulo, um “espaço de relações predominantemente racionais”, para usar a expressão de Maria Arminda N. Arruda.

Mas o que se percebe a partir de uma maior aproximação é que nas esferas política e econômica eram muito pequenos os espaços em que se podiam projetar os conhecimentos produzidos por essa Disciplina. Eles não parecem abonar a idéia de que a industrialização e a democratização concederam funcionalidade à Sociologia paulista. Isso porque não foram os sociólogos (em São Paulo ou em qualquer outro estado) a categoria de especialistas que a partir daqueles anos progressivamente galgou os postos de comando e as posições ligadas ao planejamento e promoção do desenvolvimento no país⁴⁹, e sim os economistas⁵⁰. Aliás, alguns deles formados pela Faculdade de Economia e Administração, FEA-USP, onde Delfim Neto teve um papel tão destacado como construtor institucional quanto o de Florestan na FFCL.

⁴⁹ No relatório da Capes há um trecho que demonstra a angústia dos sociólogos diante da projeção alcançada pelos economistas naqueles anos: “Os cursos superiores de Ciências Econômicas, nos últimos tempos, alastraram-se por todo o País, dando margem, aliás, a que se formassem sérias dúvidas a respeito de sua eficiência didática e do seu rendimento intelectual. A nós nos parece que essa difusão **à la diable** de Faculdades de Economia foi, em boa parte, como que um meio de tentar superar lacunas deixadas pela atrofiação imposta aos cursos de ciências sociais. Estes, depois da formação especializada em ciências sociais (inclusive três anos de Economia e História das Doutrinas Econômicas), davam a formação pedagógica ao exercício do magistério secundário. Frustrado esse objetivo, que era seu principal fator de recrutamento de seus alunos, nenhuma modificação sofreu o curso no sentido de adaptar-se às novas condições. Os cursos de Ciências Econômicas entraram nesse vazio e estimularam-se em consequência daquela errônea concepção de que os de Ciências Sociais haviam ‘fracassado’, opinião leviana que não tomava em consideração os fatores profundos desse aparente ‘fracasso’”. (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p. 33-34)

⁵⁰ Vale lembrar que entre os intelectuais projetados pelo ISEB, apenas alguns economistas alcançaram postos de comando nos governos seguintes: Roberto Campos (que, segundo Pécaut (1990, p. 110) não havia nem mesmo cumprido papéis de destaque no Instituto) e os nacionalistas Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel.

Economistas como Mário Henrique Simonsem, Guilherme Pegurier, Sidney Latini, Casimiro Ribeiro, João Paulo dos Reis Veloso, Franciso Biato e vários outros. Vindos de cursos técnicos ou das Faculdades de Economia das Universidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ou do prestigiado Centro de Estudos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) criado em 1946 e transformado alguns anos depois no Instituto brasileiro de Economia (IBRE). A maioria deles se encaminhando depois de graduados para Yale, Colúmbia e Berkeley onde se tornavam mestres e doutores. Importante destacar que as Universidades não foram as principais escolas de formação teórica e prática desses técnicos. Como bem frisa Maria Rita Loureiro (1992), foi sua massiva inserção em agências públicas como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) que tornou legítima a transformação dos economistas em dirigentes políticos. A trajetória de muitos dos membros dessa elite estatal especializada, antes e após a instalação do Regime Militar, abriga vários problemas associados a idéia mannheimiana de planejamento democrático que tanto influenciou os sociólogos brasileiros dos anos 1950. Nas palavras de Loureiro:

O papel que intelectuais como Guerreiro Ramos, Costa Pinto, Hélio Jaguaribe, Anísio Teixeira e outros atribuíam à sociologia e à ciência política - o de base da formação da nova elite política e instrumento para a condução das decisões governamentais - foi, na realidade, concretizado pelos economistas. (Loureiro, 1992, p. 4)

O Golpe de 1964 deixou aos sociólogos essa frustrante expectativa misturada a uma certa auto-imagem que tendeu a permanecer, mesmo sendo historicamente vazia. A Sociologia como uma ciência pura que faz do planejamento uma força social construtiva, capaz de identificar as formas de convívio e concepções de mundo que impedem uma industrialização de efeitos mais uniformes e socialmente positivos. Frustrado tal projeto, não se pode negar a contribuição dos sociólogos paulistas para a construção de uma forte consciência das formas particulares assumidas pelo subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, cristalizada no conceito de “dependência”, que tão fortemente marcou o discurso político das esquerdas nas duas décadas seguintes.

CAPÍTULO 3

O Projeto Unesco e as Ciências Sociais no Brasil

Na década de 1950 as Ciências Sociais no Brasil foram estimuladas pela Unesco a envolverem-se num amplo empreendimento. Naqueles anos, ainda sob o impacto do que havia sido o holocausto e tendo por preocupação as duas formas de racismo de Estado então vigentes, o apartheid sul africano e o regime de segregação norte-americano, aquela instituição começou a financiar pesquisas sobre diversidade étnica em vários países, entre eles, o Brasil, cujo padrão de convívio inter-racial havia se tornado alvo da curiosidade de pesquisadores em diversos países⁵¹. Tal curiosidade devia-se principalmente a repercussão alcançada pelos trabalhos de Gilberto Freyre⁵² e pelas palestras que Arthur Ramos⁵³ proferiu em universidades norte-americanas em 1941⁵⁴. No Brasil, o projeto teve como

⁵¹ Thomas Skidmore registra um senso de superioridade entre os intelectuais brasileiros na década de 1940, cujo país finalmente estava pronto para dar uma lição ao mundo. No contexto que antecedeu o Projeto, a prova maior da força do mito da democracia racial brasileira esteve no fato de o próprio Itamaraty ter patrocinado a edição em inglês, em 1951, de um pequeno livro que exaltava as características do padrão brasileiro de relações raciais. (Skidmore, 1976, p. 229) O autor, Eugene Gordon, era um estudante da Universidade da Califórnia e seu texto contou com um intróito de Gilberto Freyre. (Id., *ibid.*, p. 322, n. 106). Skidmore também faz referência ao trecho de um manifesto da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, SBAE, publicado em 1942: “O Brasil é uma nação formada dos elementos étnicos mais heterogêneos. Aqui se misturaram povos de procedências étnicas indígena, européia e africana, num tal ambiente de liberalismo e ausência de restrições legais à miscigenação que o Brasil se tornou a terra ideal para a vida em comum dos povos das procedências étnicas mais diversas. Esse grande ‘laboratório de civilização’, como já foi chamada a nossa terra, apresentou a solução mais científica e mais humana para o problema, tão agudo entre outros povos, da mistura de raças e de culturas. Essa filosofia brasileira no tratamento das raças é a melhor arma que podemos oferecer contra a monstruosa filosofia nazista que, em nome da raça, trucidou e saqueou.” (Idem, *ibidem*, p. 226).

⁵² Marcos Chor Maio localiza correspondências trocadas entre Freyre e Hadley Cantril (em 1948, coordenador do projeto *Tensions Affecting International Understanding*, da Unesco) nas quais o sociólogo pernambucano é convidado a chefiar o Departamento de Ciências Sociais da Unesco. O convite é negado porque nesse momento Freyre era deputado pela UDN e estava ocupado com a criação do Instituto Joaquim Nabuco. (Maio, 1999, p. 18, n.28)

⁵³ Arthur Ramos (1903-1949), livre docente pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde chegou a integrar o Instituto Nina Rodrigues, e ex-professor da UDF e da Faculdade Nacional de Filosofia.

⁵⁴ Narradas da seguinte maneira por Paulo Roberto Azeredo (1986, p. 65-66): “quando partiu para os Estados Unidos, Arthur Ramos já era notoriamente conhecido como um de nossos maiores ‘experts’ em assuntos vinculados a minorias étnicas. E Ramos fizera-se portador da tradição brasileira de tratamento dessas minorias, notadamente conhecida pela ausência de conflitos manifestos. Assim, na Universidade de Lousiânia, após curso ministrado a estudantes brancos, o ambiente universitário fora sensível à sua mensagem levada do Brasil. Lograra ele uma primeira aproximação com os grupos negros da Universidade Negra de Baton Rouge (Southern University), onde um projeto comum de pesquisa sobre sobrevivências africanas na Lousiânia passou a ser desenvolvido pelos dois grupos raciais. Era, na verdade, fato inédito em uma universidade do sul dos Estados Unidos. E em Evanston, na Northwestern University, durante as

campos de estudo Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Nessas diferentes frentes de trabalho estavam envolvidos alguns jovens pesquisadores brasileiros e estrangeiros que, como bem frisa Guimarães (1999), tiveram seus nomes projetados internacionalmente graças a essa experiência.

Gilberto Freyre tinha feito da miscigenação e da ascensão social dos mestiços as pedras fundamentais de sua compreensão da sociedade brasileira, assim como outros escritores, críticos e artistas do Nordeste, por exemplo, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Cícero Dias, Luiz Jardim, Olívio Montenegro. Na década de 1950 Freyre era, sem dúvida, o mais traduzido e badalado intelectual brasileiro. Mas dentro da Universidade foi também nesse momento que ele começou a ser alvo de críticas mais sistemáticas. Com a morte de Oswald de Andrade, em 1954, não faltou quem passasse a titulá-lo o “último dos modernistas”. Politicamente ambíguo Freyre era, nesse momento, um udenista fascinado pelo carisma de Vargas (seu antigo inimigo). Aliás, sua fama de progressista se esvaziava com certa rapidez. Prova isso a repercussão alcançada pela tese de doutoramento de Dante Moreira Leite, *O Caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos*, defendida em 1954 na Faculdade Filosofia da USP. Nunca as correntes de estudos ensaísticos sobre a realidade brasileira haviam sido alvo de tamanhas e tão sistemáticas críticas. Após definir as interpretações presentes em *Casa Grande & Senzala* como partes de uma “história anedótica” (Leite, 2002, p. 371), o jovem doutor uspiano exacerba sua crítica: a sociologia genética de Freyre

É também escrita e interpretada do ponto de vista da classe dominante. E nesse sentido sua obra é profundamente reveladora – isto é, reveladora dos preconceitos mais conservadores e mais arraigados na classe dominante brasileira. A obra de Freyre revela profunda ternura pelo negro. Mas pelo negro escravo, aquele que “conhecia a sua posição” – como o moleque da casa grande, como o saco de pancadas de menino rico, como cozinheira, como ama-de-leite ou mucama da senhora moça. (Idem, ibidem, p. 371-372)

Para as novas gerações de sociólogos, de modo geral, faltava rigor e objetividade a obra de Freyre, era esta a crítica que, por exemplo, Luis de Aguiar Costa Pinto, da FNFi,

programações da ‘Semana de Melhor Compreensão Racial’ que promoviam anualmente, Ramos fora convidado a falar sobre a experiência brasileira nesse setor. Melville Herskovits, que tomara parte nos

lhe endereçava. Além disso, numa época em que o grande enigma a ser resolvido dizia respeito aos obstáculos ao processo de modernização capitalista no país, soavam intoleráveis seus elogios às tradições luso-brasileiras. Ao mesmo tempo, Freyre também estava próximo de São Paulo: sendo traduzido para o francês por Roger Bastide⁵⁵, em 1953, proferindo palestras na FIESP⁵⁶ e prefaciando livros sobre a história da cidade, como o de Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo* (1991)⁵⁷. Talvez por isso mesmo, se sentisse tão a vontade para responder as críticas que os membros da novíssima geração vinham lhe dirigindo⁵⁸:

A verdade é que, em geral só os sociólogos ou antropólogos menos lúcidos parecem considerar-se de todo impedidos de qualquer contato público com a literatura que alguns desdenhosamente denominam de “impressionista”, “pitoresca” ou “anedótica”. Assim como é muito de tais sociólogos ou antropólogos menores a atitude – e como atitude, merecedora de estudo sociológico ou psicológico – de enxergarem, como sociólogos ou antropólogos “puros”, inimiga de morte de toda aquela literatura em que, de algum modo, se exprima ciência ou para-ciência do homem; e seja digna de atenção intelectual por essa sua condição científica ou quase-científica, tanto quanto, ou quase tanto, por sua qualidade filosófica ou por sua forma artística. Para semelhantes puristas nem sequer se salva da caracterização pejorativa de “anedótica”, “pitoresca” ou “impressionista” – irresponsavelmente “impressionista” – a literatura que, como a dos Toqueville, Siegfried, Madariaga, resulte de um poder superior de observação da realidade social que, em várias das suas revelações, possa ser confirmado através de métodos experimentais de verificação sociológica. (Freyre, 1956, p. VIII)

Escritor e não acadêmico, bem frisa Marcos Chor Maio (1999), Freyre preocupou-se mais em seduzir e menos em orientar. Deixou, portanto, muitos admiradores e poucos

debates juntamente com grupos de estudantes, declarava textualmente no final da sessão: ‘...nós aceitamos de cabeça baixa e envergonhados a lição que nos vem do Brasil’”.

⁵⁵ Aliás, Bastide o defende das críticas dirigidas por Guerreiro Ramos, para quem Freyre era um sociólogo de sensibilidade estrangeira, preocupado apenas com o estudo do pitoresco. “Gilberto Freyre tentou ao contrário criar, e é o que o distingue de Oliveira Viana, uma sociologia sem ‘a priori’ de ‘importação’. E a prova está em que não sabemos como classificá-lo, se entre os historiadores, entre os sociólogos, na geografia humana. É que, para estudar as relações inter-humanas no Brasil, ele foi obrigado a criar um método próprio, uma espécie de sociologia proustiana; essa novidade foi bem recebida em França. Se V. ler as críticas da tradução de ‘Casa Grande e Senzala’ verá que o que impressionou os franceses não foi o pitoresco, mas, como disse ‘Les Temps Modernes’, o fato de ter o autor inventado uma sociologia humanista. Com ele, é a ciência brasileira que se apresenta como modelo a seguir aos europeus” (Bastide, 1953, p 521)

⁵⁶ Fórum “Roberto Simonsem”. Título da palestra: *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações internacionais no Brasil*. Proferida em 14 de agosto de 1958. Informação extraída de Fonseca (2001, p.125)

⁵⁷ A primeira edição desse livro foi patrocinada pela Comissão do IV Centenário e data de 1953.

herdeiros. O trecho acima transcrito faz parte do prefácio escrito pelo mestre pernambucano, em 1954, para o livro de René Ribeiro, *Religião e Relações Raciais* (1956). Percebe-se que o prefácio foi antes de tudo uma oportunidade para que Freyre tratasse de si e de sua obra, defendendo-se do “sectarismo de método ou de critério científico” (Freyre, 1956, p.XXII) presente nas críticas que a essa altura lhe dirigiam os sociólogos acadêmicos⁵⁹. Vale notar, o sociólogo indiretamente compara sua intuição, sua “inteligência perceptiva” a de Toqueville, era essa sua resposta aos que o acusavam de não possuir base teórica e métodos bem definidos. (Leite, 2002, p. 364).

Naquele momento, a única instituição que realmente se destacava na área dos estudos sociais em Pernambuco era o Instituto Joaquim Nabuco, (IJN). Criado em 1949, por um projeto de lei do então deputado Gilberto Freyre, estava organizado em seções especializadas em Geografia Humana, Sociologia, Antropologia, Economia e Estatística, onde eram promovidas conferências e cursos. No seu corpo de pesquisadores os nomes mais destacados naquele momento eram do médico antropólogo René Ribeiro⁶⁰ e de Olen Leonard (que desenvolvia estudos de Sociologia Rural). Segundo o relato de Carneiro & Costa Pinto (1955), Recife abrigava em 1954 três Faculdades de Filosofia (duas delas sustentadas por congregações religiosas) onde funcionavam dois cursos de Ciências Sociais. Mas o cenário era de baixa procura (apenas 39 estudantes), quase nenhum investimento em pesquisa e inexistência de publicações especializadas.

Do que se depreende do prefácio de Freyre, o IJN também serviu, pelo menos no contexto do Projeto Unesco, como uma trincheira na defesa do seu patrimônio intelectual. Naquele pequeno texto, temperado de rivalidades, é também possível encontrar uma das

⁵⁸ O jovem crítico da Revista *Clima*, Antonio Candido, já em 1945, afirmava terem seus textos recentes incorrido no “mais lamentável sentimentalismo” (Candido, 1945, p. 139).

⁵⁹ Aliás, sobre a idéia de uma precedência paulista na modernização da Sociologia, denuncia o “equivoco”, lembrando a sua experiência na Escola Normal do Estado, em 1928, sob a gestão do governador Estácio Coimbra. Segundo Freyre: “Ao fundar-se em São Paulo a Escola de Sociologia e Política, já no Recife se achava em plena atividade a primeira cátedra de Sociologia estabelecida no Brasil, e talvez na América do Sul, com critério experimental moderno.” (Freyre, 1956, p.XV)

⁶⁰ Ribeiro trabalhou entre os anos 30 e 40 no Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas, sob orientação de Ulisses Pernambucano, psiquiatra afeito aos temas sócio-antropológicos, primo de Freyre e um dos responsáveis pelo I Congresso Afro-brasileiro, em 1934. Após apoiar as pesquisas de campo de Melville Herscovits em terreiros do Recife, e na mesma linha publicar alguns artigos sobre as heranças africanas incorporadas aos padrões familiares brasileiros, René Ribeiro é convidado em 1945 a fazer o Mestrado em Antropologia em Northwestern University. Seu trabalho *The Afro-Brazilian Cult Groups of Recife: A Study in Social Adjustment* (1949), é um estudo dos cultos afro-brasileiros de Recife. Pouco tempo depois de voltar ao Brasil, torna-se chefe do setor de Antropologia do IJN e um dos maiores colaboradores da Comissão pernambucana de estudos de folclore.

raras passagens em que o autor se posiciona explicitamente sobre a idéia de democracia racial no Brasil:

Tão extremada é tal interpretação como a dos que pretendam colocar-me entre aqueles sociólogos ou antropólogos apenas líricos para quem não houve jamais entre portugueses, nem há entre brasileiros, preconceito de raça sob nenhuma forma. O que venho sugerindo é ter sido quase sempre, e continuar a ser, esse preconceito mínimo entre portugueses – desde o contato dos mesmos com os negros e da política de assimilação, do Infante – e brasileiros, quando comparado com as suas formas cruas em vigor entre europeus e entre outros grupos. O que daria ao Brasil o direito de considerar-se avançada democracia étnica como a Suíça se considera – e é considerada – avançada democracia política, a despeito do fato, salientado já por mais de um observador, de haver entre suíços não raros seguidores de Maurras em suas idéias políticas de antidemocracia. (Freyre, 1956, p.XXI-XXII).

Neste “tempo controverso”, expressão de Marcos Chor Maio, três gerações de estudiosos da temática racial se põem em diálogo. Os já bastante maduros Gilberto Freyre (1900), Arthur Ramos (1903) e Thales de Azevedo (1904); um segundo grupo de autores de algum modo influenciados pela Sociologia norte-americana ou por relações com a ELSP, incluindo René Ribeiro (1914), Guerreiro Ramos (1915), Luis de Aguiar Costa Pinto (1920) e Florestan Fernandes (1920) e o terceiro, composto basicamente de “sociólogos puros” como Fernando Henrique Cardoso (1931), Renato Jardim Moreira (192-) e Octávio Ianni (1926).

Estes últimos, que produziram estudos para a Unesco sobre raça e estratificação social no sul do país, puderam contar com um honroso prefácio, escrito por Florestan Fernandes, menos auto-promocional é verdade, mas também rico de esclarecimentos sobre a Sociologia do negro nos anos 1950. Em *Côr e mobilidade social em Florianópolis (1959)* Florestan Fernandes se opõe aos que viam na idéia de democracia racial algo mais que uma mera aspiração coletiva, distanciada do caso brasileiro por um processo de modernização inconcluso, vacilante. Para Florestan, nesse ínterim, “os advogados da tradição se convertem, insensivelmente, em obstáculos vivos à implantação da nova mentalidade, requerida por um país que pretende lutar pela industrialização, pela democratização da riqueza ou do poder e pelo progresso social.” (Fernandes, 1959, p.XII). O mais conhecido advogado das tradições, especialmente das luso-brasileiras, não era outro senão Freyre. Era

a sua sociologia que estava sendo posta em cheque nos trabalhos sobre relações entre brancos e negros no sul do país.

Tudo havia começado dez anos antes, em agosto de 1949, quando o etnólogo Arthur Ramos, ao assumir a chefia do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, percebeu o grande interesse que cercava o caso brasileiro (um “laboratório de civilização”, nas palavras do historiador norte-americano Rudiger Bilden) e deu início ao plano de trabalho de uma pesquisa sobre o padrão racial brasileiro. O antropólogo brasileiro faleceria dois meses depois, só que ainda em tempo de ter incluído tal proposta de pesquisa na pauta da 5ª Sessão Geral da Unesco, na Conferência de Florença⁶¹. Ramos, em seus últimos escritos, era um dos que clamavam pela superação da “fase livresca, literatóide” dos estudos sobre a temática racial brasileira. Após sua morte, a condução do referido projeto de estudos é repassada ao etnólogo Alfred Métraux, especialista em Tupinambás, coordenador do recém instituído Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco.

Laços de afinidade ligavam Métraux ao chefe da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia da USP, Roger Bastide, e a alguns outros sociólogos e antropólogos paulistas, entre eles Ruy Coelho, o ex-membro do *Grupo Clima*, que conhecera Métraux durante o doutorado em antropologia na Northwestern University, em Chicago⁶². Em 1950 Ruy vincula-se ao Departamento de Ciências Sociais da Unesco, em Paris, e passa a assessorar o etnólogo francês na implementação do Projeto. De início, a decisão era restringir o projeto à Bahia e sua capital, Salvador, chamada por muitos pesquisadores de “Nova Guiné”, e vista como a grande metrópole negra latino-americana (aliás, o estado, como um todo, considerado uma espécie de palco por excelência do processo de miscigenação). Também influenciaram tal opção a relativa escassez de recursos para a pesquisa e o fato de alguns especialistas norte-americanos já se encontrarem ali, como Charles Wagley, por exemplo, membro do Programa Bahia/Columbia University, ou terem desenvolvido pesquisas no estado, caso de Ruth Landes (1947), Franklin Frazier (1942), Donald Pierson (1942) e Herskovits (1943).

⁶¹ Essas informações foram extraídas de Marcos Chor Maio (1999) e de Paulo Roberto Azeredo (1986). Ver referência bibliográfica.

⁶² Ruy pesquisou os caribás negros de Honduras, por ajustamento as linhas de estudo presentes no Departamento.

Entretanto, as intervenções dos amigos de Métraux em São Paulo e no Rio, entre eles Otto Klineberg, ex-funcionário da Unesco, àquela altura membro do Departamento de Psicologia da USP, e Luís A. Costa Pinto, que colaborou com o Congresso de Florença, além do desprendimento das equipes que aceitaram conduzir pesquisas em outras regiões com pouquíssimo apoio material, acabaram por permitir a ampliação do recorte. Aliás, aí estava um dos pontos mais comuns da crítica ao trabalho de Gilberto Freyre: ter generalizado para o restante do Brasil suas observações sobre o complexo açucareiro nordestino. Era preciso que essas novas análises cobrissem áreas que pareciam ter escapado ao campo de visão daquele autor.

É bom reafirmar, Freyre era uma pedra no sapato de alguns paulistas, um sociólogo oriundo de um estado atrasado que, voltando ao Brasil com imenso reconhecimento, lá prefere permanecer; um autor que zomba dos critérios e delimitações impostas pelo trabalho sociológico dentro dos quadros disciplinares, afirmando com orgulho ser antes de tudo, um mero escritor. O Projeto Unesco é sentido por alguns acadêmicos, Florestan e Costa Pinto especialmente, como a chance de refutar suas teses. Além disso, desde o início dos anos 1940, já estavam sendo produzidos vários estudos de comunidades e pesquisas sobre as formas de pré-conceito e discriminação imperantes no Brasil (se ligadas exclusivamente à cor da pele, se matizadas pela condição de classe, dependentes ou não da idéia de origem racial). Uma grande quantidade de material empírico já estava acumulada. O momento era propício a uma guinada interpretativa. Diante da situação inicial – proeminência universitária aliada à ameaça de exclusão do IJN – se levanta Freyre:

Quando em 1950, verifiquei entre antropólogos e sociólogos, alguns talvez tendenciosos, encarregados pela UNESCO de realizar no Brasil um inquérito sobre relações entre raças, o propósito de excluir-se de participação ativa no mesmo inquérito o Recife, onde já florescia um instituto de pesquisas sociais especializado no estudo da região – o Instituto Joaquim Nabuco – protestei em Paris, com a maior veemência, junto ao sábio Professor Alfred Métraux, contra o absurdo. (Freyre, 1956, p.XVIII)

O protesto é logo acatado. Além do prestígio de Freyre, contou o fato de o IJN possuir quadros bem treinados⁶³ e disponibilidade de recursos. O livro prefaciado por

⁶³ Freyre também não poupa adjetivos ao “[...] professor René Ribeiro, formado moral e intelectualmente numa ‘Escola do Recife’ que pouco tem a ver com a do insigne teuto-sergipano [Tobias Barreto] – a Escola de Psiquiatria Social, desenvolvida de 1930 a 1940 na velha capital de Pernambuco, por um então ainda jovem Ulysses Pernambucano de Melo – junta às suas virtudes de pesquisador lúcido e paciente de assuntos

Freyre foi a parte que coube a Pernambuco no Projeto Unesco. Nele, René Ribeiro discute o papel da religião na modelagem dos contatos inter-raciais na cidade de Recife. Para isso toma o catolicismo como espaço de compreensão das relações entre as tradições populares de origem afro-brasileira e a ortodoxia romana no que ela tinha de mais rígido. Acompanha Freyre em sua visão negativa sobre o protestantismo e identifica uma tendência ao híbrido no catolicismo trazido pelos portugueses, segundo ele, resultado da secular influência dos vários povos que habitaram a península ibérica e resistiram às guerras de reconquista. Essa religião já mestiçada torna-se, no Brasil, o espaço de incorporação das crenças de índios e negros, um lugar de confraternização entre raças no qual elementos simbólicos de origens distintas vinham se misturar sem implicarem na corrupção da hierarquia eclesiástica e sacramental católica. Para Ribeiro, durante a época colonial e o império, havia sido esta espécie de cristianismo hiper-vulnerável a influências aculturativas, em contraste com o catolicismo romanizado e com o puritanismo do norte europeu, o mais importante espaço de construção do padrão de contato racial brasileiro. Como bem frisa Roberto Motta:

Ribeiro se mantém fiel à explicação [freyriana] do sistema de relações raciais no Brasil, encarado em termos de miscigenação, encontro de culturas e tolerância dos contatos de raça, como resultado de formas de pensar e de agir associadas à religiosidade medieval e ao catolicismo barroco. (R. Motta, 2004, p. 2)

René Ribeiro também dá destaque ao fato de que a tolerância e integração que a religião promoveu durante tanto tempo estavam sendo corroídas pelo processo de modernização industrial. As tensões raciais, para esse autor, pareciam resultar em grande medida do processo de modernização econômica. As festas aos santos, maracatus e congadas eram espaços onde o folclore católico, apesar do empenho romanizante da Igreja, conseguia persistir e, junto com ele, formas de comunhão sociais especialmente brasileiras, ainda que sob a ameaça de pentecostais por um lado e de usineiros por outro.

Sobre o que se passava na Bahia nos anos em que transcorreu o Projeto Unesco, é interessante consultar o Inquérito da Capes. Por meio dele é possível saber que a Faculdade de Filosofia do estado chegou a abrigar um curso de Ciências Sociais em 1945, com 25 inscritos, que teve de ser suspenso no ano seguinte por falta de verbas para a sua

antropo-sociológicos o sentido ético e até estético de sua especialidade, que não lhe permite confundir sua ciência com a Antropologia ou a Sociologia polêmico-jornalística, hoje solta no Rio.” (Freyre, 1956, p.XXIV-XXV) Freyre refere-se a contenda entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos, descrita logo mais a frente.

manutenção. A retomada do curso na década seguinte, sem critérios de seleção e sem as perspectivas profissionais que o ensino secundário fornecia, reduziu as matrículas ao número de duas ou três por ano. Em 1954 a Faculdade estava mergulhada em uma série de dificuldades internas relativas à coordenação dos cursos e à distorção no processo de contratação dos professores assistentes (todos eles sem a mínima especialização, escolhidos e nomeados sem concurso pelo diretor da Faculdade). Mesmo que de modo precário, nas cátedras de Sociologia e Antropologia onde atuavam João Mendonça, Carlos Ott, Thales de Azevedo e Acácio Ferreira pesquisas de campo estavam sendo feitas no interior e na capital do estado.

Como campo de pesquisa, a Bahia havia se constituído um pólo de atração de etnólogos e africanistas, por onde já haviam passado Donald Pierson, Melville Herskovits e Roger Bastide. O apoio institucional à pesquisa era dado, desde 1951, pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Por seu intermédio foi assinado convênio com a Universidade de Colúmbia que viabilizou os estudos de comunidades típicas na zona do cacau, e liberadas as contrapartidas para a execução dos levantamentos referentes ao Projeto Unesco no estado. Nas palavras de Fernanda Peixoto:

Se até os anos 40 a Bahia é campo para pesquisadores isolados, a partir de 49 um amplo projeto de pesquisas tem lugar no estado. Coube a Anísio Teixeira, secretário estadual de Educação e Saúde, com o auxílio de Eduardo Galvão (que completava o doutorado em Colúmbia na época), elaborar um plano de pesquisa em vários municípios baianos, com o objetivo de coligir dados em que se fundassem projetos nacionais de educação, saúde e administração pública (Azevedo, T., 1964, p. 69). A Universidade de Columbia, onde também Anísio já havia estudado, aceita o acordo e inicia-se então o Programa de Pesquisas Sociais/Estado da Bahia-Columbia University, um convênio do Departamento de Educação e da Universidade de Columbia, cujos diretores são Thales de Azevedo e Charles Wagley. (Peixoto, 2001, p. 523)

A tônica dos estudos de Thales de Azevedo para o Projeto Unesco em Salvador foi a existência de grupos de *status* de matiz racial e o nível de abertura da sociedade baiana a iniciativa individual dos homens e mulheres de cor. *As elites de cor: um estudo de ascensão social* (1955) reúne detalhadas descrições sobre os espaços de ascensão social dos negros em Salvador – a burocracia, o exército, os esportes, etc. – que comprovam o quanto eram restritos seus mecanismos de mobilidade social. Mas tais descrições não o levam a concluir pela existência de racismo na Bahia. Um compromisso iniludível com a

geração anterior de estudiosos, especialmente Freyre e Pierson⁶⁴, o impede de chegar a tal conclusão. Compromisso evidenciado pela importância explicativa dada pelo autor aos conceitos de miscigenação e sociedade multirracial de classes.

Segundo Azevedo, desde os tempos coloniais, a escassez de mulheres brancas, a frouxidão dos controles morais e a falta de novas levas de imigrantes brancos, faziam da mistura racial baiana, a mais antiga, estável e tipicamente brasileira. Espremidos por uma massa enorme de negros e mestiços (desde o século XVIII os brancos não passavam de um terço da população da cidade) os brancos de Salvador acabaram envolvidos por um padrão de contato relativamente aberto e extremamente permissivo. A mestiçagem, segundo Thales, foi ali um mecanismo constante de atenuação dos antagonismos sociais.

Apesar das distâncias sociais e culturais que separavam os grupos étnicos, as relações entre estes caracterizam-se mesmo durante o período de escravidão, por uma limitada hostilidade inter-racial. Nos tempos atuais essas relações continuam a distinguir-se por um mínimo de tensão e pelo funcionamento de mecanismos de ajustamento que reduzem a limites diminutos os antagonismos que acaso se originem de diferenças dos tipos físicos e das raças e que, na opinião da maioria, resultam de antagonismos. (T. Azevedo, 1966, p. 91)

Segundo ele, desde o final do século XVIII leis garantiam aos mestiços o direito de formarem-se padres e advogados e durante o 2º Reinado já era possível encontrá-los em postos de comando na política do estado. Houve segregação sim, segundo o autor, só que mais entre escravos e livres que entre brancos e negros. Na Bahia a miscigenação enfraqueceu as linhas que separavam negros e brancos como grupos raciais auto-referidos,

⁶⁴ No pequeno estudo de Donald Pierson: *Relações raciais em Cruz das Almas* (1952), que não tem vínculos com o Projeto Unesco, quase todas as conclusões vão no sentido de rejeitar o preconceito racial como um componente de nota no processo de organização da comunidade. Para o autor, onde as distinções de classe são acentuadas e os negros são a maioria entre os pobres, os brancos das classes superiores tendem a impor barreiras ao casamento com os primeiros. E é claro, não lhe escapa o fato de que “a côr branca traz definitivamente prestígio” (Pierson, 1952, p. 66), que há uma “tendência para o casamento com a pessoa tão clara quanto possível” (Id., *ibid.*, p. 75) e que os negros historicamente tiveram de assumir a cultura dos brancos. Mas Pierson parece estar tão próximo da avaliação dos atores (entre a maioria dos antropólogos norte-americanos os grupos sociais resultavam da auto-classificação, como grupos de pertença identitária, diferentemente do marxismo ou do funcionalismo, por exemplo, nos quais grupos e classes são fenômenos definidos estruturalmente), de suas opiniões sobre a desimportância da cor nos seus processos de escolha, que a única conclusão possível seria pela negativa da discriminação. Para ele, os resquícios da antiga estrutura escravista haviam sido completamente eliminados no Brasil, dando lugar a uma sociedade multirracial de classes. A discriminação existia apenas onde os negros eram confundidos com pobres.

amoleceu o perfil aristocrático da sociedade baiana e foi, em grande medida, fator de democratização social.

Entretanto, se nos anos 1950 era possível encontrar famílias de cor entre as elites baianas, o número de brancos entre os estratos mais pobres era ínfimo. A pobreza era visivelmente negra em Salvador. A ausência de industrialização vinha retardando a consolidação de um regime de classes no estado e contribuindo para a permanência de grupos de *status* ainda bastante próximos do padrão tradicional de estratificação social. A estética, o estilo de vida e o prestígio social recolocavam o problema de uma hierarquia de sentido na qual os negros eram a pior espécie social, a que estavam reservados os serviços mais degradantes. Segundo Thales, o peso simbólico da escravidão ainda estava sobre as costas dos negros.

Em virtude do seu conservantismo cultural e da permanência de uma estrutura econômica semicolonial de agricultura extensiva e de exportação de matérias em troca de artigos manufaturados nacionais e estrangeiros e de certa parte dos produtos de subsistência, a Bahia não concluiu a sua passagem de uma sociedade de *status* para uma sociedade exclusiva ou preponderantemente de classes. (Idem, *Ibidem*, p. 32)

A distância que separava as classes pobres dos grupos intermediários e altos (acentuada pela comunhão de hábitos, comportamentos e valores entre esses últimos) em Salvador era gigantesca. A cidade, segundo Thales, se ressentia da ausência de novos dinamismos econômicos e do clima de estagnação. Desde o fim da escravidão, ela não havia sido reorganizada por qualquer ciclo de atividades comerciais ou produtivas de peso. Em termos de estratificação social, permanecia em vigência, segundo o autor, um regime de *status* fixo (atribuído por nascimento) que reduzia as aspirações das pessoas de cor, um regime sem justificativas “naturais”, sustentado por estereótipos negativos em relação ao negro. O resultado disso, expectativas assimétricas entre brancos e negros que contribuíam para a perpetuação de um sistema tradicional de ocupações, no qual aos negros estavam reservadas as posições subalternas e desprestigiadas. Como destaca Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, para Thales a sociedade baiana era ao mesmo tempo estamental e assimilacionista.

Thales hesitou, como se vê, em considerar os valores da democracia racial como puras racionalizações dos poderosos, tanto quanto se recusou a tomá-los ingenuamente ao pé da letra. O fato é que, numa sociedade racialmente tanto assimilacionista quanto estamental, tais

valores são, a um só tempo, racionalizações conservadoras, para os brancos, e instrumentos de ascensão, para mulatos e negros. (Guimarães, 1996, p. 76)

No Rio de Janeiro, Ironildes Rodrigues, Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, membros do Teatro Experimental do Negro (TEN), ajudaram na organização do 1º Congresso Nacional do Negro, em agosto de 1950⁶⁵. Segundo Maio (1999), em vários momentos desse Congresso, o papel da Unesco se torna objeto de discussão entre os participantes. Guerreiro Ramos, por exemplo, lê uma resolução na qual requisita apoio do governo brasileiro no sentido de persuadir a Unesco a patrocinar um Congresso Internacional sobre o tema. A miscigenação e as possibilidades abertas a ascensão de mestiços no Brasil são desmentidas por Abdias do Nascimento, enquanto indícios de uma sociabilidade racial não conflituosa, e a imagem das disparidades entre brancos e negros é enfaticamente afirmada diante de Roger Bastide e Costa Pinto, acadêmicos que naquele momento já acertavam os detalhes de suas contribuições para o Projeto Unesco de estudos raciais.

Na capital, o Projeto se desenvolveu em meio a violentos confrontos de posições. Apesar da reconhecida presença desse novo movimento negro e da existência dentro do TEN de um intelectual do porte de Guerreiro Ramos, a pesquisa foi entregue ao “baiano claro”, Luis de Aguiar Costa Pinto. A rixa entre os dois remontava a década anterior. Apesar de terem pertencido a primeira turma de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, entre 1939 e 1942, nas disputas pelos cargos de professor assistente na UB, Guerreiro perde a vaga na cadeira de Sociologia, chefiada pelo demógrafo Jacques Lambert, para Costa Pinto e a de Ciência Política, chefiada por André Gross, para Vitor Nunes Leal. O fato de serem conterrâneos em muito pouco aproximava as trajetórias de Guerreiro e Costa Pinto. Este vinha de uma família tradicional, dona de engenhos no recôncavo e propriedades em Salvador. Seu avô havia sido senador durante a República Velha e seu pai, diretor da prestigiada Faculdade de Medicina da Bahia. Garantias econômicas lhe permitiram a vinda ao Rio e também autonomia política suficiente para se engajar em movimentos de inspiração comunista contrários a Vargas.

Guerreiro Ramos, vindo de uma modesta família de comerciantes, passou sua infância em pequenas cidades próximas ao São Francisco, só conseguindo completar seus

estudos em Salvador, pelas portas que a Igreja, ou no seu caso, os Irmãos Maristas, costumavam abrir aos mais promissores e fervorosos jovens católicos. Na Faculdade de Direito da Bahia milita no movimento católico e integralista, aproximando-se de figuras como Afrânio Coutinho e Isaías Alves, membros da ala intelectual que apoiou o interventor estado-novista Landulfo Alves. Tais contatos rendem-lhe uma bolsa do governo baiano para ir ao Rio de Janeiro cursar Ciências Sociais⁶⁶. Frustradas em princípio suas pretensões acadêmicas, Guerreiro obtém, em 1943, uma vaga no Departamento de Administração e Serviço Público (DASP). Como técnico cedido para o Departamento Nacional da Criança, Guerreiro se aproxima de uma sociologia aplicada ao escrever *Aspectos sociológicos da puericultura* (1944) e *Sociologia do orçamento familiar* (1950). Em 1950, seus contatos políticos rendem-lhe uma vaga no gabinete civil da Presidência da República e seu prestígio como alto burocrata, o convite, em 1953, para participar do IBESP. É nesta condição que Guerreiro milita no TEN e se envolve nos debates sobre a questão racial brasileira.

Antes de ser convidado para representar o Brasil na 5ª Conferência Geral da Unesco, em Florença, Costa Pinto havia publicado *Problèmes Démographiques Contemporains* (1944), em parceria com J. Lambert e *Lutas de Famílias no Brasil* (1949), além de vários artigos na revista *Sociologia*, da ELSP, onde fez sua pós-graduação. Na década de 1950, era um dos autores que buscavam ultrapassar o viés culturalista dos estudos sobre assimilação do africano, tomando o avanço urbano industrial como chave da discussão sobre a questão do negro no Brasil. As novas condições de proletário e de negro de classe média é que, segundo o autor, davam sentido aos conflitos raciais emergentes na sociedade brasileira. Para Costa Pinto, era a tímida conformação da sociedade de classes no Brasil que ainda permitia a alguns autores falarem em democracia étnica no país. A distinção entre os casos brasileiro e norte-americano para o autor era "de grau e não de espécie" (Costa Pinto, 1953, p. 326). Eram a proletarização e a mobilidade do negro os motores desse conflito, cuja tendência de aumento na sociedade brasileira já lhe parecia visível.

O trabalho de Costa Pinto para o Projeto Unesco *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*, publicado em 1953, trazia análises de

⁶⁵ Do qual participaram lideranças independentes como Joviano Severiano de Melo e José Pompílio da Hora e representantes de associações rivais, como José Bernardo, da União dos Homens de Côr (Uagacê).

⁶⁶ Informação extraída de Lippi (1995b).

indicadores demográficos, ecológicos e educacionais sobre as disparidades sociais entre grupos étnicos, um inventário dos estereótipos em relação ao negro e algumas críticas aos movimentos sociais ligados a questão racial. Críticas respondidas por Guerreiro Ramos e replicadas por Costa Pinto⁶⁷, numa polêmica que lembrava, segundo Gilberto Freyre, o estilo de Tobias Barreto e os históricos ataques de Silvio Romero a Eduardo Veríssimo e Machado de Assis, no século XIX. Freyre se referia principalmente a Costa Pinto que já havia lhe associado em um de seus artigos ao que de pior e mais ultrapassado havia no modernismo brasileiro: falta de sistematicidade e uma vazia obsessão pelo tema da identidade. Freyre questiona seus critérios de objetividade e o acusa de ter feito subsumir a questão racial no problema das relações de classe no país.

Estamos no Brasil numa fase em que se tornou freqüente aparecerem com o título de “sociológicas” ou o rótulo de “antropológicas” páginas que são apenas de agitação polêmica jornalística, às vezes brilhantes e até inteligentes, em torno de assuntos na verdade sociológicos e antropológicos. Mas assuntos que os autores limitam-se a ferir ou arranhar jornalisticamente, ou para servirem, com escândalo e às vezes brilho, alguma ideologia de que são sectários militantes nem sempre esclarecidos, ou para se fazerem notar, de modo sensacionalista, pelo público menos capaz de separar simples agitadores dessa espécie, de estudiosos autenticamente científicos de matéria sociológica ou antropológica. (Freyre, 1956, p.XXII)

Na parte que lhe coube no Projeto Unesco, Costa Pinto utiliza os censos do IBGE, de 1940 e 1950, e o Censo de Favelas, de 1949, no levantamento de evidências sobre a segregação espacial, taxas de analfabetismo e níveis de mortalidade e fecundidade das pessoas de cor no Rio de Janeiro. Interpreta esses dados levando em conta a direção dos processos migratórios e as relações campo/cidade, dando destaque à inserção educacional como meio por excelência da ascensão social de negros e mulatos. Para ele, era possível notar um aumento do número de negros no seio das classes médias e emergentes, especialmente como profissionais liberais e técnicos na burocracia pública. Entre os negros de classe média, segundo o autor, havia uma tendência a formação de associações reivindicativas e culturais. No seio destas classes parecia estar surgindo pela primeira vez no Brasil uma ideologia da negritude.

⁶⁷ A troca de farpas entre Guerreiro e Costa Pinto inicia-se em 27 de dezembro de 1953. Algumas semanas após o lançamento de *O negro no Rio de Janeiro...*, Guerreiro publica o artigo "Sociologia Clínica de um Baiano Claro". A resposta de Costa Pinto sai em 10 de janeiro de 1954 "Ciência Social e Ideologia Racial (Esclarecendo Intencionais Obscuridades)". Ver referência bibliográfica.

Enquanto as antigas elites, na medida em que ascendiam, tinham a preocupação de branquear-se, confundindo-se em tudo com o extrato branco superiormente colocado, as novas elites negras pretendem ascender como elites negras, sem deixarem de ser negras, negras mais do que nunca, declarada e orgulhosamente negras, apologéticas da negritude. (Costa Pinto, 1953, p. 269-270).

Na linha de frente desse processo estavam intelectuais negros, segundo Costa Pinto, vivendo as tensões dessa nova socialização e o conseqüente distanciamento das massas de cor. Esses intelectuais se pretendiam porta-vozes dos estratos inferiores, mas estavam desconectados de seus mais urgentes anseios, produtores de uma identidade étnica que em nada contemplava a experiência diuturna dos trabalhadores negros, muito mais suscetíveis, segundo ele, aos apelos dos sindicatos. Vivendo o dilema entre uma "atitude de protesto contra a linha de cor que lhes dificultava a ascensão" (id., *ibid.*, p. 276) e a busca da disciplina gradativa da "gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade" (Nascimento, 1949 Apud Costa Pinto, 1953, p. 281), o TEN seria, em seu tempo, "a mais legítima expressão ideológica da pequena burguesia intelectualizada e pigmentada no Rio de Janeiro e, por sem dúvida, no País" (idem, *ibidem*, p. 278).

A ideologia da negritude era para Costa Pinto uma mera inversão da imagem cultivada pelos brancos, um "racismo às avessas", a falsa consciência racial de uma pequena burguesia negra preocupada com os impedimentos à sua ascensão social; o subproduto ideológico de uma "clique vanguardeira" (id., *ibid.*, p. 292). Para ele, essa pseudo-consciência racial nada acrescentava à vivência das pessoas comuns que tinham de enfrentar no dia a dia os estereótipos negativos que pesavam sobre a cor negra. Como afirma Maio, "Costa Pinto caracteriza o movimento negro como uma elite mergulhada em um profundo dilema por estar nos estratos superiores da sociedade, mas não ser aceita de fato pelas 'elites brancas'" (Maio, 1999, p. 26). Costa Pinto ataca até mesmo os métodos de psicodrama utilizados pelos participantes do TEN, definindo-os ironicamente como:

[...] a chave mágica do extravazamento de tudo o que a fome, o salário de fome, o baixo padrão de vida, a herança da escravidão, a "casa de cachorro", o analfabetismo, a doença, o preconceito, a linha de côr – pôs na alma do homem do povo desta cidade, deste país e deste mundo. (Costa Pinto, 1953, p. 291)

A contenda se prolonga com a publicação no início de 1954 do ensaio de Guerreiro Ramos “O Problema do Negro na Sociologia Brasileira”, nos *Cadernos de nosso tempo*, do IBESP⁶⁸, no qual o autor se mostra tão preocupado em retorquir afirmações daquele tipo, quanto em afirmar a dimensão prática na qual devem ser envolvidos os estudos sociológicos. Para isso, submete a socioantropologia racial ao mesmo tipo de julgamento que o levava a considerar as Ciências Sociais brasileiras alienadas e inautênticas, fundadas em repertórios conceituais pré-fabricados, passíveis apenas de exotizar a situação do negro, sem nada contribuírem para a sua autodeterminação.

Para Guerreiro, categorias como *raça, estrutura social e aculturação* se baseavam em perspectivas estáticas sobre o social. Considerava os problemas do negro e do índio brasileiro como partes de uma questão mais ampla, de sentido nacional. “Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil.” (G. Ramos, 1981, p. 41) O esmero de jovens pesquisadores em profundos levantamentos etnográficos sobre comunidades rurais (majoritariamente negras) só fazia do negro uma espécie de corpo estranho dentro da nação. Para o autor, um absurdo, já que negros e mulatos na verdade, já estavam plenamente identificados com a cultura do país. Guerreiro via em tal linha de estudos um enorme desperdício de esforços intelectuais e não economizava críticas ao moderno padrão acadêmico de pesquisas raciais. Se nas obras de Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Alberto Torres o autor considerava plenamente possível encontrar contribuições para uma “teoria do tipo étnico brasileiro”, o mesmo não acontecia com o que escrevem os “atuais sociólogos”. Sobre Euclides da Cunha afirma:

Não importam os seus erros, temos que aprender com ele a assumir uma atitude integrada na realidade nacional. Não é difícil escrever obras com o propósito de mostrar que se sabe bem uma lição ou como quem escreve deveres colegiais. Os acertos dos atuais sociólogos e antropólogos consulares e os equívocos de Euclides da Cunha se equivalem: uns e outros são importados ou frutos de nossas obnubilações pelos “prestígios” ocasionais dos centros estrangeiros. (G. Ramos, 1981, p. 46)

Guerreiro pregava a necessidade de que o sociólogo se tornasse consciência militante da transformação, reconhecendo a dimensão política com que deve ser tratada esta temática e tomando para si o “mandato da raça negra”. Segundo o autor, nossa

⁶⁸ Ensaio que organiza opiniões já tornadas públicas em suas palestras e artigos.

Sociologia do negro até a década de 1950 tinha sido uma ilustração do privilégio do branco “de ver o negro, sem por este último ser visto” (Id., *ibid.*, p. 64), estando incluídos nesse julgamento todos os trabalhos do Projeto Unesco:

Tais documentos são frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde de fora do país. Embora regidos por brasileiros, eles se incluem na tradição dos antigos relatórios do Reino..., ainda que, hoje, o Reino se metamorfoseie na Unesco, sediada em Paris (Idem, *ibidem*, p. 61)

Para Guerreiro o negro já havia sido completamente assimilado e as condições de anormalidade que os sociólogos se arvoravam em estudar, diziam respeito ao quadro mais geral de desenvolvimento em que se encontrava a comunidade nacional. É perceptível um certo desprezo do autor pelos elementos culturais afro-brasileiros: meros resquícios dentro de um processo mais amplo que condena negros, brancos índios e mulatos a novas lógicas de convívio⁶⁹. Por isso, as Ciências Sociais não deviam preocupar-se em “descrever e interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de côr” (Id., *ibid.*, p. 42) e sim, concentrarem-se, por exemplo, na resolução do déficit educacional dessas populações, criando condições para que os negros fossem “adestrados em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país.” (Id., *ibid.*, p. 67). Sendo esse último um dos objetivos do Teatro Experimental do Negro, organização, segundo ele, ocupada em promover uma renovação estética na contramão da ideologia da brancura imperante no país⁷⁰.

⁶⁹ “É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos” (G. Ramos, 1957, p. 78).

⁷⁰ O olhar positivo sobre a atuação do movimento negro é um dos pontos de acordo entre Guerreiro e Florestan. Na parte que coube a este no Projeto Unesco, Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, Vicente Ferreira e José Corrêa Leite, quatro dos principais intelectuais e militantes negros paulistas nos anos 1950, participaram do inquérito sobre a situação do negro no estado como entrevistados e informantes. Há em *Branços e Negros em São Paulo* (1959) um capítulo dedicado a atuação do Movimento no qual algumas das contribuições do Centro Cívico Palmares, da Frente Negra Brasileira e da Associação dos Negros Brasileiros são mencionadas. O trabalho de recuperação da trajetória desses atores leva Fernandes a discordar de Costa Pinto: “É evidente que os móveis e os valores sociais, incorporados à ideologia que se elaborou em torno do combate ao preconceito de côr e da luta pela ‘elevação moral, intelectual e social da raça negra’, não correspondem a um estímulo fundamental de ‘imitar os brancos’. [...] os movimentos sociais dos negros não podem ser confundidos, quanto aos seus efeitos, com as reações espontâneas dos brancos contra o preconceito de côr. Eles correspondem a necessidades sociais que não poderão ser preenchidas nas condições

As opiniões polêmicas e o firme posicionamento de Guerreiro já haviam rendido-lhe críticas mordazes de alguns uspianos, as mais conhecidas farpas, vindas, como se sabe, de Florestan Fernandes⁷¹. Mas desta vez é Roger Bastide quem, em uma carta aberta publicada em novembro de 1953 na Revista *Anhembi*, opõe ao sociólogo baiano afiadas argumentações. Os ataques de Guerreiro aos estudos africanistas e à Sociologia acadêmica não poderiam passar impunes num tempo como aquele. Para Bastide, os intelectuais negros tinham medo de lembrar de sua ancestralidade africana, porque esse Continente era visto como um lugar selvagem. O negro que o movimento valorizava era sempre o ocidentalizado, europeu ou americano, capaz de assimilar a cultura do branco⁷². Para o renomado sociólogo francês não havia uma ciência de importação e uma ciência nacional. É o isolamento em relação ao que vem de fora, e não sua assimilação, a principal causa do atraso.

Meu caro Guerreiro Ramos: acabo de ler o seu palpitante estudo sobre o “processo da sociologia no Brasil” e, se compreendo o ardor que o anima contra todos os que não fazem mais que repetir como papagaios o que se encontra nos livros estrangeiros, em vez de se dedicarem com amor às realidades brasileiras, sei também que a paixão o leva demasiado longe e que as suas teses podem ser perigosas para a constituição da sociologia brasileira. (Bastide, 1953, p. 521)

Guerreiro se equivocava, segundo Bastide, ao usar a dicotomia “nacional/importado” na classificação das obras maiores do pensamento social brasileiro. Tobias Barreto e Sílvio Romero, como exemplos, não poderiam jamais, segundo ele, estarem separados por tal critério, como o fez Guerreiro, para quem Tobias Barreto foi um sociólogo “consular” e alienado e Sílvio Romero, o autor de uma “sociologia integrada”, enraizada nos problemas nacionais. Segundo Bastide:

de ajustamento proporcionadas pelo atual sistema de acomodações raciais. E se eles não puderam provocar uma transformação radical desse sistema, é inegável que já produziram no ‘meio negro’, mudanças apreciáveis no que concerne à consideração das atitudes dos brancos para com os negros e à objetivação de novos ideais de vida.” (Bastide & Fernandes, 1959, p. 284-286) Outras afirmações nessa direção também podem ser encontradas nas páginas 289-290 do mesmo livro.

⁷¹ Em Lúcia Lippi (1995b, p. 91-110) está uma boa análise da reprovação e dos subseqüentes debates das teses e recomendações de Guerreiro Ramos como presidente da Comissão das Estruturas Nacionais do II Congresso Latino-americano de Sociologia que aconteceu no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 10 e 17 de julho de 1953.

⁷² Esta afirmação está no artigo de Bastide “A imprensa negra do estado de São Paulo”, citado por Azeredo, 1986, p. 44, n. 10.

Tobias Barreto partiu sem dúvida do pensamento alemão, mas caboclizou-o, tirou-lhe o uniforme de Junker prussiano para pô-lo em mangas de camisa. [...] e Sílvio Romero sempre esteve à procura de uma doutrina “made in Europe”, quer se tratasse do organicismo quer da doutrina de Taine ou da de Buckle, ou por fim de Le Play. (Idem, ibidem, p. 523)

Para Bastide a Sociologia deveria sim se esforçar por encontrar um quadro conceitual geral, desligado o mais possível dos contextos afetivos ou políticos. Equívoco, para ele, seria investir numa disciplina aplicada aos problemas nacionais nos termos em que Guerreiro a concebia, rejeitando as influências estrangeiras porque etnocêntrica e cheia de complexos de inferioridade. Os processos da Sociologia, segundo Bastide, “são funções, como os da sociedade, do contato entre os sábios. Abramos as janelas para fora. Não fiquemos fervendo na nossa própria marmitta. Senão recuaremos em vez de avançar” (Idem, ibidem, p. 527)

Sobre as críticas de que os estudos e o empenho na preservação das tradições (“resistências”) afro-brasileiras eram elementos retardadores da integração do elemento de cor na sociedade nacional, e de que os estudos de comunidade davam unicamente prova da gratuidade e alienação dos sociólogos, Bastide não hesita em afirmar que o negro do candomblé era o único sem complexo de inferioridade e replicar:

V. insiste na sua crítica dos africanistas. E censura ainda às suas doutrinas a falta de uma “fôrça operativa”, acha que elas não são mais do que “peças de museu”. É esquecer que Gilberto Freyre foi levado da “Casa Grande” à política, e que Arthur Ramos foi levado do “Negro Brasileiro” à direção de um departamento da Unesco, para atenuar as tensões raciais no mundo de hoje graças às lições que tinha tirado de suas pesquisas brasileiras “gratuitas”. É esquecer também a célebre lei de recorrência segundo a qual não há idéias gratuitas, pois toda idéia transforma o real à medida que se enuncia. Pergunte ao meu amigo Paulo Duarte se as idéias de Gilberto Freyre não têm força operativa, ele que denuncia a influência de Gilberto Freyre, que o torna responsável pelo nascimento do “mulatismo”, do racismo de côr que distingue duas espécies de brasileiros, os verdadeiros, os que tem um pouco de sangue negro, e os falsos, os que tem sangue estrangeiro. Sem Gilberto, teria o mulatismo existido? (Idem, ibidem, p. 525)

Bastide refere-se a uma outra série de atritos, desta vez entre Paulo Duarte e Gilberto Freyre. Em São Paulo, o Projeto Unesco fora antecedido por outra iniciativa. Segundo Sérgio Alfredo Guimarães (1999) e Elide Rugai Bastos (1999), quando Alfred

Métraux chega para negociar os convênios que deram início ao Projeto, a Revista *Anhembi* já estava preparando estudos sobre a temática racial. O diretor da Revista, Paulo Duarte, havia escrito um artigo algum tempo antes para comentar os recentes episódios de agressões de negros contra brancos na capital. No artigo, Duarte atribuiu a eles uma espécie de desordem e frouxidão moral, segundo ele, heranças deixadas pelo Estado Novo, e também alerta para o perigo do que poderia vir a ser uma onda de hostilidades raciais no país bem ao estilo norte-americano. O artigo traz uma miscelânea de afirmações bastante polêmicas, entre elas uma advertência ao constructo freyriano que chega a lembrar as expectativas de branqueamento que rondaram as obras de Romero e Oliveira Vianna. Apesar de longos, alguns trechos do texto merecem ser reproduzidos:

Os recalques explodiram e, entre nós, temos assistido a essas repetidas cenas deprimentes da concentração de negros agressivos contra o branco, ou a agressão individual contra pacatos transeuntes que não são negros. Há pouco tempo, em plena praça do Patriarca, um negro agrediu a socos uma senhora sob o pretexto de que esta o olhava mais insistentemente. Vários incidentes em ônibus ou em filas têm-se verificado também; em todos eles, os negros são os agressores e os brancos as vítimas. Os comícios de todas as noites na praça do Patriarca e as concentrações também à noite de negros agressivos ou embriagados na rua Direita e na Praça da Sé, os botequins do centro onde os negros se embriagam, já estão provocando protestos, justíssimos protestos, até pela imprensa, pois não é possível uma cidade como São Paulo ficar à mercê de hordas grosseiras e malcriadas, prontas a se desencadearem contra qualquer branco, homem ou mulher, desde que um gesto involuntário, um olhar mesmo, possa ser mal interpretado por esses grupos brutais e violentos. [...] Mas não só o desleixo criminoso, a incompetência e a inconsciência da ditadura são as causas do surgimento em nosso país desse aspecto odioso da vida social que ia desaparecendo paulatinamente do nosso meio. Contribuiu para isso também essa pequena sociologia do nordeste que procura impor como verdade científica, o romantismo mestiço de que o tipo característico do brasileiro é o mulato. [...] Hoje alguns romancistas que passaram a girar em torno da sociologia do Sr. Gilberto Freyre, agradável pela leveza, muitas vezes real, mas em muitos pontos colorida da fantasia, pretendem impor um tipo brasileiro negro ou mulato como o único legítimo tipo brasileiro. [...] Uma coisa, porém, existe e existe com absoluta nitidez: a deliberação marcada pelo consenso unânime dos brasileiros lúcidos: o Brasil quer ser um país branco e não um país negro. (Duarte, 1947, p. 5)

Sua fala não era representativa de qualquer espécie de “sentimento paulista” frente a projeção freyriana de um de Brasil moreno. Sabe-se o quanto eram difusos os posicionamentos sobre isso e como Gilberto Freyre foi admirado por paulistas ilustres,

Mário de Andrade, por exemplo. Além disso, o artigo suscitou acaloradas respostas, vindas principalmente do movimento negro paulistano. O texto de Paulo Duarte, ex-membro do *Grupo do Estado*⁷³, amigo íntimo de vários dos principais modernistas, indica algumas das ambigüidades que cercavam a idéia de democracia racial naqueles anos⁷⁴. Diante de contra-respostas escritas por acadêmicos, entre elas uma de Florestan Fernandes, o diretor da Anhembi se sente impelido a retomar a questão e, numa visita a FFCL, sugere a Roger Bastide uma pesquisa aprofundada sobre a situação racial no estado, garantindo-lhe recursos e espaço de publicação. Algum tempo depois Duarte é procurado pelo mesmo Bastide acompanhado de Alfred Métraux. Os dois lhe propõem um acordo entre a Revista e o órgão das Nações Unidas. Compromisso firmado, Duarte obteve uma contrapartida de quatro mil dólares junto ao governador Lucas Nogueira Garcez, seu amigo íntimo, repassada via Universidade, para viabilizar a pesquisa. Florestan (1978) narra o episódio da seguinte maneira:

Quando o Métraux veio aqui, oferecer o projeto, ele realmente não estava querendo atrair o professor Bastide; ele queria a colaboração do professor Pierson. Eu sei muito bem disso porque participei de todas as conversações. A Unesco dispunha de quatro mil dólares, o que era uma ninharia, pois o projeto tinha um desdobramento psicológico, um estudo sociológico de área urbana e outro de área rural. [...] Um sociólogo americano, mesmo que fosse tão despreendido quanto o professor Donald Pierson, jamais aceitaria um esquema de financiamento tão precário, ao mesmo tempo que envolvia um projeto de pesquisa tão ambicioso... De qualquer modo, a recusa de Pierson forçou Métraux a insistir com Bastide, que era muito seu amigo e não sabia dizer não. Ele acabou tendo

⁷³ Na passagem dos anos 1920-30 vários intelectuais paulistas, ex-membros do Partido Democrático, formavam o que viria a ser chamado “Grupo do Estado”. Homens como Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Armando de Sales Oliveira e Júlio de Mesquita Filho que tornariam o jornal *O Estado de São Paulo* peça chave na campanha em prol da criação de uma Universidade no estado. Logo após a Revolução Constitucionalista, 1932, com a chegada de Armando de Sales ao Palácio dos Campos Elíseos, o grupo se torna politicamente hegemônico. Em 1933 ele passa aos seus companheiros a responsabilidade de planejarem a USP e no ano seguinte, determina sua criação.

⁷⁴ Veja-se, por exemplo, a afirmação de Fernando de Azevedo, presente na introdução ao compêndio *A Cultura Brasileira, 1943*. As expectativas desse co-fundador da USP, chefe por tantos anos da Cadeira de Sociologia II parecem em harmonia com as idéias de branqueamento do início do século: “a admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa – cidadela da raça branca –, antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa – a da atmosfera de sua própria civilização” (Apud Skidmore, 1976, p. 228)

de fazer o trabalho e me convidou para o mesmo. (Fernandes, 1978, p. 92-93).⁷⁵

A equipe de sociólogos que participou do Projeto em São Paulo reuniu além de Bastide e Florestan, Oracy Nogueira e os assistentes Lucila Hermann e Renato Jardim Moreira. A pesquisa de Nogueira, *Relações raciais no Município de Itapetininga* (1955), naquele contexto alcança menor repercussão que *Negros e Brancos em São Paulo* (1954), trabalho de Florestan e Bastide. Entre todos os textos do Projeto Unesco, esse último é o que expressa maior empenho em transferir o debate racial do campo da cultura para o da organização social. Nesse livro o foco recai sobre o contexto de desmantelamento do regime escravista e sobre as reações das elites brancas obrigadas a conviver com as pessoas de cor numa ordem de mercado, aberta e formalmente destituída de privilégios. Interessava aos autores avaliar as chances de recuperação econômica que haviam restado aos libertos e seus descendentes e quais as barreiras impostas à transformação dos escravos em cidadãos dentro do “tardio capitalismo brasileiro”. Segundo Bastide & Fernandes, processos de re-socialização precários vinham impedindo o negro de competir por melhores postos, favorecendo “[...] a seleção e a perpetuação de representações cuja sobrevivência parece incompatível com a nova condição civil dos indivíduos de cor e com a organização da sociedade de classes em emergência.” (Bastide & Fernandes, 1959, p. 143)⁷⁶

Esses autores buscaram relacionar historicamente as mudanças no perfil da população negra e os desdobramentos da economia paulista. Segundo eles, entre os séculos XVIII e XIX, desde o colapso do ciclo minerador e o progressivo aproveitamento do excedente de mão de obra disponível, até o fim do tráfico internacional de escravos e a alternativa de deslocamento interno do comércio negreiro, a história de São Paulo havia sido de fundamental importância para a continuidade do sistema escravista brasileiro. No

⁷⁵ Sobre sua aceitação, Florestan afirma terem contado o afeto por Bastide e o amor a ciência. Sobre a negativa de Pierson, acresce o fato de que o sociólogo norte-americano estava bastante envolvido em estudos de comunidades no vale do Rio São Francisco. Informação extraída de Maio (1999, p. 10).

⁷⁶ Se Gilberto Freyre buscou retratar várias das situações de intimidade entre senhores e escravos durante a Colônia e Império, para Florestan, essas “duas camadas raciais constituíam dois mundos cultural e socialmente separados, antagônicos e irredutíveis um ao outro.” (Fernandes, 1975, p. 372). Além disso, Florestan tentou obsessivamente demonstrar que a discriminação racial era parte do processo de estratificação social: “[...] não se praticava a discriminação racial por causa de ‘prevenções’ ou ‘ojerizas’ inevitavelmente ou voluntariamente associadas a diferenças raciais, por meio de determinações desencadeadas através de processos culturais. (Id., ibid.) [...] As formas de discriminação racial apontadas se vinculavam à perpetuação da ordem social escravocrata como e enquanto processos sociais, que operavam no

pós-Abolição, a ausência de amparo e a chegada da enorme massa de imigrantes haviam dificultado a integração dos negros no novo regime e lhes reservado espaços marginais no sistema de ocupações. No século XX, em São Paulo, o negro se tornaria gradativamente um grupo racial minoritário. O cerne da argumentação dos autores é que a situação de subalternidade herdada do período escravista favoreceu a formação de estereótipos e expectativas mútuas entre negros e brancos que atuaram negativamente no processo de distribuição das ocupações. Para Bastide & Fernandes:

[...] as transformações ocorridas na estrutura social da sociedade paulistana, significativas do ponto de vista das relações raciais, exerceram influências modificadoras sobre as expectativas e os padrões de comportamento polarizados em torno da raça e da cor da pele. Todavia, aquelas transformações não foram suficientemente profundas para desorganizar o sistema de relações raciais, que se elaboraram como conexão social da escravidão e da dominação senhorial. [...] deveríamos admitir que, em São Paulo, o sistema de relações raciais não se transformou tão rapidamente quanto o sistema total e inclusivo de relações sociais. (1959, p. 153-154)

Neste contexto de demora cultural, a absorção do negro a ordem competitiva tendeu a ser lenta, via trabalho doméstico ou tarefas braçais e as representações de sua personalidade-*status* ainda bem próximas das que vigoravam no seio da “antiga ordem” (p. 155). O imigrante, desde a sua chegada, encarado como agente privilegiado das atividades industriais, garantiu facilmente seu acesso à lógica do mercado capitalista, este “mundo que ele criou no Brasil”. Enquanto isso, os negros, durante a primeira metade do século XX, permaneciam em maioria nas áreas rurais, ainda bastante condicionados por formas “pré-capitalistas” de convívio e nas periferias dos grandes centros, em condições altamente degradantes. Para Florestan Fernandes, particularmente, as expectativas de brancos e negros vindas do passado atuavam como forças de conservantismo cultural. O desenvolvimento industrial pouco a pouco dissolvia costumes tradicionais e forçava os negros a outras formas de socialização, mais ajustadas ao regime de classes. Nesse contexto, as manifestações mais brutais do preconceito de cor conviviam contraditoriamente com a vulgarizada imagem de uma sociedade sem grandes acidentes étnicos, aberta e miscigenada.

sentido de manter a posição e a relação recíprocas existentes entre as ‘raças’ a que pertenciam os senhores e as “raças” em que se recrutavam os escravos.” (Idem, *ibidem*, p. 373)

A idéia de democracia racial favoreceu, segundo Bastide & Fernandes, apenas o domínio dos brancos sobre os ajustamentos inter-raciais. Daí a particularidade do racismo brasileiro, fundado em discriminações de tipo velado ou “no preconceito da ausência de preconceito”. Os autores chegam à conclusão de que em São Paulo os obstáculos relativos à cor existiam sim, tornando bem mais difíceis a aceitação e mobilidade dos homens e mulheres negros. Para eles, democracia era um tipo de sociedade em contradição com a comunidade, baseado no esforço de substituição de relações orgânicas por relações racionais. Em estudos posteriores, a partir da comparação entre as funções sociais do preconceito antes e depois da Abolição, Florestan passaria a enxergá-lo como uma tentativa das elites brancas de preservarem as posições e privilégios da ordem social arcaica. No caso da sociedade brasileira, democratização e avanço do mercado caminhavam juntos e qualquer possibilidade de democracia racial de fato, deveria se basear na corrosão da antiga sociedade de estamentos. Na década de 1950, para Florestan, era a ordem social competitiva a única capaz de corrigir os componentes irracionais nas interações entre os grupos étnicos e garantir uma democracia social de fato.

Na Escola Livre de Sociologia e Política, estava Oracy Nogueira que, quanto a constatação da existência de tensões raciais no Brasil (mesmo que “sutis”), esteve em pleno acordo com Bastide & Fernandes e mais distante de seu mestre Donald Pierson. Apesar de seu estudo para o Projeto Unesco se restringir a um pequeno município do interior do estado, *Relações raciais no Município de Itapetininga* (1955), suas ambições interpretativas eram bastante amplas. Tratando de Itapetininga, Nogueira também buscava acessar o núcleo do debate: a especificidade do racismo brasileiro frente ao caso norte-americano. Confrontando os mapas estatísticos do IBGE e suas observações diretas, Nogueira verifica uma disparidade envolvendo o número de negros e mestiços. As pesquisas baseadas na auto-avaliação indicavam uma tendência de aproximação desses últimos ao grupo branco. Para o autor, tendência que se associava a uma espécie de desejo de branqueamento, e que funcionava como um princípio classificatório capaz de tornar natural a presença de brancos em certas posições de prestígio e impelir os negros em ascensão a certo tipo de adequação a padrões estéticos e de convívio tipicamente brancos.

Nogueira compara a trajetória de dezenas de imigrantes e seus descendentes com a de várias famílias negras durante toda primeira metade do século XX, e afirma que a estrutura social de Itapetininga esteve aberta a ascensão dos primeiros e quase que

totalmente fechada a população negra. Sobre o grupo de italianos na cidade, durante o referido período, afirma: “[...] de uma concentração total na camada menos favorecida, conseguiram eles elevar-se às camadas média e dominante, em proporção pelo menos igual à dos brancos descendentes dos antigos colonizadores portugueses [...]” (Nogueira, 1998, p. 175) Enquanto isso, as famílias negras continuavam como que paralisadas na base da pirâmide social. O autor percebe nas famílias de cor uma acentuada tendência ao cruzamento matrimonial com elementos brancos e a atribui à busca por *status*. A implicação disso:

Cada conquista do negro ou do mulato que logra vencer econômica, profissional ou intelectualmente, tende a ser absorvida, em uma ou duas gerações, pelo grupo branco, através do branqueamento progressivo e da progressiva incorporação dos seus descendentes a este grupo; e por sua vez, em cada geração, os elementos mais escuros da população – sobre os quais mais pesa o preconceito – se vêem na posição de quem tem de começar de novo, apenas com o próprio esforço na mesma caminhada, como se o caminho nunca tivesse sido batido pelos da sua cor. (Nogueira, 1998, p. 192)

Para ele, um dos mecanismos que tornava possível aos brancos usufruírem da rede de ensino e da ampliação do número de postos de trabalho no decorrer dessas décadas era o “preconceito de marca”. A intensidade do preconceito no Brasil acompanhava o gradiente de cor. Havia no país discriminação e não segregação. Aqui, segundo Nogueira, contavam como fatores do preconceito a aparência física, a cor da pele e os traços característicos da raça negra, diferentemente do caso americano, que repousava sobre a origem e a ascendência familiar, sendo suficiente que os indivíduos tivessem ancestrais negros para serem alvo de preconceito. A forma relativamente amena do racismo brasileiro irrigava, segundo ele, toda a estrutura social sob a forma de um sistema naturalizado de preferências, que mesmo sem segregar, impulsionava a mobilidade dos brancos e constrangia os postulantes afro-descendentes impedindo sua auto-afirmação.

Como já destacado, Octávio Ianni e Fernando Henrique (assistentes da cadeira de Sociologia I a partir de 1955), são os autores do último trabalho do projeto Unesco: *Côr e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional* (1960). Esses acadêmicos buscaram entender o preconceito em Florianópolis retrocedendo à formação de sua ancestral, a antiga

Destêrro⁷⁷, cidade localizada numa região subsidiária da economia colonial onde, diferentemente do nordeste açucareiro e dos cafezais paulistas, o número de negros jamais ultrapassou a população branca⁷⁸ e a produção pesqueira e artesanal tinham apenas a própria Destêrro como pólo consumidor. De dimensões modestas, essa comunidade havia se constituído exclusivamente para o apoio a atividade marítima lusitana e, portanto, não manteve conexões com o ciclo minerador e com suas rotas de abastecimento (por onde passava o gado e produtos vindos dos pampas gaúchos). A colonização ali se iniciou na época em que a mineração absorvia quase todos os negros trazidos ao Brasil. Em Santa Catarina os escravos eram mais utilizados no trabalho doméstico e na extração da madeira. Com a expressiva vinda de açorianos para a região, predominou a pequena propriedade e a convivência entre trabalho escravo e livre. Segundo os autores, a valorização do ócio e o relativamente estável distanciamento entre escravos e senhores não esteve presente nesse “meio rural plebeu”, sendo comum encontrar escravos e proprietários trabalhando juntos ou cumprindo funções semelhantes.

A cidade, uma mistura de centro administrativo e fortaleza militar, não sofreu grandes impulsos econômicos até meados do século XX. Segundo Cardoso & Ianni, em Destêrro/Florianópolis, devido a convivência entre trabalho escravo e trabalho livre e à falta de condições materiais que tornassem viável um estilo de vida propriamente senhorial, a desigualdade natural (física, relativa a cor da pele) entre negros e brancos foi a única a servir de pretexto para a discriminação. Para os autores, o zelo e controle familiar sobre a “pureza da cor”, exercida através da condenação ao casamento inter-racial, era um de seus traços marcantes. Antes da Abolição, os negros e mulatos, independentemente de sua condição jurídica e civil, se escravos ou fôrros, eram tratados com o mesmo desprezo e interdições.

Numa comunidade pequena e pouco diferenciada como Destêrro, onde, portanto o controle social direto exercido através de grupos primários era de fundamental importância, havia condições para que as regras de exclusão do escravo de certos círculos de convivência social do branco se mantivessem rigidamente e fossem estendidos aos que, pela cor,

⁷⁷ A cidade ganha seu nome atual, Florianópolis, em homenagem ao ex-presidente Floriano Peixoto, que reprimiu com sucesso a Revolução Federalista no sul do país na década de 1890.

⁷⁸ O quadro da página 93 do livro de Cardoso & Ianni, sobre a evolução da população no município de Destêrro/Florianópolis, traz as dimensões de sua população de cor: em 1864, numa população total de 21.136 habitantes, os negros somavam 5.223 (24,71%); em 1890, 2.061 negros (ou 6,78%) entre 30.392 habitantes; e em 1950, 5.027 negros e 1.249 pardos (9,28%) numa população de 67.630 pessoas.

puddessem ser identificados como escravos ou descendentes de escravos, ainda que libertos. (Cardoso & Ianni, 1960, p. 127)

Manifestação, segundo os autores, de um padrão de contato inter-racial comum ao sul do país, e ainda presente na Florianópolis das primeiras décadas após a Abolição. Por vezes, sob a forma de barreiras legais à convivência intra-racial: relativas aos cultos afro-brasileiros, as danças e jogos envolvendo pessoas negras. Nesse período, segundo eles, “fatores irracionais” associados às diferenças raciais continuaram operando no processo de definição do *status* social, a despeito da igualdade jurídica entre brancos e negros. A ausência de quaisquer mudanças econômicas significativas na região dificultou a promoção dos elementos egressos da escravidão. Décadas depois, as mesmas posições do negro e do branco no processo social de produção estavam mantidas.

Em outra parte dessa mesma pesquisa, um *survey* envolvendo pouco mais de mil estudantes em Florianópolis realizado em 1955 trouxe à tona verbalizações de estereótipos positivos e negativos sobre brancos e negros, que os autores atribuem à socialização e não a vivência pessoal dos informantes. Imagens comuns sobre a “maior inteligência de brancos”, “sexualidade das mulatas”, “falta de caráter e malandragem do mulato”, e desprezo pela “macumba dos pretos”. Os autores, além disso, constataram a prevalência de uma duplicidade ou contradição entre as respostas fornecidas. A maioria dos informantes respondeu as questões dirigidas rejeitando a possibilidade de casamento ou de amizade íntima com negros, mas nas respostas abertas não se dispôs a esclarecer o que tornava esse grupo racial indigno de contato familiar, negando distinções de caráter entre brancos e negros. Para Cardoso & Ianni esta era a prova do caráter dissimulado do racismo na comunidade e de um vacilante desejo dos brancos de ajustarem-se ao padrão ideal de relações raciais. Resultado: um duplo sistema de referências na avaliação dos negros, o primeiro passível de ser afirmado publicamente e o outro regulando as possibilidades de aproximação e intimidade com o elemento de cor.

Além disso, os autores diagnosticaram na conduta dos negros e mulatos, em suas tentativas de elevação social, um desejo de branqueamento e aceitação social expresso na manipulação de diversas técnicas, desde o cuidado obsessivo com a vestimenta, afastamento do grupo de origem, puritanismo religioso até a postura seletiva diante de oportunidades profissionais tidas como degradantes. Na verdade um modo tão eficaz de

assimilação das expectativas dos brancos que Cardoso & Ianni não relutaram em chamar de “ideologia de compromisso”:

[...] a ideologia do negro e do mulato é uma ideologia de compromisso. Destina-se a orientar o comportamento do “indivíduo de côr”, no sentido de sua integração e ascensão sociais. Compreende, por isso, um conjunto de concessões que são oferecidas em troca das conquistas sociais que representam a possibilidade de infiltrar-se ou ascender a grupos dominados por brancos. Essa ideologia se compõe de elementos destinados, particularmente, a permitir concessões, comportando o ajustamento a situações de convivência em que domina o branco. (Idem, *ibidem*, p 226)

Em regiões estruturalmente diferentes como São Paulo e Santa Catarina (nas quais predominavam respectivamente no século XIX: grande propriedade e muitos escravos/pequena propriedade e poucos escravos) formas relativamente semelhantes de preconceito e discriminação racial emergiram após a Abolição. Segundo os autores, este padrão de contato inter-racial transferido para a segunda localidade atualizaria como legítima a supremacia do grupo branco. A imagem de uma competição aberta entre os vários grupos raciais em Florianópolis (uma cidade com poucas áreas de tensão, onde a industrialização e a sociedade de classes caminhavam em ritmo lento e onde as posições assimétricas ocupadas por brancos e negros eram tomadas quase como naturais) garantiu o controle dos brancos sobre as novas situações de contato. As fórmulas associadas a esse padrão de interações raciais, velado e “democrático”, se disseminaram com facilidade numa cidade marcada pela estagnação econômica e pouca visibilidade de negros e mulatos.

Não se pretendeu aqui esmiuçar todos os textos do Projeto Unesco – isso já foi feito por Marcos Chor Maio (1997) – mas apenas marcar as posições dos membros da escola paulista dentro do Projeto e recuperar algumas de suas polêmicas. O Projeto interrompe a dispersão em que se encontravam os sociólogos nos anos 1950. Parece impossível tratar da Sociologia nos anos 1950 sem referências a suas pesquisas, um dos fatores principais da emergência desse campo disciplinar no Brasil. A análise dos materiais relativos ao Projeto Unesco e ao Relatório da Capes (1955) deixa claro que, apesar da precariedade das instituições em que atuavam os sociólogos na Bahia e em Pernambuco, amplas pesquisas estavam sendo feitas fora dos limites de São Paulo.

O certo é que, até meados dos anos 1950, as condições de autonomia e continuidade na disposição de recursos não estavam garantidas nem mesmo em São Paulo. Elas variavam muito e dependiam quase sempre da presença de secretários ou governadores

“esclarecidos” como Lucas Nogueira Garcez e Carlos Alberto Carvalho Pinto. É ilustrativa a carta dirigida por Florestan, em abril de 1956, ao então governador de São Paulo Jânio Quadros. O Governador havia negado sua solicitação de contrato de Marialice Mearini Foracchi para a primeira assistência da Cadeira. Segundo o autor ela havia trabalhado “todo o ano de 1955, no curso diurno e noturno, tanto em tarefas de ensino quanto em tarefas de pesquisa, sem perceber nenhuma remuneração” (Fernandes, 1963, p. 199). Florestan faz do pedido para que Jânio reconsidere sua decisão um verdadeiro relatório sobre a situação das Ciências Sociais na USP, dando destaque ao fato de que a manutenção do nível alcançado pela FFCL exigia recursos para bolsas, equipamentos e contratação de novos especialistas estrangeiros, e finalizando com uma advertência:

Em suma, o Govêrno de Vossa Excelência herdou graves problemas no que concerne à organização da Universidade de São Paulo. A solução dêsses problemas interessa tanto ao presente, quanto ao futuro do Brasil, pois as funções da Universidade, no mundo moderno, são amplas e complexas. Sem que a Universidade preencha realmente suas funções, é impossível criar um parque industrial , reconstruir os serviços públicos de uma cidade, estimular o crescimento econômico, enfim, tirar os proveitos possíveis, materiais ou morais, da civilização moderna. (Idem, ibidem, p. 198-199)

O centro dessa rede de especialistas era mesmo a USP, mas as diferenças não eram tão grandes assim. Desde a sua fundação, a presença de estrangeiros trabalhando com autonomia na condução de pesquisas foi uma das marcas de origem do sucesso paulista. É de se estranhar que na *História das Ciências Sociais* de Miceli nada tenha sido dito sobre a presença de condições tão parecidas na Bahia nos anos 1950 e sobre o Projeto Unesco. De fato, em termos de estruturas de ensino a Ciência Social praticada no nordeste continuava em desvantagem em relação a São Paulo. Certas adaptações, no entanto, faziam do trabalho de campo um espaço de especialização e formação de quadros. Uma rápida leitura dos trabalhos de Charles Wagley, Marvin Harris, Thales de Azevedo e René Ribeiro é suficiente para saber que no Nordeste se produzia algo mais que “versos de circunstância” e “pareceres jurídicos”.

Considerações Finais

O que nos trabalhos de Fernandes sobre o pensamento social brasileiro aparece como produto de “condições estruturais”, foi tratado aqui a partir da análise das relações e opiniões sustentadas pelos próprios sociólogos dos anos 1950, todas elas guardadas em textos que, se não formam uma série monumental, são de grande valia à compreensão da história da Sociologia no país. Os Anais do 1º Congresso, por exemplo, foram menos interpretados que simplesmente apresentados ao leitor. Apenas a reconstituição das palestras pareceu suficiente à demonstração de que era possível produzir Sociologia nos anos 1950 nos estados em que a modernização caminhava a passos lentos. Na mesma direção, os debates em torno da consecução do Projeto Unesco suscitam dúvidas sobre até que ponto a imagem de uma hegemonia uspiana teria estado presente no julgamento dos acadêmicos pioneiros dos demais estados.

A confrontação da linhagem paulista de estudos sobre a história do campo disciplinar com essas publicações de época trouxe perguntas sobre em que medida a Faculdade de Filosofia da USP teria servido de modelo para as que nasceram entre 1940 e 1950. Certamente, a resposta a essa questão poderia ser encontrada de várias maneiras. Uma pesquisa com maiores recursos teria sido capaz de, junto aos arquivos dessas Faculdades de Filosofia nos diversos estados, levantar dados biográficos relativos à formação dessas dezenas de congressistas que não intervíram nem como palestrantes, nem como debatedores ao longo do 1º Congresso⁹⁹. Saber quantos deles formaram-se ou

⁹⁹ Numa outra frente, tanto o trabalho de reconstrução da trajetória dessa Sociedade de Sociologia Paulista quanto de toda a primeira parte da história da SBS (interrompida em 1964, ao que tudo indica, devido as cassações de alguns dos membros de sua diretoria), também aguardam ser feitos. Desde o seu reerguimento, em 1987, nenhuma das Direções eleitas se interessou em tornar acessíveis os arquivos da Associação que, em caixotes improvisados, seguem o ritmo de itinerância com que são organizados seus Congressos (a SBS não tem uma sede permanente) deteriorando-se a cada nova mudança. Os Anais do 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, em março de 1962, que tanto poderiam acrescentar a história da Sociologia e de seus principais personagens, simplesmente desapareceram ou, segundo informou Simon Schwartzman em correspondência pessoal ao autor do presente trabalho, podem estar em Minas Gerais nas mãos da família de um pesquisador já falecido, antigo diretor da SBS. Restaram apenas alguns poucos textos avulsos e notas sobre a dimensão do Encontro publicados pela Revista Brasileira de Ciências Sociais em suas edições do 1º e 2º trimestre de 1962. O desleixo com que os sociólogos vêm tratando as fontes de sua memória institucional dão mostras do que se pode esperar em outras áreas. Diante de uma situação como esta, só se pode pensar que a pesquisa documental neste país, mesmo tendo como objeto episódios relativamente recentes como os aqui enfocados, continuará se ressentindo das lacunas e reclamando a ausência de iniciativas públicas e privadas nessa direção.

fizeram pós-graduação em São Paulo exigia o recurso a fontes primárias que não estiveram disponíveis ao autor desta pesquisa. Além disso, entrevistas com os poucos participantes ainda vivos, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Juarez Rubens Brandão Lopes e Antonio Candido, teriam permitido uma descrição do Congresso com mais cores e detalhes. Mas, mesmo sem o acesso a depoimentos, registros de turmas e antigos currículos, espera-se que a presente pesquisa tenha trazido alguma resposta a essas questões. Tendo em conta o quadro de problemas ligados ao ensino da Disciplina, a retomada das informações presentes nos Boletins Informativos e no Relatório da Capes indicou que na década de 1950, as alternativas institucionais mais admiradas eram as que permitiam aos pesquisadores fugir da rigidez e total falta de recursos em que estava imerso o sistema de cátedras. As alternativas elogiadas pelos congressistas da SBS e entrevistados no Inquérito da Capes eram os convênios com Universidades no exterior para a cooperação em pesquisas de campo, como o do Estado da Bahia/Columbia University, a formação de agências de assessoramento e centros de pesquisa com autonomia decisória, como o ISEB e o IJN, assim como a organização de equipes de pesquisa com hierarquias flexíveis, como as comandadas por Donald Pierson nos estudos de comunidades na região do São Francisco.

Fernandes, Mota e Miceli representaram o desenvolvimento da Sociologia no país como um mero movimento seqüencial e progressivo que teve o eixo Rio de Janeiro-São Paulo como principal cenário dos acontecimentos. Além disso, como se viu, para eles foi a ruptura entre o conhecimento acadêmico e as linhagens ensaísticas que deu sentido especial a Disciplina. A presente pesquisa, no entanto, indicou que nos anos 1950 essas eram apenas pretensões de alguns pesquisadores e, de maneira alguma, um consenso na comunidade de sociólogos pioneiros. Naquela década e no início da seguinte, período que alguém já definiu como o de imperialismo disciplinar, era Florestan e seu grupo que buscavam de todos os modos assegurar a separação entre a Sociologia e Disciplinas como História, Literatura e Filosofia.

Saber até que ponto a institucionalização da Sociologia dependeu desse tipo de olhar intolerante sobre outras disciplinas é algo difícil. A influência das intervenções de Florestan nesse contexto pode ser constatada pela comparação entre o temário do 1º Congresso e sua agenda de pesquisa. Seus pontos de confluência são principalmente a tentativa de ampliação do espaço profissional, a necessidade de unidade teórico-

metodológica da Disciplina, o problema dos obstáculos tradicionais à mudança social, e das possibilidades de controle racional dessas mudanças. Vários desses tópicos aparecem unificados, por exemplo, no tratamento dado pelo autor à questão educacional, a partir do final da década de 1950. Florestan assumiu como suas as tarefas que o conjunto dos sociólogos deveria resolver se quisessem consolidar o prestígio e autoridade de sua Disciplina.

A militância intelectual pela criação de um sistema de ensino público, laico e capaz de orientar a ação social no sentido da racionalização crescente, “típica da cultura moderna”, levou o autor a definir a questão educacional brasileira como dilema social. Nos textos que refletem sua participação nas campanhas por reformas educacionais no início dos anos 1960, Florestan definia o *lobby* empresarial e católico contrários a laicização e ao monopólio estatal sobre o sistema de ensino como “resistências sociopáticas” à mudança social, nas quais interesses “particularistas e irracionais” de camadas sociais privilegiadas tendiam a retardar a realização plena da ordem social competitiva no Brasil. Como os “requisitos psicossociais e sócio-culturais típicos” dessa ordem não haviam se desenvolvido espontaneamente no país, a educação era encarada pelo autor como o espaço mais adequado ao exercício do “planejamento democrático” e à participação técnica e política de sociólogos – segundo ele, os agentes mais identificados com as tendências modernizadoras e com os princípios da racionalidade e rigor científico.

O autor ganha renome entre os demais sociólogos e é eleito o segundo presidente da SBS no final dos anos 1950. Esse pode ser o motivo da confusão que fazem os que analisam esse período exclusivamente através dos seus balanços de geração. Apesar da enorme admiração devotada à figura de Florestan, é preciso destacar contudo que a Sociologia da FFCL não foi o principal modelo que nos demais estados se buscava seguir. Além dos centros e convênios de pesquisa regionais, nos anos 1940/1950, a importância adquirida pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo merece bem mais destaque que a FFCL-USP. O próprio espaço de articulação da “Escola paulista de sociologia”, a curta experiência de descentralização dos esforços de pesquisa implantada por Florestan e Fernando Henrique no início dos 1960 no CESIT, já havia sido antecipada por Donald Pierson, só que não com a mesma temática.

A trajetória inicial da ELSP chega a conferir sentido às afirmações de Fernandes sobre o modo como a complexificação sócio-econômica impôs demandas e deu impulso a

Sociologia em São Paulo. Para uma boa idéia do prestígio de que gozava a ELSP só é preciso citar que à inauguração de sua nova sede, em novembro de 1954, compareceram além do Reitor da USP e dos membros do Conselho Fundador e da Diretoria da Instituição, o Governador Lucas Nogueira Garcez e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Antônio Devisate, que em seu discurso, após menções à atuação esclarecida de Roberto Simonsen (um dos fundadores da ELSP, em 1933), enumerou os serviços prestados pela Escola ao progresso industrial do estado: pesquisas sobre o padrão de vida dos operários (que fundamentaram a criação do primeiro índice do custo de vida familiar), cursos de relações humanas para centenas de supervisores de produção, além da elaboração de estudos sobre oportunidades no comércio externo e sobre o desempenho da indústria paulista¹⁰⁰.

Entretanto, ainda na década de 1950 a ELSP perderia progressivamente esse papel de produtora de estudos, indicadores e estatísticas setoriais sobre o desempenho da economia. A FGV e outras agências especializadas, nas quais atuavam majoritariamente economistas, substituíram-na com bastante rapidez. O sentido mais amplo de uma mudança como essa tornou-se evidente em certa parte da pesquisa e também merece ser reafirmado aqui. Se a institucionalização acadêmica da Sociologia pode ser definida como um projeto vencedor, o mesmo não se pode dizer da inserção de sociólogos no seio das elites estatais. Foram as práticas de planejamento centralizado que se disseminaram a partir da década de 1960 e com elas, o fortalecimento da presença e da legitimidade do economista na esfera pública. Aliás, segundo Maria Rita Loureiro, no Brasil, antes mesmo da chegada dos militares ao poder, duas condições já favoreciam esse processo. Primeiro, a existência de um Estado ao qual se fazia enormes cobranças em termos de uma política de desenvolvimento e tradicionalmente dado a ingerências na esfera econômica. Em segundo lugar, um sistema político assimétrico onde o executivo se sobrepunha aos demais poderes, mas tinha como ponto fraco a incapacidade técnica dos quadros partidários, ocupantes do primeiro escalão. As inúmeras reclamações dos sociólogos pioneiros sobre a ausência de espaços profissionais ganham maior significado quando se percebe que além de fechadas as portas do magistério, também as aplicações do conhecimento sociológico estavam sendo relegadas e substituídas pelas soluções “menos complicadas” produzidas pelos economistas.

¹⁰⁰ Informações extraídas do Boletim Informativo da Capes, Dezembro de 1954, p. 2-4.

Voltando às teses que se quis discutir aqui, é preciso reafirmar a importância dos textos produzidos no âmbito do Projeto Unesco. Seus resultados tendem a inviabilizar a clivagem de tipo regional presente no trabalho de Sérgio Miceli. De fato, na Bahia e em Pernambuco, a segunda geração de estudiosos da questão racial encontrou uma recepção mais positiva e maiores espaços de influência que em São Paulo. O caso de Freyre no IJN deu mostras disso. Formaram-se áreas de consenso e divergências dentro do Projeto que coincidem com a divisão sudeste/nordeste, assim como eram grandes as diferenças entre as estruturas de ensino na FFCL-USP e nas Faculdades de Filosofia de Pernambuco e Ceará, como exemplos. Mas em nenhum lugar fora de São Paulo, expediente político de qualquer sorte veio interferir no conteúdo das pesquisas, de resto bastante especializadas e criteriosas. Não houve nenhuma espécie de vínculo entre os trabalhos produzidos por Costa Pinto, no Rio, e Thales de Azevedo, na Bahia e as respectivas esferas políticas desses estados, a não ser sob o prisma da liberação de recursos que, como se viu, teve de ser negociada pessoalmente também em São Paulo (entre Paulo Duarte e o Governador Nogueira Garcez)¹⁰¹. Assim mesmo, tais vínculos em nenhum dos casos esclarece qualquer coisa acerca dos resultados das pesquisas.

Para o estudo da obra de Florestan Fernandes, sua experiência no Projeto Unesco tem muito a acrescentar. Ela foi a porta de entrada para as suas investigações histórico-interpretativas sobre o processo de formação da sociedade de classes no país e também a base para sua tese de livre docência: *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Além disso, a partir de 1954, Florestan assumia com consciência a tarefa de formar outros sociólogos envolvendo Ianni e Fernando Henrique em pesquisas de campo no sul do país patrocinadas pelo Projeto. Cabe ressaltar a grande repercussão alcançada por *Negros e Brancos em São Paulo*, ainda hoje o texto do Projeto Unesco mais sistematicamente referido pelos intelectuais do Movimento Negro. Um trabalho de ambições interpretativas bastante amplas, envolvendo entrevistas com líderes políticos negros e cujas conclusões iam totalmente de encontro às de *Casa Grande & Senzala*. Freyre começava a ser mais

¹⁰¹ Nessa direção merecem ser reproduzidas as conclusões de Wagner Romão em sua pesquisa sobre a Cadeira de Sociologia I e o CESIT-USP no início dos anos 1960: “Esse período expressa, com particular evidência, a maneira como as ligações dos acadêmicos com instâncias de poder externas à Universidade revelam-se importantes armas nas disputas políticas em seu interior. A efemeridade da experiência do CESIT deve-se, em grande parte, ao modo como naquele período as estratégias políticas dos grupos em disputa se desenrolaram, em sua relação com os acontecimentos políticos em âmbito nacional. A imagem de um campo científico ‘autônomo’, ‘não-tutelado’, faz pouco do modo como a política acadêmica na Universidade de São

fortemente questionado naqueles anos, mas esta pesquisa indicou o quanto de precipitação haveria em apontar naquele momento a ultrapassagem de sua perspectiva, como o fazem alguns comentaristas. Se os acadêmicos precisavam realmente romper com a tradição ensaística, os sociólogos do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife deveriam ter sido avisados sobre isso antes de se empenharem num diálogo tão aberto com os “pensadores sociais” brasileiros. Esta exigência estava presente no discurso de apenas alguns sociólogos da USP nos anos 1950, mas foi transformada em critério de distinção que ajuda os sociólogos de hoje a saberem quais são seus “verdadeiros ancestrais”.

Acompanhar Fernandes e Mota em seus balanços de geração, e Miceli em sua *Sociologia do Conhecimento*, é um exercício de redução daquela época a uma imagem unívoca, que faz sentido apenas para aqueles que se sentem completamente tributários da Sociologia feita na USP. Para os que se formaram em outros lugares, são muitos os documentos abandonados aguardando, não se sabe por quanto tempo, uma entrada nessa discussão. Neste trabalho, buscou-se lançar um olhar sobre a primeira fase da Disciplina diferente daquele que distingue e separa uma Sociologia boa, “científica e crítica”, sediada em São Paulo, de outra praticada nos demais estados, mero “arremedo de pesquisa social” e, portanto, digna de ser esquecida. A produção de um dicionário biográfico sobre os sociólogos desse período, nos mesmos moldes do já disponível *Dicionário de Folcloristas Brasileiros*¹⁰², assim como a organização e análise dos acervos da SBS, são caminhos para onde apontam os estudos nesta área e aos quais ainda deseja se dedicar o autor da presente pesquisa.

A partir da década de 1950 o estilo difícil e acinzentado da escrita de Florestan Fernandes se tornou a marca registrada da Sociologia paulista. Provocando debates sobre os problemas que afligiam o país esse autor e vários outros importantes acadêmicos pioneiros, “trapezistas que atuavam sem redes protetoras” (Fernandes, 1976, 225), realmente deram novos revestimentos teóricos e metodológicos ao trabalho de investigação social no país. A idéia aqui não foi desmerecer a importância de suas contribuições. O que se quis neste trabalho foi abrir espaço para releituras da história do campo menos “sãopaulocêntricas”. Buscou-se apenas problematizar a tão propagandeada imagem de um

Paulo é feita, nas articulações entre os grupos e em suas ramificações externas, algo comum às instituições universitárias brasileiras.” (Romão, 2003, p. 160)

¹⁰² Mário Souto Maior (1999). Ver Referência Bibliográficas.

isolado heroísmo uspiano em pugna com as vertentes “arcaicas” e “impressionistas” do pensamento social brasileiro, pela cientificização da Sociologia.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, H.T. Maria. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 223-255.
- ALMEIDA, R. Paulo. *Classes Classes Sociales et pouvoir politique au Brésil: une étude sur les fondements méthodologiques et empiriques de la Révolution Bourgeoise*. 1984. 503 p. Tese de doutorado em Ciências Sociais – Université Libre de Bruxelles, Bruxelas.
- _____. O paradigma perdido. In: D'INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987. p. 209-229.
- AMERICANO, Jorge. *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais LTDA, 1947.
- ANTUNES, C. Ruy. *Imprensa e Criminalidade*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 245-252.
- ANTUNHA, C.G. Heládio. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. 1971. Tese de livre docência – Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, São Paulo.
- ARANTES, E. Paulo. *Um departamento francês no ultramar; estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARRUDA, A.N., Maria. *A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'*. In: MICELI, Sérgio (Org). *História das Ciências Sociais o Brasil*. v. 2. São Paulo: Edt. Sumaré/Fapesp, 1995, p. 197-232.
- _____. A modernidade possível: cientistas sociais em minas gerais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001a. p. 277-368.
- _____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001b.
- _____. Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 135-157, jun. 2005.
- AZEREDO, R. Paulo. *Antropólogos e Pioneiros: A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/ Comissão Censitária Nacional, 1943.
- _____. Discurso inaugural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 37-51.
- _____. Discurso de encerramento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 53-71.
- _____. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956a.
- _____. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1956b.
- _____. A Universidade de São Paulo. In: _____. *Ensaio paulista nos*. São Paulo: Anhembi, 1958, p. 215-226.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955.
- _____. Ciências sociais; um programa para 1959. *Boletim Informativo da Capes*. Rio de Janeiro, n. 75, p. 1, fev. 1959.
- _____. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- BASTIDE, Roger. Carta aberta a Guerreiro Ramos. *Revista Anhembi*. São Paulo. v. 12, n. 36, p. 521-528, nov. 1953.
- _____. Les problèmes de la recherche sociologique au Brésil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 81-84.
- BASTIDE, R; FERNANDES, F. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BASTOS, R. Elide. Unesco/Anhembi; um debate sobre a situação do negro no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. O PROJETO UNESCO NO BRASIL: UMA VOLTA CRÍTICA AO CAMPO 50 ANOS DEPOIS. Documento eletrônico. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/welcome.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2007.
- BATISTA FILHO, Olavo. O sistema estatístico nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... Anais. São Paulo: SBS, 1955. p. 77-80.

- BESSA, P. Pedro. O estudo das ciências sociais em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 299-304
- BÔAS, G. Villas. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Edt. FGV, 2006.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CAPES. Universidades, corporações destinadas ao culto do saber. Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-3, abr. 1953.
- _____. Reinicia suas atividades no Brasil o professor Donald Pierson. Rio de Janeiro, n. 8, p. 2, jul. 1953.
- _____. I Reunião brasileira de antropologia. Rio de Janeiro, n. 12, p. 1-5, nov. 1953.
- _____. Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro. Rio de Janeiro, n. 14, p. 1-7, jan. 1954.
- _____. I congresso de sociologia do Paraná. Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-5, abr. 1954.
- _____. Inquérito sobre o estado atual das ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-3, maio. 1954.
- _____. Novo titular da educação e cultura. Rio de Janeiro, n. 20, p. 2-12, jul. 1954.
- _____. O congresso internacional de folclore. Rio de Janeiro, n. 20, p. 13-15, jul. 1954.
- _____. 1º congresso de sociologia. Rio de Janeiro, n. 22, p. 5-13, set. 1954.
- _____. Escola de sociologia e política de São Paulo: inauguração de sua nova sede. Rio de Janeiro, n. 25, p. 2-5, dez. 1954.
- _____. A formação da elite brasileira. Rio de Janeiro, n. 27, p. 3-6, fev. 1955.
- _____. Seminários do instituto brasileiro de economia, sociologia e política. Rio de Janeiro, n. 27, p. 8-11, fev. 1955.
- _____. A Campanha nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Rio de Janeiro, n. 115/116, p. 1-7, jun/jul. 1962.
- BORGES, P. A. Thomás. A estrutura agrária do estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 263-274.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia: coletânea de ensaios*. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- BRUNO, E. Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- CANDIDO, Antonio. Depoimento. In: NEME, Mário (Org). *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Globo, 1945. p. 133-139.
- _____. O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 117-130.
- _____. *Literatura e sociedade: estudo de teorias e história da literatura*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1967.
- _____. Amizade com Florestan. In: D'INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987. p. 31-38.
- CÂNDIDO, C. João. *Entre a "política" e a "polícia": a constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950 e 1960*. 2002. 122 p. Dissertação de mestrado em Sociologia – FFLCH-USP, São Paulo
- CARDOSO, F.H.; IANNI, O. *Côr e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- CARDOSO, H., Fernando. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. A paixão pelo saber. In: D'INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987. p. 23-30.
- _____. *A arte da política: história que vivi*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARDOSO, A. R. Irene. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edt. Cortez /Autores Associados, 1982.
- CARVALHO, M. G. Lejeune; MATTOS, S. Sérgio. *Sociólogos&sociologia: história das suas entidades no Brasil e no mundo*. v. 1. São Paulo: Edt. Anita Garibaldi, 2005.
- CAVALCANTI, L. V. Maria. Preconceito de marca: etnografia e relações raciais. *Revista Tempo Social*. São Paulo. v. 11, n. 1, maio/1999.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Edt. Difel, 1990.

- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / Edt. UNESP, 1987. p. 48-53.
- _____. O sábio e o funcionário. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa (Orgs.). *O Imperador das Idéias: Gilberto Freire em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- COLÓQUIO INTERNACIONAL. O PROJETO UNESCO NO BRASIL: UMA VOLTA CRÍTICA AO CAMPO 50 ANOS DEPOIS. 2004, Salvador: UFBA. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/welcome.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2007.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955.
- CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960), testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo: Vértice /Edt. Unicamp, 1987.
- COSTA PINTO, A. Luis. Sobre as Relações de Raças. *Sociologia*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 3-21. 1950.
- _____. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. Coleção Brasileira, v.276. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1953.
- _____. Ciência social e ideologia racial: esclarecendo intencionais obscuridades. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1954.
- COSTA, Pinto; CARNEIRO, Edison. *As ciências Sociais no Brasil*. Série Estudos e Ensaio - 6. Rio de Janeiro: Capes, 1955.
- CURVILLIER, Armand. *Manual de Sociologia*. v.(s): 1, 2, e 3. Coimbra, Portugal: Coimbra Edt., 1966.
- D'INCÃO, Â. Maria (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987.
- DUARTE, Paulo. Negros do Brasil. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 abr. 1947. p. 5.
- DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1970.
- FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, M. B. Rosa (Orgs.). *O Imperador das Idéias: Gilberto Freire em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FERNANDES, Florestan. As "trocinhas" do bom Retiro. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XII, v. CXIII, mar-abr. 1947.
- _____. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 89-106.

- _____. Os estudos folclóricos em São Paulo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, nov. /dez. 1956 e jan. 1957
- _____. A inteligência do folclore. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, Suplemento Literário nº. 53, 9 out. 1957.
- _____. *A etnologia e a sociologia no Brasil: Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- _____. Prefácio. In: CARDOSO, F.H.; IANNI, O. *Côr e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959a.
- _____. O destino das universidades. *Boletim Informativo da Capes*. Rio de Janeiro, n. 79, p. 1-3, jun. 1959b.
- _____. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.
- _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1961.
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- _____. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e USP, 1970.
- _____. (Org). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- _____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. O renascimento da Universidade. In: D'INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987. p. 309-317.
- _____. Florestan Fernandes, história e histórias. Entrevista. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 42, p. 3-31, jul. 1995.
- FERREIRA, P. Luis. A dinâmica social e a lei do progresso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 131-146.

- FONSECA, N. Edson. Cronologia dos conflitos e consensos. FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, M. B. Rosa (Orgs.). *O Imperador das Idéias: Gilberto Freire em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 121-130.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia/ Schimidt, 1933.
- _____. Prefácio. In: RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*. Coleção “Vida Brasileira”. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação, 1956.
- FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In: D’INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987. p. 163-180.
- FRESTON, Paul. Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 369-418.
- GEMIGNANI, G. Sylvia. *Destino impar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Edt. 34, 2002.
- GNACCARINI, C. José. Folclore e sociologia. In: D’INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. UNESP, 1987. p. 97-105.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Sociologia Clínica de um Baiano Claro. *O Jornal*, 27 dez. 1953.
- _____. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional*. Rio de Janeiro: Edt. Andes, 1954.
- _____. Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 275-298.
- _____. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Edt. Andes, 1957.
- _____. O Problema do Negro na Sociologia Brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org). *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. v. 6, Brasília: Edt. UnB, 1981. p. 37-68.
- GUIMARÃES, S. A. Antônio. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Revista Tempo Social*. São Paulo. v. 8, n. 2, p. 67-82, out. 1996.

- _____. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais?. *Revista Tempo Social*. São Paulo. v. 11, n. 1, maio 1999.
- _____. O Projeto Unesco na Bahia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. O PROJETO UNESCO NO BRASIL: UMA VOLTA CRÍTICA AO CAMPO 50 ANOS DEPOIS. 2004, Salvador/UFBA. Documento eletrônico. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/welcome.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2007.
- GUSMÃO, A.S. Luis. *Limites do conhecimento teórico na investigação social*. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Mimeo, 2006.
- IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: _____. *Florestan*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. A obra de Florestan Fernandes. In: *IDÉIAS; Revista do IFCH, Unicamp*, Campinas, ano 4, n. 1/2, jan./dez. 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 1999. 271 p. Tese de Doutorado em Ciência Política – FFLCH, USP, São Paulo.
- LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. Coleção Aldus nº 23. Rio Grande do Sul: Edt. Unisinos, ca. 2004.
- LEITE, M. Dante. O caráter nacional brasileiro. 6. ed. São Paulo: Edt. Unesp, 2002.
- LIEDKE, D. Enno. *Teoria Social e Método na Escola da USP (1954-1962)*. 1977. 134 p. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Departamento de Ciências Humanas, UnB, Brasília.
- LIMA, C. Luís. *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. 2004. Tese de doutorado em História – Departamento de História, UnB, Brasília.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 135-222.
- _____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 257-276.

- LINS, Mário. A integração da teoria e pesquisa na sociologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 147-160.
- LIPPI, Lúcia. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189. 1989.
- _____. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org). *História das Ciências Sociais o Brasil*. V. 2. São Paulo: Edt. Sumaré/Fapesp, 1995. p. 197-232.
- _____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Edt. UFRJ, 1995b.
- LOUREIRO, R. Maria. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20. 1992.
- MAIO, C. Marcos. *A História do projeto unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. 1997. Tese de doutorado em Sociologia – IUPEJ, Rio de Janeiro.
- _____. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o projeto unesco. *Revista Tempo Social*. São Paulo. v. 11, n.1, mai. 1999.
- _____. Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. v. 14, n. 41, out. 1999.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: EDUSP / Edt. Perspectiva, 1974.
- MARTINEZ, H. Paulo. *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARTINS, de O. Rubens. *Um ciclone na paulicéia: Oswald de Andrade e os limites da vida intelectual em São Paulo (1900-1950)*. São Paulo: Unibero, 2001.
- MESQUITA, F. Júlio. *Política e cultura*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.
- MICELI, Sérgio (Org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Edt. Sumaré/ Fapesp, 1995.
- _____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001a.
- _____. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001a. p. 11-28.
- _____. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001a. p. 91-134.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.
- MOTA, G. Carlos. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1998.

- _____. A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, M. B. Rosa (Orgs.). *O Imperador das Idéias: Gilberto Freire em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 168-182.
- MOTA, Paulo (Org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto Unesco. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. O PROJETO UNESCO NO BRASIL: UMA VOLTA CRÍTICA AO CAMPO 50 ANOS DEPOIS. Documento eletrônico. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/welcome.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2007.
- MÜLLER, R. Antônio. Ritos caboclos no estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 161-188.
- NOGUEIRA, Oracy. Duas experiências no ensino da sociologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 107-116.
- _____. *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo. n. 27, p. 163-175, julho de 1990.
- _____. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIRANO, Mariza. A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. In: *Uma Antropologia no Plural: três Experiências Contemporâneas*. Brasília: Edt. UnB, 1992.
- PEIXOTO, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 477-532.
- PIERSON, Donald. Relações raciais em Cruz das Almas. In: *Revista Sociologia*. São Paulo. v. 14, n. 1, mar. 1952.

- PONTES, Heloisa. Brasil com z. A produção estrangeira sobre o país, editada aqui sob a forma de livro, entre 1930 e 1938. In: MICELI, Sérgio (Org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995. p. 441-478.
- _____. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasiliana” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 419-476.
- QUEIROZ, I. P. Maria. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 215-230.
- RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano a metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. v.3. MOTA, Paulo (Org). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- RENNER, H. Cecília. Marco zero do processo histórico brasileiro: os Tupinambá. In: D’INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Edt. Unesp, 1987. p. 106-118.
- RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*. Coleção “Vida Brasileira”. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação, 1956.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RODRIGUES, B. José. Conceituação das áreas sociais do Distrito Federal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 233-244.
- ROMÃO, Wagner. *A experiência do Cesit; sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. 2003, 170 p. Dissertação de mestrado em Sociologia – FFLCH, USP, São Paulo.
- RUBINO, Sílvia. Clubes de pesquisadores: a sociedade de etnologia e folclore e a sociedade de sociologia. In: MICELI, S. (Org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Edt. Sumaré/ Fapesp, 1995. p. 479-522.
- SALIBA, T. Elias. História, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. V.3 MOTA, Paulo (Org). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHADEN, Egon. As culturas indígenas e a civilização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 189-200.
- SCHWARCZ, K. M. Lilia. O nascimento dos museus brasileiros. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2. ed. São Paulo: Edt. Sumaré, 2001. p. 29-90.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon (Org). *O pensamento nacionalista e os "cadernos de nosso tempo"*. v. 6. Brasília : Edt. UnB, 1981.
- _____. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- SILVA, R. Wilson. Estudo de uma comunidade rural na zona cacauzeira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 253-262.
- SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 201-214.
- SKIDMORE, E. Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, V. Eliane. *Florestan Fernandes: o militante solidário*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SORJ, Bernardo. Estratégias, crises e desafios das ciências sociais no Brasil, 1962-1992. MICELI, Sergio (Org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Edt. Sumaré/ Fapesp, 1995. p. 309-340.
- SOUTO, M. Mário. *Dicionário de folcloristas brasileiros*. Recife: 10-10 Comunicação e Editora, 1999.
- STODIECK, Henrique. Problemas da planificação através do direito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955. p. 85-88.
- TOLEDO, N. Caio. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, A. Maria. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Edt. UnB, 1992.
- VIANNA, W. Luis; CARVALHO, A.R. Maria; MELO, P.C. Manuel. Cientistas sociais e vida pública. *Dados, Revista de Ciências Sociais do IUPERJ*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 345-535, 1994.
- VIEIRA, Luiz R. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a revista Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.
- VILHENA, R. Luís; CAVALCANTI, L.V.C. Maria. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do Folclore. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 3, n. 5, p. 75-93, 1990.
- VILHENA, Luís R. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales e COSTA PINTO, A. Luiz. *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado, 1950.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

ANEXOS

Anexo A – Imagens



Imagem 1

São Paulo, Rua 15 de Novembro, anos 1950. Fonte: Dedoc – Editora Abril

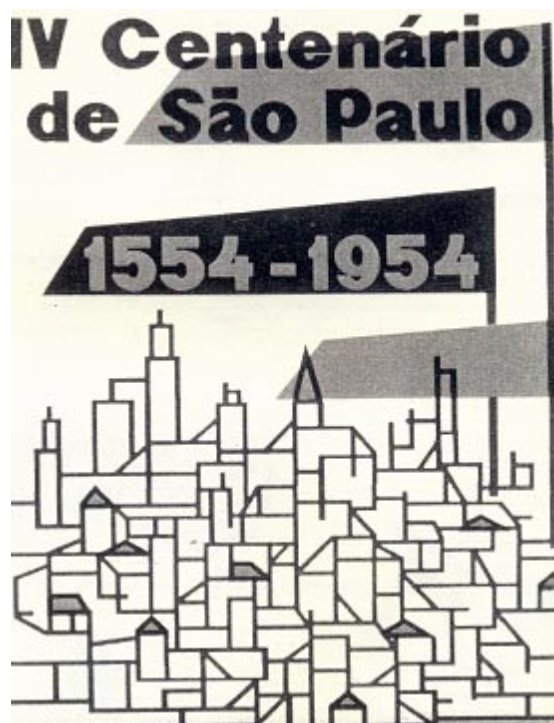


Imagem 2

Cartaz comemorativo do IV Centenário, 1954. Fonte: Arruda (2001b, p. 92)



Imagem 3

Passeata na Rua Maria Antônia, São Paulo, 1953. Fonte: Caderno Fotográfico, foto 15, Mota (1998)



Imagem 4

Auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo. 31º Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo, 28 de agosto de 1954. Fonte: *Boletim Informativo da Capes*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 18, set. 1954.



Imagem 5

Grupo de participantes do 1º Congresso de Sociologia, entre os quais Fernando de Azevedo, Edison Carneiro e Antônio Rubbo Müller. Fonte: *Boletim Informativo da Capes*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 5, set. 1954.



Imagem 6

Ladeado pelo Embaixador Negrão de Lima e por Ildeu Ramos, representante do Vice-Presidente da República, o prof. Anísio Teixeira inaugura o programa de Seminários do IBESP. Fonte: *Boletim Informativo da Capes*. Rio de Janeiro, n. 27, p. 8, fev. 1955.



Imagem 7

Alguns intelectuais participantes da 2ª Reunião Consultiva do CBPE, Rio de Janeiro, 1956. Entre eles Darcy Ribeiro, Mário Casasanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre. Fonte: Arquivo Histórico do INEP – Ministério da Educação. Brasília.



Imagem 8

Faculdade de Ciências Econômicas, UMG, s/d. No alto, Júlio Barbosa, membro da SBS e um dos principais sociólogos de Minas Gerais nos anos 1950. Fonte: Miceli (2001a, p. 565)

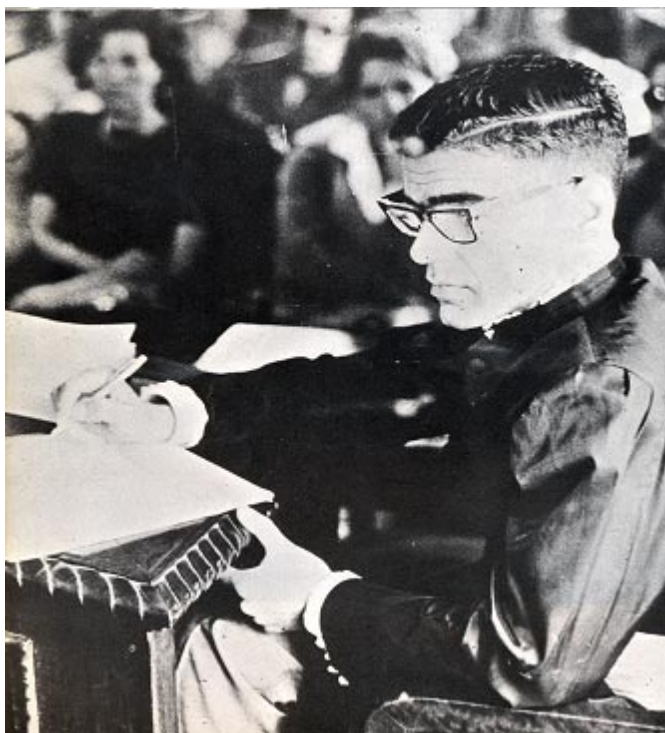


Imagem 9

Defesa de tese de Dante Moreira Leite, *O caráter Nacional Brasileiro*, FFCL-USP, 1954.
Fonte: Caderno Fotográfico, foto 15, Mota (1998)



Imagem 10

Inauguração da nova sede da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, novembro de 1954. Registro das presenças do Governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez e do presidente da FIESP, Antônio Devisate. Fonte: Boletim Informativo da Capes. Rio de Janeiro, n. 25, p. 3, dez. 1954.



Imagem 11

Alberto Guerreiro Ramos, 1958. Fonte: Miceli (2001a, p. 565)



Imagem 12

Banca do concurso de Octavio Ianni para doutor na Universidade de São Paulo, com a tese *Metamorfoses do Escravo*, em 12 de outubro de 1961: (da esq. p/ dir.) Caio Prado Júnior, Thales de Azevedo, Florestan Fernandes, Loureiro Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda. Fonte: Arquivo Florestan Fernandes, UFSCar.

Anexo B – Lista dos participantes do 1º Congresso da SBS

Abelardo Fernando Montenegro, Abimael Campos Vieira, Acácio Ferreira, Adalgisa Araújo de Castro, Trujillo Ferrari, Alda A. Moeller, Aldemar Moreira, Álvaro da Veiga, Antonio Candido de Melo e Souza, Antônio Carlos de Souza Queiroz Cardoso, Antônio Rubbo Muller, Anny Zausmer, Aparecida Joly Gouveia, Aracy Ferreira Leite, Camilho Cechi, Carlos Correa Mascaro, Casemiro dos Reis Filho, Célia de Carvalho, Cesário Morey Hossri, Cide Rebello Horta, Djacir Meneses, Dinorah Ramos, Edna Beltranimi, Edmundo Accácio Moreira, Edison Carneiro, Egon Schaden, Erasmo H. M. Lopes, Esdras Borges Costa, Euclides de Mesquita, Eunice Todescan Ribeiro, Evaristo de Moraes Filho, Felte Bezerra, Fernando de Azevedo, Fernando Affonso Gay da Fonseca, Fernando Henrique Cardoso, Irmão Flávio, Florestan Fernandes, Frank Perry Goldman, Gastão Thomaz de Almeida, Geraldo Brandão, Gerson Rodrigues, Gilda de Mello e Souza, Gioconda Mussoline, Gisela Ribeiro dos Santos, Gláucio Veiga, Helena Maria Panizza, Helena Rocha de Achôa, Heloísa Alberto Torres, Henrique Stodiek, Helbert Baldus, Hermelina Maria Pretto, Ione Gasolla Escarpelli, Irineu Grick Marcarenhas, Ivone Leda Tapado, Jacy Camarão, Jair Conti, Jamil Munhoz Bailão, João Baptista Benassis, João Mendonça, João dos Santos Areão, Joaquim Batista Neves, Joaquim Madeira Neves, Jonas Rodrigues, José Albertino Rodrigues, José Aloysio Reis de Andrade, José Arthur Giannotti, José Bonifácio Rodrigues, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, José Fernando Martins Bonilha, José Maria Esmerard Arruda, José Olegário Ribeiro de Castro, José Guerrino Ribeiro, José Tavares de Mello, José Spina França, Julio Barbosa, Juarez Rubens Brandão Lopes, Laudelino Teixeira de Medeiros, Leila Montanari Ramos, Lenira Faria, Lícia Capri Pignataro, Lina Brandi, Lisette Toledo Ribeiro Nogueira, Lorival Gomes Machado, Lúcia Wollet de Mello, Lucila Herrmann, L. A. Costa Pinto, Luiz Alberto Cibils, Luiz de Castro Faria, Luiz Filippe Silva Wiedemann, Luiz Gonzaga Pereira Campos, Manoel Carlos de Souza Ferreira, Menêmio de Campos Lobato, Maria Alayde Trani, Maria Cândida, Sandoval Camargo Pereira, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Luiz Alvarenga Freire Carette, Maria Neuza Avenia, Maria Olga Mattar, Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira, Maria Suzana Eliezer de Barros, Marina de Andrade Resende, Mário Lins, Mário Miranda Rosa, Mário Wagner Vieira da Cunha, Maurício de Magalhães Carvalho, Miriam Lifchitz Moreira Leite, Morse de Belém Teixeira, Murillo Barros Costa Rego, Neide Carvalho, Nelson Pesciotta, Nice Lecocq Muller, Norival Vieira da Silva, Nylza Ivonette de Oliveira Salgado, Octávio da Costa Eduardo, Oliveiros da Silva Ferreira, Oracy Nogueira, Oswaldo Herbster de Gusmão, Paula Beiguelman, Plauto Lapa Coimbra, Pedro Parafita de Bessa, Raquel Vieira da Cunha, Renato Jardim Moreira, Renato José Costa Pacheco, Rivadávia Marques Júnior, Robert Nicolaus Dannemann, Rodolfo Azzi, Roger Bastide, Rubens Nerval Barbosa, Ruy Anacleto, Ruy da Costa Antunes, Sarah Rottenberg, Sebastião Pagano, Stella Anita Martirani Bernardi, Suelly Quadros Micel, Szmul J. Goldberg, Teófilo de Queiroz Júnior, Thomas Pompeu Accily Borges, Vicente Marotta Rangel, Vicente Unzer de Almeida, Victor Antônio Peluso Júnior, Virginia Leoni Bicudo, Wanda Valério Faria, Walkyria Siqueira Mori, Walter F. Piazza, Wellman Galvão de França Rangel, Wilmar Orlando Dias, Wilson Cantoni, Wilson Rosa da Silva, Wilza A. Izar.